

cadernos do

terceiro mundo

Mensal • Novembro 1984 • Esc 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80
CV 80S • CrS 2.200 • Ano VII • Nº 71

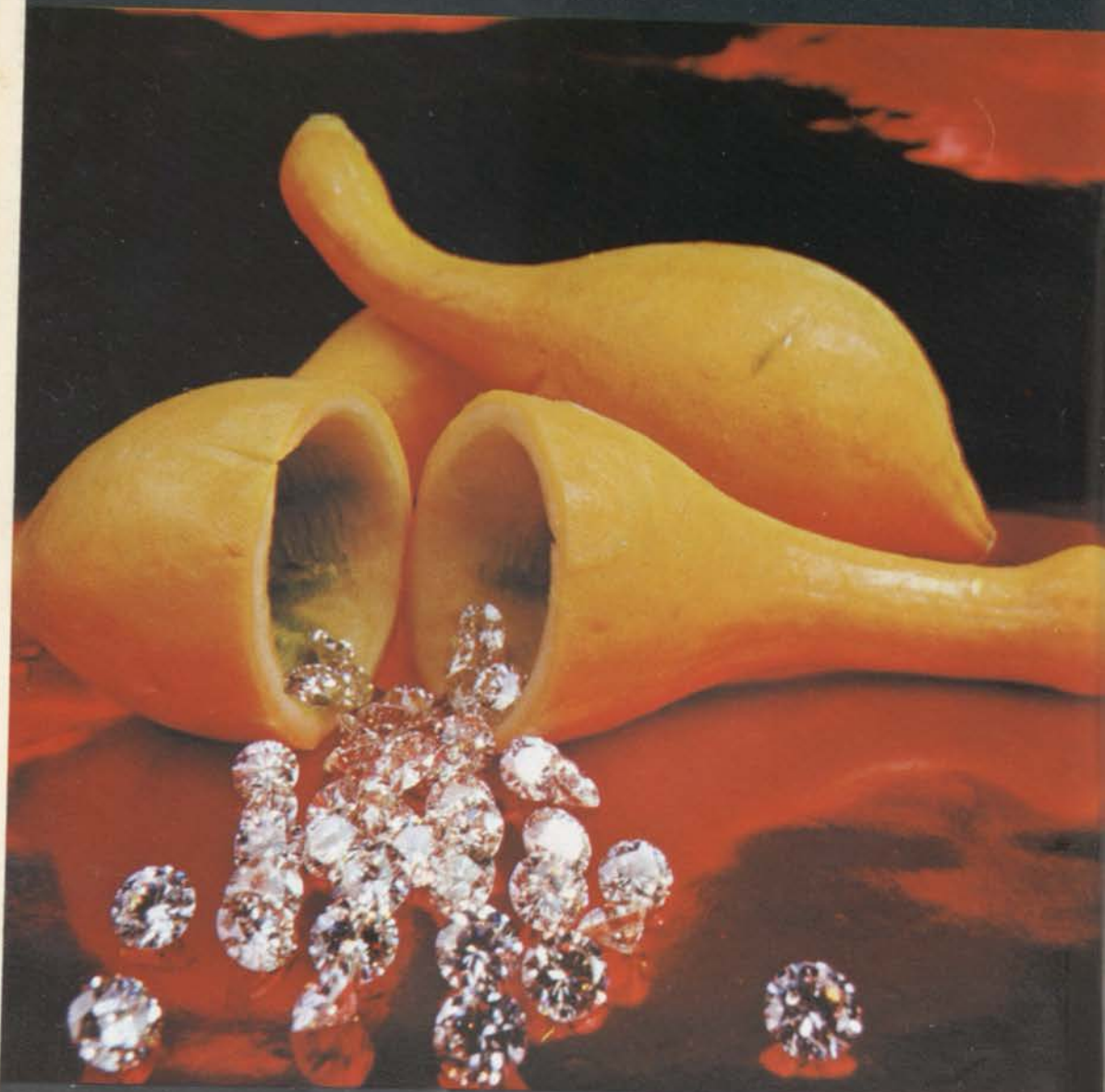
ANGOLA
Quebrada
a espinha dorsal
da UNITA



NICARÁGUA

O PLANO DA INVASÃO

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

A intervenção (outra vez) em marcha

Mais uma vez a Nicarágua é o assunto da nossa reportagem de capa, porque os últimos acontecimentos tornaram evidente que o Departamento de Estado dos EUA acelerou a escalada de pressões orientadas para justificar uma intervenção militar naquele país centro-americano. A nova ameaça de Ronald Reagan já tem até uma data possível. Seria logo depois da eleição norte-americana, caso até lá o incerto processo de negociações entre o governo e a guerrilha em El Salvador não chegue a resultados concretos.

No Chile, o dirigente da oposição Anselmo Sule mostra, numa entrevista exclusiva, como caminha o processo de deterioração do governo de Pinochet e quais as possibilidades para uma união de todas as forças políticas que exigem o regresso da democracia. Na África Austral, surge um novo quadro estratégico depois que o governo angolano conseguiu superar a fase mais dura das acções terroristas promovidas por grupos apoiados pela África do Sul. Apresentamos ainda neste número um balanço dos dez anos de revolução na Etiópia.

E por falar em aniversários, deixamos aqui os agradecimentos a todos aqueles que enviaram mensagens de felicitações à nossa redacção no momento em que completámos dez anos de existência. Nesta edição, reproduzimos algumas das mensagens recebidas, mas por falta de espaço é impossível incluir todas. Por isso, deixamos aqui um sincero muito obrigado a todos os leitores e simpatizantes que prometeram continuar a apoiar-nos.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-19
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Guimar Belo Marques

Revisão
Estevam Reis
Paginação
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo

Composição e impressão
Gráfica Europam
Representantes
Angola
Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Administração
Marinete Silva
Secretário de Redacção
José C. Gondim
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Macário Costa
Divulgação
Henrique Menezes
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Telex: (011) - 23059

Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Mata
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP. 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registo no INPI nº 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo s. c.
calle California, 98A - Coyocacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios
y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal 20.572 b - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto -
The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St.
West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Cór-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador - El Ouljote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois - New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chic-
ago, Illinois - Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 -
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 - Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA - Red and Black,
4736 University Way, Seattle - Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Islington Park
Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidad Auto-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA:
Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60,
Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4 A Ro-
ma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma -
Usicita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXI-
CO: Unión de Expendedores y Vendedores
de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. -
Distribuidora Seyrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. - Metropolita-
na de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUAS:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramaña,
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-
tribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia
Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th In-
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave.
Botívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien
und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-
men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:
Wennergren-Williams AB, S-10425, Stock-
holm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas,
S. A., Ave. México Lechoso a Pte. Brion,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vrreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

5 Cartas

11 Panorama Tricontinental

23 Editorial: As províncias financiam o império

27 Matéria de capa: Nicarágua, a "opção cirúrgica",
Roberto Remo

América Latina

34 Honduras: As surpresas de Negroponte, Eugénio Alves

37 Chile: "Só discutiremos com Pinochet a entrega do poder",
entrevista com Anselmo Sule, *Roberto Bardini*

África

43 África Austral: Como ajudar a paz, Neiva Moreira

49 Etiópia: Dez anos de revolução, Carlos Castilho

Ásia

52 Índia: O desafio dos sikhs, Ash Narain Roy

Cultura

65 Literatura angolana ontem e hoje, Jofre Rocha

72 Omar Cabezas Lacayo, de guerrilheiro a "best-seller", Adrian Soto

74 Arturo Sandoval e o jazz cubano, Guiomar Belo Marques

76 Livros do Terceiro Mundo

Economia

78 Angola/FILDA 84, a primeira feira internacional
desde a independência, *Baptista da Silva*

81 Latino-americanos exigem negociação
política em 85, *Horacio Verbitsky*

87 Notas

Religião

90 Vaticano e Casa Branca: uma estranha aliança, Manfred von Conta

96 Humor



Trincheiras na Nicarágua



Desfile das FAPLA's em Luanda



A aliança do "tio Sam" com João Paulo II

- BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Malombé
- CALULO
Livraria 17 de Setembro
- DONGO
Livraria 2 de Março
- GANDA
Livraria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livraria Anibal de Melo
- LOBITO
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livraria Lutuima
- NEGAGE
Livraria Saídy Mingas
- SOYO
Livraria Lundogi
- UÍGE
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

10 anos de "cadernos"

Por motivo do nosso 10º aniversário, temos recebido inúmeras cartas, telegramas e mensagens de solidariedade e apoio. Começamos neste número a publicar esses depoimentos dos nossos leitores, muitos deles dirigentes políticos de primeira linha no cenário internacional. Palavras essas que muito agradecemos e que nos fortalecem no cumprimento da meta que nos propusemos quando da fundação da revista em 1974: contribuir para a informação objetiva sobre a luta dos povos do Terceiro Mundo.

A mensagem do marechal Francisco Costa Gomes

A Paz é o maior bem na ordem individual e colectiva da humanidade.

É uma missão que compete a todos os cidadãos preservar. São muitas e diversas as frentes de combate em que todos os homens e mulheres devem activamente participar, conscientes de que são o fermento e o garante da mudança que é necessária e urgente que se opere no mundo, para obter a paz que confira aos povos equidade, bem-estar e felicidade.

Uma das frentes em que é necessário operar é precisamente numa Nova Ordem Informativa Internacional.

Com efeito, à semelhança do que decorre nos outros níveis das relações internacionais — económico, político, social e cultural — o direito a sermos bem informados, encontra-se bloqueado pelo controlo monopolista de um escasso número de

agências informativas transnacionais.

O relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação — relatório Sean McBride promovido pela Unesco — é elucidativo quanto ao domínio sobre os media, que essas agências exercem.

O controlo exercido sobre o fluxo noticioso por parte das agências transnacionais resulta na alijenação a que é forçada a opinião pública dos países onde estão sediadas, a respeito dos gravíssimos problemas vividos quotidianamente pelos povos do Terceiro Mundo e, em relação a estes últimos, funciona como um processo subtil de neo-colonialismo.

À medida do sistema económico dominante, a informação é assim encarada como uma mercadoria e não como um bem social, um direito e um factor do processo educativo e formativo dos cidadãos.

A credibilidade da informação oficial e oficiosa decresce de forma notória. E enquanto se debatem e estudam alternativas e se caracterizam projectos, a nível governamental por parte dos países do Terceiro Mundo, existem órgãos de informação independentes que, à custa de enormes sacrifícios materiais e humano, exercem um trabalho cheio de dignidade e qualidade profissionais. Estabelecendo um fluxo informativo válido que retrata com fidelidade a realidade vivida e sofrida pelos povos subdesenvolvidos, os *cadernos* são, ao completarem dez anos de existência, a prova evidente de que é possível romper e ultrapassar as barreiras que, por enquanto, impedem que os povos do Terceiro Mundo tenham a

informação que merecem.

Por isso considero de elemental justiça prestar a nossa reconhecida homenagem aos obreiros dos *cadernos* no décimo aniversário desta publicação.

Bem hajam pelo muito que já fizeram pelos povos mais desprotegidos e abandonados da Humanidade.

Marechal Francisco Costa Gomes antigo presidente da República Portuguesa.

O testemunho do general Vasco Gonçalves

A publicação da edição portuguesa de *cadernos do terceiro mundo* constituiu um importante acontecimento editorial. Com efeito, ela tem proporcionado à opinião pública portuguesa e dos países africanos que adoptaram o português como língua oficial o conhecimento da realidade dos países da África, da América Latina, da Ásia e da Oceania, bem como a luta dos povos pela sua libertação política, económica, social e cultural.

Tem contribuído para a formação da opinião pública acerca da cruel exploração que os países capitalistas mais desenvolvidos exercem sobre esses povos, para o conhecimento dos crimes que são cometidos contra esses povos como, por exemplo, nos dava o tema central da revista nº 68, onde se abordava o problema da droga. Mas, do mesmo passo, nos tem dado a luta dos povos do Terceiro Mundo pela sua independência política e económica, por uma "nova ordem" justa nas relações internacionais, quer no domínio da economia, quer no domínio da informação, quer contra a ingerência do imperialismo nos assuntos inter-

nos dos países em vias de desenvolvimento, quer contra o *apartheid* e a discriminação racial.

Tem também a edição portuguesa da revista *cadernos do terceiro mundo* tratado com particular simpatia a revolução portuguesa do 25 de Abril.

Finalmente há que destacar a edição portuguesa do *guia do terceiro mundo*, notável trabalho que muito contribui para que a nossa opinião pública disponha de elementos de trabalho correctos, objectivos e actualizados sobre a vida política, socioeconómica e cultural dos países do Terceiro Mundo.

Testemunho do general Vasco Gonçalves, primeiro-ministro do 2º, 3º, 4º e 5º Governos Provisórios da Revolução de 25 de Abril.

A solidariedade da Frente Polisario

Por ocasião do 10º aniversário de *cadernos do terceiro mundo*, endereçamos com prazer as nossas felicitações e entusiasmo a todos os jornalistas, colaboradores e empregados pela vossa perseverança e seriedade do trabalho, com o qual deram provas de pretenderem da revista uma informação de carácter internacional.

O valor de uma publicação não se avalia pelo número de anos da sua existência — não é verdade que "o valor de um homem não depende da sua idade"? — mas sim pelo seu conteúdo, credibilidade e objectividade que originam a moral e a ética que regem qualquer órgão de informação.

E é, sem dúvida, este tríptico sobre o qual assentam os *cadernos* que merece actualmente res-

peito e admiração.

Graças à dedicação dos seus jornalistas — soldados da verdade — tendo por armas a caneta comprometida e a profunda convicção da justeza da causa dos povos oprimidos, *cadernos do terceiro mundo* constitui o crisol no, e através do qual, se reflecte e se cristaliza a vontade de independência, de paz e de progresso dos povos do Terceiro Mundo.

O crédito da revista e o facto de ela não pertencer a uma instituição de fundamentos motivados por objectivos egoístas ou de um Estado, sendo sim portavoza de todos os povos do Terceiro Mundo, confere-lhe ainda uma dimensão internacional objectiva, porque, finalmente, desempenha, através das pesquisas, a sua preocupação em fornecer aos leitores análises concretas sobre situações concretas. O mérito não advém apenas do espírito independentista e meticoloso da revista, mas também se inscreve na actividade dos seus jornalistas que demonstram o seu profundo conhecimento dos "dossiers" e a sua seriedade nas análises.

Importa dizer que *cadernos do terceiro mundo* é um instrumento muito comunicativo através do qual os povos do Terceiro Mundo se podem conhecer a si mesmos e através do qual eles podem transmitir ao resto do mundo as suas preocupações, a sua mensagem de paz, de liberdade e de dignidade humanas mas também o seu contributo inestimável para o equilíbrio internacional, que não é apanágio ou actividade exclusiva — longe disso — das potências imperialistas, como existe a tendência de o fazer crer abusivamente.

Apesar de jovem e da comple-

xa missão a que se propôs — dar a conhecer e defender as aspirações do Terceiro Mundo — *cadernos do terceiro mundo* faz verdadeiramente inveja a muitos jornais e revistas criados há muitos decénios.

Aproveito esta feliz ocasião para render homenagem merecida a *cadernos do terceiro mundo* pelo papel dinâmico que joga na Nova Ordem Informativa Internacional e pelo seu empenhamento total, desinteressado e militante para com os povos em luta e em particular o povo da República Árabe Sarauí Democrática que lhe reconhece esta vocação e disponibilidade constante.

Mohamed Salem Ould Salek (Membro do Bureau Político da Frente Polisario e responsável do Comité das Relações Exteriores).

Os votos de Sean McBride

Creio que as revistas *cadernos do terceiro mundo*, primeiramente na Argentina e, depois, as publicadas no México, Portugal e Brasil, são uma contribuição valiosa no sentido de despertar a consciência do cidadão comum sobre a sua própria força e da necessidade de se organizar e seguir uma linha política terceiro-mundista mais activa.

É muito importante deixar claro que os verdadeiros terroristas são os responsáveis pela pobreza e a miséria que existem no mundo. Espero que continuem com este valioso trabalho e desejolhes êxito.

Sean McBride, Prémio Nobel da Paz e Prémio Lenine, antigo presidente da Comissão da Unesco sobre a Nova Ordem Informativa Internacional e foi também

presidente da Comissão da ONU para a Namíbia.

Pelas lutas do Terceiro Mundo

Está de parabéns a equipa de *cadernos do terceiro mundo*. O trabalho que realiza é importantíssimo, pois ajuda a esclarecer de facto aquilo que é a luta do Terceiro Mundo: uma luta muitas vezes esquecida, quando não simplesmente ignorada.

Tenho acompanhado o vosso trabalho. Como leitor assíduo, sinto como muitos portugueses, brasileiros ou angolanos se preocupam, por exemplo, com problemas específicos moçambicanos, ou como estes são curiosos quanto a acontecimentos na América Latina, Portugal, etc.

Como é do conhecimento geral, a imprensa internacional sofre o domínio dos grandes grupos económicos, fruto da conjuntura existente. Por isso mesmo, formulo votos para que a penetração dos *cadernos* não se dê somente no Terceiro Mundo, mas que atinja um nível mais global, e que seja cada vez mais forte.

João Baptista Cosme, embaixador de Moçambique em Lisboa.

Congratulações da FELAP

Nós, que conhecemos de perto a luta dos jornalistas do Terceiro Mundo para romper o silêncio ou a deformação sobre as nossas realidades, aspirações e esperanças, não podemos conter o nosso prazer e satisfação quando temos que registar com orgulho compartilhado, o aniversário de uma publicação que compila com habilidade profissional e profundidade de compromisso,

esse drama dos nossos países.

Tratando-se, além disso, de um esforço bem sucedido, como *cadernos do terceiro mundo*, a nossa satisfação é maior. *cadernos* já é parte fundamental da história dessa luta, e seus editores, redactores e colaboradores, mestres dessa história.

A tragédia dos países do Terceiro Mundo com o seu fundo aberrante de colonialismo, exploração, miséria, desculturalização, neocolonialismo e segregação racial, *é uma só, com os mesmos inimigos*.

Por isso *cadernos do terceiro mundo* é, também, junto com a Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), com todos os jornalistas alinhados com os povos, uma só expressão de combate. Na libertação por muitos métodos (entre eles a informação) e no caminho dessa libertação, um aniversário como o de *cadernos do terceiro mundo* é uma celebração familiar, entre irmãos. E essa família é grande, é de milhões em todos os continentes da terra.

Transmito, pois, aqui a minha admiração e carinho para *cadernos do terceiro mundo* em nome dos irmãos da Nicarágua e em nome dos 70 mil jornalistas da nossa Federação Latino-Americana.

Danilo Aguirre Solis, secretário-geral da FELAP, e candidato a deputado pela FSLN (Nicarágua).

SALPRESS saúda "cadernos"

A Agência Salvadorenha de Imprensa (SALPRESS) saúda a revista *cadernos do terceiro mundo* por motivo do seu 10º aniversário de trabalho ininterrupto.

Desde Setembro de 1974, *cadernos do terceiro mundo* desenvolveu um trabalho de comunicação alternativa valioso para compreender as realidades dos nossos países.

No quadro do desenvolvimento de uma Nova Ordem Informativa Internacional, esta revista contribuiu enormemente para a difusão da problemática política, social, económica e cultural dos nossos povos.

Neste momento, quando os movimentos de libertação nacional sofrem uma forte investida por parte do governo dos Estados Unidos, o trabalho de *cadernos do terceiro mundo* adquire um nível de primeira ordem, a fim de que a comunidade internacional permaneça informada de factos tão relevantes.

Em especial, SALPRESS felicita *cadernos do terceiro mundo* pelo trabalho jornalístico realizado em torno da situação salvadorenha e centro-americana.

Ricardo Gómez, Director.

Arma dos trabalhadores

No contexto de crise geral do capitalismo, no qual o belicismo imperialista se exacerba pela defesa dos seus interesses mediante a agressão contra os nossos povos em todas as esferas que compõem a sociedade, pressões de índole económica, política ou cultural, aguçam a problemática que vivemos, já em si difícil, de países subdesenvolvidos e dependentes que somos.

O imperialismo, sobretudo o norte-americano, no seu afã de justificar o seu belicismo, anti-comunismo e intransigência, lança mão sem escrúpulos da mentira, da tergiversação, da mani-

terceiro mundo - 7

pulação política e ideológica, através dos meios de comunicação e, ainda, do crime, para se imiscuir nos assuntos internos dos nossos países, erigindo-se como o *gendarme* dos "nossos" interesses e "bem-estar". Mentiras que justificam a sua intervenção em Granada, as que se depreendem do "Livro Branco" de El Salvador e Nicarágua, aquelas referentes ao suposto eixo Moscovo-Havana-Nicarágua, que avalizam a sua intervenção militar nas Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica; as mentiras sobre a "defesa" da liberdade e segurança nacional que ocultam as minas e a agressão mercenária à Nicarágua, o bloqueio a Cuba, a presença de aviões espões como o sul-coreano, a tergiversação dos factos e problemas que se vivem no Afeganistão, Polónia, Palestina, Angola e todos os nossos povos, são só uma amostra do papel político que exerce hoje a informação em benefício ou contra a verdadeira realidade das nossas lutas.

O trabalho que durante 10 anos realizou *cadernos do terceiro mundo*, reveste-se de uma indiscutível importância política, já que nos permite conhecer através da informação verídica, da análise política de classe, ao serviço das lutas dos nossos povos, a situação real de cada um deles, a opressão de que são vítimas e os avanços, retrocessos e solidariedade com que contam na sua luta pela libertação nacional, anti-imperialista e pela paz.

O trabalho que *cadernos* realiza é uma arma a mais dos trabalhadores no terreno da luta teórica, ideológica e política que, a partir do conhecimento da realidade concreta, nos permite impugnar as posições re-

sionistas, reacçãoárias e imperialistas, que são uma das melhores armas para confundir e deter os nossos povos.

Uma saudação fraternal e solidária pelo trabalho realizado nestes 10 anos e os nossos desejos de que continuem no mesmo caminho.

Direcção Colectiva da Revista "Estrategia". (México).

Profundidade e objectividade

Por ocasião da comemoração do 10º aniversário de *cadernos*, publicação dedicada a divulgar com profundidade e objectividade os problemas dos países do Terceiro Mundo, queremos transmitir as nossas mais calorosas felicitações e exortá-los a prosseguir no vosso trabalho em benefício dos nossos povos.

Juan Ducoudray, director de "Política: teoría y acción", órgão teórico do Partido da Libertação Dominicana (PLD).

A voz do Terceiro Mundo

Felicidades a *cadernos* pelos 10 anos de existência.

Se a voz do Terceiro Mundo necessita de algo é de uma revista como *cadernos*. Porque nela podemos escutar a voz dos que foram traídos por governos anti-sociais, corruptos. É a voz do necessitado, explorado, dos que sofrem na carne a dor de serem colónias dilaceradas pelas garras imperialistas e do capitalismo.

Aproximamo-nos do século XXI mas enquanto houver colónias, povos escravos, necessitar-se-á de *cadernos* e muitas outras publicações que levem ao mundo a luta emancipadora dos povos. Avante *cadernos*! Que a luta está encaminhada. Que vivam os

povos do mundo sem o capitalismo e o imperialismo!

Lydia Callazo, Porto Rico.

Parabéns da Grécia

Antes de mais nada, gostaria de lhes desejar "Feliz Aniversário" e agradecer pelo espaço que proporcionam para que eu expresse a minha opinião.

Tenho grande apreço pela revista *cadernos do terceiro mundo* e considero-a única entre as publicações importantes. Para mim, que tenho constante interesse pelos assuntos do Terceiro Mundo e, particularmente pelos relacionados com a América Latina, essa revista é uma importante leitura. Ela fornece, em primeira mão, informação sobre assuntos que costumam aparecer propositadamente distorcidos pelos meios de comunicação ocidentais.

Todos sabem que a informação é eficientemente manipulada por umas quatro agências de notícias europeias e norte-americanas que operam com o apoio capitalista. Eis porque o Terceiro Mundo é sempre mencionado em ocasiões dramáticas (golpes de Estado, dívida externa, etc.), para nos aliviar um pouco a consciência.

Por outro lado, as revistas internacionais que tratam do mesmo tema são insuportáveis na medida em que se apegam a um ponto de vista meramente técnico e mantêm-se a uma distância "lógica" para parecerem "objectivas" e obterem credibilidade.

Para preencher essa lacuna, existem os *cadernos* que operam em bases diferentes, numa atitude *free-lancer*, e vão directos ao cerne do problema. Vocês focam

uma variedade de assuntos vitais e sérios, que vão da política à cultura, dos assuntos económicos aos sociais, com uma forte base ideológica, de modo radical e profundo, qualidades que, na minha opinião, conferem uma marca especial a todas as suas análises.

Estas são algumas das muitas razões que me fazem apreciar *cadernos* e usá-los como fonte de referência para os meus estudos com sucesso.

Maria Kastrisianaki, Atenas, Grécia.

A palavra chega longe

É justo e necessário reconhecer o excelente trabalho que a revista *cadernos do terceiro mundo* desempenha.

Num mundo onde nós, os terceiro-mundistas, permanecemos incomunicáveis pelos bem montados aparelhos de desinformação próprios do imperialismo yankee, depararmos com uma revista como *cadernos* é satisfatório e proveitoso.

Apesar dos atropelos de que são vítimas os colaboradores, esta revista mantém a sua objectividade e qualidade informativa; cito o caso de Mário Augusto Jakobskind expulso pela ditadura uruguaia, entre muitos outros.

Não se pode deixar de mencionar as ilustrações (fotografias) assim como o nível profissional dos repórteres, já que tornam a informação uma leitura agradável e com o olhar voltado para um amanhã melhor.

São condenáveis as censuras de que esta revista é vítima, mas está subentendido que, se as ditaduras não fizessem essas censuras, actuariam de maneira "anti-patriótica". Sabemos que as cen-

suras poderão impedir ou retardar a verdade, mas nunca destruí-la. Parodiando Eduardo Galeano: *De mil maneiras, às vezes misteriosas, a palavra se abre e multiplica caminhos, salta muros, burla alfândegas e chega longe.*

Dizer tudo o que significa *cadernos* seria interminável. Nós (os leitores) esperamos continuar a receber esta revista.

Sem mais, resta-me felicitá-los, dar-lhes esse incentivo solidário para que continuem a aticar esta chama libertadora que dia-a-dia se propaga pelo nosso heróico Terceiro Mundo.

Roberto Quesada, Honduras.

O direito à informação

Desejamos estender as nossas mais calorosas felicitações a todos os companheiros que colaboraram na publicação de *cadernos do terceiro mundo*, neste 10º aniversário da sua fundação. É, para nós, um imenso prazer saber que contamos com tão distinto esforço na luta para abrir o caminho da informação que diariamente os grandes monopólios noticiosos se empenham em entorpecer. O trabalho que realizam é de uma importância essencial para todos nós que lutamos para alcançar um futuro mais esperançoso para os nossos povos.

Recebam, pois, novamente o nosso agradecimento e esperamos poder continuar recebendo de vocês a informação que com tanto sacrifício nos remetem mensalmente. A luta é também pelo direito de estar devidamente informados dos acontecimentos diários e nessa luta vocês são a vanguarda.

Nydia Correa de Jesús e Ramón Nenadich Deglan's, San Juan, Puerto Rico.

Intercâmbio editorial

Desde o ano passado, iniciámos a publicação da revista *Hoy es Historia*, que aborda o estudo e a análise da nossa história nacional e ibero-americana, num esforço para contribuir em difundir e consolidar na consciência dos nossos povos a ideia da inadiável necessidade de tornar efectiva a integração das pátrias da Nação Americana. Por considerar os *cadernos* uma excelente publicação profundamente comprometida com as mais caras aspirações dos nossos povos, dirigimo-nos a vocês para vos oferecer um intercâmbio permanente de ambas as publicações. O nosso número cinco correspondente ao bimestre Agosto/Setembro foi dedicado a Salvador Allende.

Nelson Rojas — Revista *Hoy es Historia* — Montevideo, Uruguai.

"... Nem tudo está perdido"

As notícias sensacionalistas dadas pelos nossos meios de comunicação trazem-me tanta depressão que decidi há algum tempo, não tomar conhecimento delas. Assim, assustada, esbarrei um dia com *cadernos*. Senti algo como que amigo, familiar. Daí fui lendo, um pouquinho aqui, um pouquinho ali, até que resolvi fazer uma assinatura. Agora, não posso deixar de cumprimentá-los pela seriedade e competência com que executam o vosso trabalho. Não posso deixar de agradecer-lhes por artigos como "uma nova concepção da banda desenhada", (*cadernos* n.º 69), onde Ubaldo Ceballos diz coisas como "somente uma ínfima parte dos que aspiram a essa honra, alcança a oportunidade. Para cada lugar a ser preenchido (na tarefa internacionalista) há centenas de pessoas dispostas". Às vezes a gente precisa ouvir isto para sentir que nem tudo está perdido. Nem todos são mau carácter. A dignidade e a solidariedade ainda existem. Gostaria de agradecer a toda a equipa dos *cadernos* por nos colocar em contacto com os problemas, as lutas e as vitórias dos povos do nosso sofrido Terceiro Mundo. Isso traz-nos a esperança de mudanças, mesmo que nos pareçam muitas vezes impossíveis.

Flávia C. Luz Naves, Campinas, Brasil.

Informática versus Gramática

Brilhante a matéria sobre Informática publicada em *cadernos* nº 68, a qual aborda quase todos os ângulos que o assunto envolve. Permite-me acrescentar algo que parece estar a passar despercebido por ser, ironicamente, tão evidente. Os informes e dados obtidos dos computadores, em terminais e principalmente em impressos, constituem um grande crime contra o vernáculo deste país. Quero referir-me à acentuação gráfica e à pontuação que, por motivos óbvios, não existem na escrita computadorizada. Ao tempo em que se constata que a penetração cada vez maior da informática em todas as áreas da sociedade — particularmente no ensino — é um facto, não fica difícil de se concluir que, devido ao gradual condicionamento visual que vai minando a população, teremos — e já estamos a ter — cada vez mais ignorantes na aplicação correcta da nossa língua oficial.

Carlos Magno Zanella, Erechim, Brasil.

Elogio a "cadernos"

Como vou trabalhar na Acção Católica Rural, em Lisboa, passarei por aí. Tenho necessidade de informação objectiva.

É meu desejo, desde já, pedir que alguém de vós possa, alguma vez, falar aos rurais da Acção Católica com a linguagem honesta e corajosa que eu tanto aprecio.

Manuel Marques, Oñá — Portugal.

Ainda a paranóia nuclear

Como cidadão de um país amante da paz, lutador pela harmonia universal e como estudante de pedagogia que sou e, claro, querendo posteriormente transmitir os meus conhecimentos aos meus semelhantes, vejo o meu futuro e o de todos "minado" pela paranóia nuclear — assunto oportuno e pertinente — agradecendo-vos, por isso. Peço-vos que não vos furteis a esforços, publicando, de quando em vez, assuntos análogos, incitando o Terceiro Mundo à luta contra a corrida armamentista.

Ventura de Azevedo, Luanda, Angola.

10 - terceiro mundo

Participação através da filosofia

Escrevo para comunicar que, atendendo ao apelo da revista, passei um abaixo-assinado na escola onde trabalho, e enviei directamente para o Congresso Nacional Africano, além de ter enviado em meu nome pessoal o meu protesto a Mr. Pieter Botha e Mr. Marais Viljoen, pedindo pela vida de Malisela Moloise, no início de Julho. Infelizmente não tenho cópia do texto do abaixo-assinado, mas foi lido nas classes do 2º grau da escola prof. Vicente Peixoto, do curso nocturno, em Osasco, e colhidas em torno de 250 assinaturas entre professores e alunos. (...) Sou professor de filosofia do curso nocturno da escola, e foi importante a possibilidade que *cadernos do terceiro mundo* nos ofereceu para mostrar que não estamos isolados no nosso trabalho na sala de aula. Vejo a sala de aula como uma vitrine para o mundo, e não estamos mais dispostos a ver passar os acontecimentos sem a nossa participação. É mostrar que a filosofia tem a ver com o mundo de hoje, aqui e agora.

João dos Reis, Osasco, São Paulo, Brasil.

Vereadores contra o armamentismo

Nós, vereadores da Câmara Municipal de Campinas, apresentamos a essa Casa de Leis, uma moção pela Paz e contra a exportação de material bélico pelo Brasil. Para nós é inaceitável que, sob a desculpa de obtermos *superavit* na balança comercial, o Brasil continue a servir interesses estrangeiros danosos, tanto ao povo brasileiro como a toda a humanidade. Diante disso, apelamos aos companheiros para que se engajem nessa luta, que é a luta por um Brasil livre, forte e com justiça social. Um Brasil do povo brasileiro.

Reinaldo Dias — Câmara Municipal de Campinas — SP, Brasil.

Reportagem sobre Geraldo Vandré

Venho através desta solicitar aos *cadernos* que publiquem uma matéria sobre Geraldo Vandré, esse grande compositor e cantor (...) que anda apagado do cenário brasileiro.

Dênio M. Marra, Carmo do Cajuru, Brasil.

Intercâmbio

● Fernando Torres L. Lima
Rua São Tomé e Príncipe, 12 — 19 A
2900 — Setúbal — Portugal

● Tiago Garcia F. "Tshamukwenu"
Centro de Formação de Telecomunicações da ENATEL
Bairro dos C. T. T. — C. P. 1321
Luanda — Angola

● Sérgio Ferraz Emília
Bairro Maculusso, Rua Marcelino
Dias — Casa 17 — r/c Esq.
C. P. 5329 — Luanda — Angola

● Sebastião A. Ventura de Azevedo
C. P. 85 — Luanda — Angola

● Sebastião Samuel Mapange
Bairro Ingombota
Rua Samuel Bernardo, casa 45,
r/c — C. P. 782 — Luanda — Angola

● Cartigo António
Hospital Central da Beira — Psiquiatria
C. P. 1613 — Beira — Sofala
Moçambique

● Francisco de Oliveira Miguel
Rua Alípio Brandão, casa 90
Bairro Neves Bendinha
Luanda — Angola

● João de Brito Pires
Rua Bento Banha Cardoso, 25
Luanda — Angola

● Manuel Chico
C. P. 10.566 — Luanda — Angola

● S. Djundi Assaka
C. P. 6075 — Luanda — Angola

● Adriano Correia José
Município de Cazenga — C. P. 1400
a/c de Maria Domingos — C. T. T.
Luanda — Angola

● Ivair Pasquali
Santa Cecília — Tapejara — RS
CEP.: 99.950 — Brasil

● Flávia C. Luz Naves
Rua Pereira Barreto, 63 — Chácara
da Barra — Campinas — CEP.: 13.100
SP — Brasil

● Daniel Monteiro de Souza
Rua Pio X, 731 — Bairro Novo
Carmelo — Camarajibe — PE
CEP.: 54.750 — Brasil

● Altair Alberto Fávero
Marau — RS — CEP.: 99.150 — Brasil

● Pascoal Martinho Sebastião
C. P. 3635 — Luanda — Angola

● Dirceu Casa
Rua Benjamin Constant, Vila Maria
Marau — RS — CEP.: 99.150 — Brasil

● Otilha Francisco da Silva
Posta Restante dos C. T. T. da Precol
Luanda — Angola

África do Sul: o Nobel e a igreja anti-racista

Em Fevereiro deste ano, a chamada Comissão Eloff, formada pelo governo sul-africano para investigar as actividades do Conselho de Igrejas (SACC) encaminhou ao parlamento as suas conclusões afirmando que a organização eclesiástica estava "perigosamente envolvida com o terrorismo", pedia sanções contra ela, e terminava com um apelo bizarro: "É preciso que o governo impeça a SACC de tentar espalhar um sentimento de culpa entre os cristãos deste país".

Esta frase final tinha um endereço certo, o bispo anglicano Desmond Tutu, o mais conhecido dirigente do Conselho das Igrejas da África do Sul, e um veterano crítico das leis de discriminação racial vigentes no país desde 1948. O relatório da Comissão presidida pelo juiz C.F. Eloff sugeria que o SACC fosse banido, a exemplo do que já ocorreu com a maior organização negra anti-racista, o Congresso Nacional Africano (ANC), que foi remetido à clandestinidade há mais de 20 anos. Mas a reacção do bispo anglicano de 53 anos foi violenta. Ele não só negou autoridade moral para a comissão Eloff investigar as actividades do Conselho, como desafiou o governo ao prometer que "ele continuaria a trabalhar contra o *apartheid* até que isto se tornasse totalmente impossível". Houve também uma forte reacção internacional e o governo foi obrigado a recuar.

A grande preocupação de Tutu, que em 1972 se tornou o primeiro bispo negro escolhido da igreja anglicana na África do Sul, foi sempre em desvincular o



Desmond Tutu

apartheid da doutrina cristã. Esta vinculação foi estabelecida desde o início da ocupação branca quando os colonos *boers* criaram a sua própria igreja.

O divórcio entre a igreja e o *apartheid* ganhou corpo a partir da década de 60 quando um dos líderes da Igreja Reformada, o reverendo Beyers Naude, rompeu com o credo oficial, abandonou a sociedade secreta dos *africaners* (Broederbond) e criou o Instituto Cristão que tomou uma posição radicalmente contrária ao sistema da discriminação racial. O Instituto foi banido em 1977, permanecendo até hoje na ilegalidade. Mas a rebelião dentro da Igreja Reformada, uma espécie de fortaleza ideológica do *apartheid*, cresceu ainda mais quando o reverendo Allan Boesak também começou a militar a favor dos direitos da maioria negra. Boesak foi eleito presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, marcando o isolamento total da igreja branca sul-africana comprometida com

o racismo em relação às suas congêneres no resto do mundo. No ano passado, o mesmo Allan Boesak tornou-se o principal dirigente da Frente Democrática Unida (DF), a maior organização de massas ainda na legalidade, formada por negros, mestiços, indianos, brancos, estudantes, sindicatos, igrejas e organizações de direitos humanos.

O impacto do rompimento das mais importantes lideranças religiosas com o *apartheid* foi um golpe terrível para a minoria branca. Ela que sempre se considerou detentora de um mandato divino para explorar a mão-de-obra negra, viu-se forçada, a partir de 1977, a abandonar o argumento religioso. Daí a justificação para a frase final da Comissão Eloff, quando esta pede que o governo use a força para suprimir o sentimento de culpa que começa a assaltar as consciências de um número crescente de brancos sul-africanos. Esta culpa, em graus variáveis, já perturba o sono de quase metade dos sul-africanos de origem europeia. Só o Conselho das Igrejas Sul-Africanas tem o apoio de 13 milhões de adeptos, o que forma cerca de 45% da população do país. Mas apesar da importante transformação ocorrida na igreja sul-africana, reforçada agora com o Prémio Nobel da Paz ao bispo Tutu, as lideranças religiosas ainda não conseguiram ser integralmente aceites pela maioria negra. Um relatório organizado pela ordem de Maryknoll admitiu recentemente que para um grande número de africanos, a Igreja ainda é uma parte do problema racial, e não uma das soluções. E tanto é parte ainda do problema, que o SACC, só consegue funcionar graças à ajuda maciça de igrejas estrangeiras que fornecem 97% do orçamento da organização.

(Carlos Castilho)

Chade: a retirada de tropas não garante a paz

□ A primeira vez que o governo de Hissène Habré soube da retirada conjunta das tropas francesas e líbias do país foi através do noticiário da rádio *France Inter*. Somente dias depois é que chegou a N'Djamena o texto oficial do acordo entre a França e a Líbia prevendo a saída de todas as tropas estrangeiras estacionadas no Chade desde 1982. O facto de ter ficado à margem das negociações mostrou o grau de isolamento a que foi relegado Hissène Habré, cuja autoridade não é reconhecida por Gukuni Ueddei.

As forças líbias, num total de aproximadamente três mil soldados, apoiam o GUNT, que se instalou no norte do Chade depois que Habré, com a ajuda francesa, derrubou o governo de Ueddei, em Junho de 1982. Desde então, o país ficou virtualmente dividido em dois. Na parte sul, Habré passou a contar com o apoio de dois mil soldados do Zaire, três mil e quinhentos membros da legião estrangeira francesa, assessores militares israelitas e até sul-africanos. A guerra civil no Chade levou a Organização da Unidade Africana (OUA) a um impasse, já que em duas oportunidades as divergências em torno da representatividade de Habré ou Ueddei impediram a realização da Assembleia Geral anual.

O envolvimento francês na guerra gerou descontentamento interno e dificuldades para o presidente François Mitterrand, ao mesmo tempo que o governo da Líbia passou a procurar uma solução do caso Chade dentro de uma estratégia diplomática de recomposição de alianças na área do Magreb. Depois da reaproximação entre Líbia e Marrocos, cresceram os indícios de que tanto Mitterrand quanto o coronel

Muammar Khadafi estariam interessados em acabar com o impasse chadiano.

A rapidez do acordo franco-líbio surpreendeu a maioria dos diplomatas africanos, sem falar no próprio Hissène Habré. O começo da retirada foi marcado para 25 de Setembro e deveria ser completado num prazo de 50 dias, findo os quais iniciar-se-iam as conversações formais de paz visando à reunificação do Chade. Mas apesar do entendimento entre Paris e Trípoli, as profundas desconfianças entre as facções rivais no Chade, onde existem 11 grupos diferentes em luta pelo poder, lançaram uma série de dúvidas sobre o desarmamento efectivo.

Habré disse que logo após a retirada das tropas líbias mandaria as suas forças ocupar a parte norte, especialmente a cidade de Faya Largeau, controlada há mais de um ano pelas forças do GUNT. Gukuni Ueddei, por seu lado, disse que após a saída dos franceses iria atacar a capital, N'Djamena.

À parte do desfecho do jogo de pressões, o certo é que os quatro milhões e meio de habitantes do Chade, divididos em mais de 400 grupos étnicos distintos, sofrem no momento uma tragédia ainda maior do que a guerra. Trata-se de uma prolongada estiagem que já obrigou mais de 300 mil camponeses a abandonar as terras. A maioria deles percorre sem rumo as regiões desérticas do Chade em busca de água e comida, principalmente no norte do país. Nos últimos dez meses, cerca de 60 mil toneladas de alimentos foram enviadas para o Chade por organismos internacionais, mas a existência de numerosos grupos armados, a falta de estradas e a

incapacidade do governo Habré de garantir a distribuição da ajuda alimentar fizeram com que a maior parte dos donativos apodrecessem nos armazéns de N'Djamena.

Um dos factores que dificultou o andamento da retirada foi a resistência de Habré em aceitar a chegada de uma comissão formada por representantes dos governos do Senegal e Benin para observar a saída das tropas estrangeiras. O delegado senegalês foi aceite sem problemas, mas o representante do Benin enfrentou uma oposição cerrada por causa do apoio dado por esse país à causa de Ueddei. O certo é que na data marcada os observadores internacionais não estavam em N'Djamena, o que deflagrou uma campanha de pressões da parte da França para que Habré aceitasse a comissão do Senegal e Benin.

Mas se as dúvidas sobre a saída das tropas francesas e dos contingentes estrangeiros que apoiam Ueddei são muitas, são ainda maiores as incertezas quanto à futura conferência de paz destinada a reunificar o Chade e apontar uma saída para o impasse entre o GUNT e o regime de Hissène Habré.

Pesticidas do Ocidente envenenam Terceiro Mundo

Dez mil pessoas morrem por ano, ficando outras 400 mil envenenadas, em consequência da utilização de pesticidas exportados pelos países industrializados para o Terceiro Mundo. Segundo um grupo de cientistas que realizou investigações no estado brasileiro de São Paulo, em cada mil operários, dez sofrem de efeitos de envenenamento. Além do Brasil, registam-se na Colômbia, México e Jamaica epidemias frequentes derivadas do emprego de pesticidas perigosos e proibidos nos países que os exportam.

Botswana: mantido o veto a acordo com o "apartheid"

□ A vitória obtida pelo partido governamental nas eleições gerais do Botswana reforçou a posição do presidente Quett Masire em rejeitar um pacto de não agressão exigido pela África do Sul desde o começo deste ano. O partido de Masire, o Partido Democrático de Botswana (BDP) obteve 29 dos 34 lugares do parlamento escolhidos por votação directa.

Pouco antes das eleições, o presidente de Botswana advertiu que a assinatura de um acordo de não agressão com o regime do *apartheid* poderia provocar a anulação de todos os esforços feitos por este pequeno país enclavado na África Austral em favor da independência económica e da igualdade racial. Masire alegou que não existe a necessidade de um pacto semelhante ao assi-

nado entre Moçambique e a África do Sul, afirmando que o Botswana nunca teve uma política agressiva em relação ao governo de Pretória.

O resultado eleitoral deve agora provocar um aumento das pressões sul-africanas usando basicamente a arma económica, já que a maior parte das exportações e importações do Botswana passam através dos caminhos-de-ferro e portos sul-africanos. Mas o presidente Masire afirmou que não cederá a pressões externas.

Apesar de manter uma confortável maioria no parlamento, o BDP perdeu algumas posições importantes para os partidos de oposição. A Frente Nacional do Botswana (BNF) tem agora quatro deputados em vez de dois, e o Partido Popular (BPP) conservou o seu único deputado. Os

avanços mais importantes da oposição aconteceram na região norte e nas grandes cidades, o que foi encarado como um sintoma de descontentamento dos sindicatos e trabalhadores mais pobres em relação à política económica do governo. A inflação de 12% tem provocado uma acentuada queda do poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos e dos mineiros do norte do Botswana.

Apesar da oposição ter recolhido dividendos políticos ao concentrar os seus ataques na política económica, a Frente Nacional perdeu credibilidade na medida em que defendeu o pacto de não agressão com a África do Sul. Dois ministros do governo não foram eleitos e, em consequência disso deixaram os seus postos, embora continuem no parlamento como deputados escolhidos por via indirecta. Entre eles, está o ministro dos Negócios Estrangeiros Archibal Mogwe, que foi substituído pela única mulher eleita para o parlamento, Gaositwe Chiepe.

Moçambique: a perigosa estrada do milho

□ A estrada de 620km que liga o Malawi ao Zimbábue, através da província moçambicana do Tete, transformou-se recentemente na mais importante e também na mais perigosa estrada do sul da África. A mais importante, porque através dela transitam 150 mil toneladas de milho destinadas a alimentar populações do Zimbábue que estão a morrer de fome em consequência da seca de três anos que atingiu o país.

É a mais perigosa, porque a estrada se transformou num dos principais alvos do movimento terrorista Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que procura impedir o fluxo de ca-

miões e mercadorias pela região, com o objectivo de desestabilizar tanto a economia de Moçambique como a do Zimbábue. A RENAMO é apoiada militar e financeiramente pela África do Sul.

Actualmente, a cada passagem de comboios com cinco ou seis camiões, repetem-se combates entre forças militares de Moçambique e do Zimbábue contra os terroristas. Já aconteceram mais de 40 emboscadas ao longo da estrada nos últimos três meses. Os comboios percorrem-na três vezes por semana protegidos por blindados e veículos militares. O trajecto é feito apenas de dia e a continuidade do tráfego é

considerada essencial para a sobrevivência de populações que já não têm mais nada para comer devido à escassez de chuva. No final de Setembro, a seca diminuiu e alguns cultivos foram reiniciados, mas a população só terá condições de colher o seu próprio alimento daqui a quatro ou cinco meses.

Existe uma estrada alternativa através da Zâmbia, mas esse percurso não tem sido usado porque é mil quilómetros mais longo e os camiões são obrigados a pagar impostos muito altos pela passagem por território zambiano, onde as exigências alfandegárias são também muito mais complicadas. Os camionistas e empresas de transporte que operam na região do Tete afirmam que apenas um acordo aduaneiro entre a Zâmbia, Moçambique e Zimbábue poderá resolver o problema.

Zimbabwe: governo prepara eleições



A ZANU quer aumentar a vantagem eleitoral obtida em 1980

A proibição de manifestações públicas organizadas pelo partido opositor ZAPU foram suspensas a partir de Outubro como parte do plano do governo do primeiro-ministro Robert Mugabe para normalizar a situação política do país até às eleições gerais previstas para o começo do próximo ano. Desde Junho deste ano, que a ZAPU estava proibida de realizar comícios e desfiles, depois de simpatizantes seus terem atacado prédios e funcionários do governo.

A decisão foi anunciada após

a ZANU, o partido no governo, ter manifestado a sua decisão de criar todas as condições para que as primeiras eleições gerais a terem lugar após a independência sejam as "mais livres e democráticas possíveis". A ZANU mobilizou todos os seus adeptos desde a realização do seu congresso, no começo de Agosto, quando foi aprovada a criação de um partido único no Zimbabwe como forma de acelerar a luta pela transformação total das estruturas sócio-económicas do país.

Anteriormente, o governo ha-

via já suspenso o recolher obrigatório na província de Matabeleland, onde dissidentes políticos ligados à ZAPU e apoiados pela África do Sul desenvolviam actos de terrorismo contra adeptos do governo e instalações agrícolas de colonos brancos, que continuaram no país após a independência. Apesar de ter travado a guerra da independência aliada com a ZANU, a ZAPU sofreu um acentuado desgaste político em consequência do personalismo do seu líder, Joshua Nkomo, e da sua ligação com os grupos terroristas.

Três mil militantes da ZAPU já passaram para a ZANU nos últimos meses, incluindo-se entre eles um ministro de Estado e vários dirigentes políticos provinciais. Actualmente, importantes dirigentes da ZAPU têm feito declarações contrárias aos dissidentes, ao mesmo tempo que procuram desvincular-se da liderança de Joshua Nkomo. O isolamento do fundador da ZAPU e o seu desprestígio junto à maior parte da direcção do partido abrem possibilidades para que a ZANU obtenha nas próximas eleições uma maioria esmagadora, o que virtualmente lhe dará o controlo total do próximo parlamento. Actualmente, o partido de Mugabe tem já a maioria simples e se alcançar mais de 80% dos votos poderá levar adiante o seu projecto de partido único.

Inglês criam força de intervenção na África

O Ministério da Defesa da Grã-Bretanha já colocou em andamento o plano de criação de uma força de deslocamento rápido capaz de intervir em qualquer país da África ou das Caraíbas. A nova unidade é uma cópia de uma força semelhante

criada há três anos pelos Estados Unidos cobrindo especialmente o Médio Oriente, Golfo Árabe e a América Central.

A força britânica de intervenção será composta por fuzileiros navais e pára-quedistas, comandados por um Estado-Maior de 480 oficiais. Ao dar a notícia, o jornal *Sunday Times* disse que o Alto-Comando britânico decidiu criá-la depois da guerra das

Malvinas, quando ficou evidente a dificuldade das suas forças armadas para intervir em locais distantes. A força de deslocamento rápido será composta por dez mil homens e só entrará em acção no caso de algum país pedir ajuda, segundo revelou o *Times*. A unidade militar britânica não actuará no Médio Oriente, pois esta área é considerada exclusiva dos Estados Unidos.

Argentina: o Relatório Sábado

□ No dia 20 de Setembro, a Plaza de Mayo, no centro de Buenos Aires, ficou repleta de políticos, estudantes, trabalhadores, funcionários e mulheres para assistir à entrega de um pesado documento com cerca de 50 mil páginas ao presidente Raúl Alfonsín. A manifestação foi silenciosa e durante toda a sua duração esteve sempre carregada de um alto conteúdo dramático.

Afinal, nas 50 mil páginas dactilografadas entregues a Alfonsín estavam as provas sobre a eliminação de 8.961 argentinos por militares do exército, marinha e força aérea no período entre 1976 e 1983. Apenas são reproduzidos no chamado "Relatório Sábado" os casos comprovados com depoimentos e testemunhas. O número total de pessoas desaparecidas durante o período mais sangrento da repressão pode chegar aos 30 mil, segundo admitem os próprios membros da comissão que investigou o massacre.

O escritor Ernesto Sabato, um veterano na luta pelos direitos humanos na Argentina, foi o presidente da comissão de oito membros que durante 280 dias mergulhou num dos períodos mais negros da história do país. Além das provas da violência militar, a comissão organizou uma lista de 1.300 oficiais e soldados das três armas implicados que também foi entregue ao presidente argentino. Mas a relação dos responsáveis pela tortura, assassinato e chacina de presos políticos não será divulgada atendendo a um pedido do próprio presidente Alfonsín.

"O que nós recolhemos é apenas uma parte do drama" — admitiu Sabato, para quem o trabalho de investigar as atrocidades cometidas em nome da luta

contra o terrorismo foi "a pior e mais traumática experiência a que um ser humano se poderia submeter". Para Sabato, foi o "mesmo que mergulhar no âmago da barbárie cometida por indivíduos que jamais poderiam ser classificados como pertencentes à raça humana".



Alfonsín e os militares: uma convivência difícil

Todos os partidos políticos, organizações humanitárias, sindicais, movimentos civis e associações religiosas elogiaram o relatório, a mais exaustiva investigação já feita na Argentina sobre um episódio político-criminal. Mas as *madres de Mayo*, as viúvas, mães e avós de presos desaparecidos acham que apesar das provas, o governo não parece interessado em punir os responsáveis. Depois de fazerem vigílias durante vários anos na Praça de Maio (em frente à sede do governo), as *madres* não foram ao acto do dia 20 de Setembro. Elas afirmam que o caso dos desaparecidos só estará encerrado quando os responsá-

veis estiverem presos.

É justamente este o grande problema do presidente Alfonsín. Ele quer que os responsáveis pelo assassinato de presos políticos sejam julgados pelos próprios militares. Mas o Tribunal Superior das Forças Armadas recusou-se a processar os camaradas de farda acusados pelos massacres, o que tornou necessárias negociações políticas muito delicadas.

A complexa situação envol-

vendo o governo e as forças armadas, somou-se a questão de Beagle. O anúncio de um acordo com o Chile não agradou a vários sectores do exército e da marinha, que não concordam com a proposta mediadora feita pelo papa João Paulo II, e aceite pelos governos da Argentina e do Chile. O presidente Alfonsín decidiu submeter a questão de Beagle a um plebiscito, para obter apoio popular. Mas isso não elimina os focos de atrito com a área militar. A tensão deve continuar, até porque o "Relatório Sábado" será uma ameaça ao sono dos políticos enquanto os responsáveis pelas torturas não forem condenados.

Militares pedem o fim da doutrina de segurança nacional

Dezenas de militares latino-americanos pediram na Argentina o abandono da "doutrina de segurança nacional" criada pelos Estados Unidos e difundida pelos exércitos latino-americanos a partir da década de 60. Entre os militares reunidos durante quatro dias na capital argentina, estão os generais peruanos Miguel Angel de la Flor Valle e Jorge Fernandez Maldonado, ambos ex-ministros no governo de Velasco Alvarado, além do ex-presidente português marechal Francisco da Costa Gomes.

O documento aprovado no fi-

nal do encontro, pede que seja criada nos vários países do continente uma "doutrina de defesa nacional, popular, não-alinhada e terceiro-mundista". A reunião foi organizada pela Unidade Argentina e Latino-Americana (UALA), cujo documento final assinala: "o mecanismo de dominação existente dentro do sistema latino-americano, incluindo as relações militares, tem sido a ferramenta através da qual foram alterados os conceitos de pátria, soberania, desenvolvimento e segurança, desvirtuando também o papel das forças armadas latino-

americanas, criadas no calor das lutas pela independência, e cuja virtude fundamental sempre foi a de subordinar a sua acção à vontade soberana dos povos".

Noutra passagem, o documento afirma: "hoje certas cúpulas militares, associadas a oligarquias nacionais, transformaram as forças armadas de uma grande parte da América Latina em elementos reaccionários que tentam obstruir a independência completa, ao mesmo tempo que passaram a ser braços armados dos sectores dominantes, ou ainda nalguns casos, verdadeiros exércitos de ocupação dos seus próprios países". Os militares reunidos em Buenos Aires apoiam também as justas posições dos governos que exigem uma renegociação da dívida externa "em condições tais que não limitem o desenvolvimento dos países da região".



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO COM PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Seminários de Gestão

Cursos de Formação Profissional

Consultoria em Recursos Humanos

Organização Administrativa

Estágios de Formação Teórico-Prática

Formação "in job"



Estrada da Ameixoeira, 114 e 116 1700 LISBOA

Telefones: 7583849 7583811/2

Honduras: o continuísmo de Suazo Córdoba

□ Ganhou corpo, nas últimas semanas, a campanha movida por sectores políticos de direita a favor da prorrogação do mandato do presidente Roberto Suazo Córdoba, que deverá entregar o poder no dia 29 de Janeiro de 1986. Entre os que apoiam a reeleição, estão vários ministros, deputados da Assembleia Nacional, políticos e, inclusive, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Carlos Arita.

O presidente Córdoba negou em Agosto que estivesse interessado em continuar no poder, mas apesar do desmentido, políticos chegados ao governo continuam insistindo na ideia, o que dá a entender que contam, no mínimo, com a tolerância do presidente hondurenho. Segundo versões correntes em Tegucigalpa, a prorrogação seria de dois anos e estaria destinada a evitar uma violenta luta pelo poder a ser deflagrada caso a Constituição seja obedecida.

A Constituição das Honduras não só proíbe a reeleição como estipula também sanções bastante severas para quem quiser ultra-

passar o mandato legal de quatro anos. Entre as punições, estão a demissão sumária de quem defender a prorrogação do mandato, e também a suspensão por dez anos dos direitos políticos do acusado. Mas nenhuma das sanções parece ter desestimulado os defensores da reeleição, nem mesmo o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que, pelas leis vigentes, deveria ser o primeiro a defender a manutenção do texto constitucional.

O debate sobre a reeleição ocorre simultaneamente ao aumento dos rumores sobre conspirações golpistas. Em meados de Setembro, o ministro da Presidência, Urodoro Iraheta, afirmou que já estava em andamento um processo golpista, mas não quis identificar quem seriam os seus articuladores, embora existam rumores de que seriam militares de extrema-direita. De qualquer maneira, existem fortes dúvidas sobre a realização do processo eleitoral que deve culminar em Novembro de 1985 com a escolha de um novo presidente.

As incertezas sobre a sucessão de Suazo Córdoba apenas reforçam uma velha tradição política das Honduras: raramente um presidente transmite o cargo normalmente. Nos últimos 30 anos, não houve nenhuma cerimónia de transmissão da faixa presidencial. A última cerimónia do género aconteceu em 1933, quando o liberal Vicente Mejía Colindres passou o cargo de presidente para o nacionalista Tiburcio Carías, que, por sua vez, resolveu governar por 16 anos, até ser derrubado, a exemplo do que aconteceu com 17 civis e militares que exerceram a presidência do país.

Além da grave crise económica que afecta as Honduras, o país vive uma situação política extremamente delicada devido à presença no seu território de nada mais nada menos de quatro exércitos diferentes (*ver nesta edição "As surpresas de Negroponte"*). Além do exército hondurenho, estão no país tropas norte-americanas, salvadorenhas e os grupos militares contra-revolucionários que atacam a Nicarágua. Dentro do exército hondurenho, existem grupos de oficiais insatisfeitos com esta situação e que acusam as cúpulas militares de corrupção e favoritismo político.

A crise mexicana

□ Um relatório da Bolsa de Valores do México revelou nas primeiras semanas de Outubro que pelo menos 93 grandes grupos empresariais estão à beira do colapso total devido a dívidas acumuladas no valor de quase 11 mil milhões de dólares. A empresa mais ameaçada é a fábrica de cervejas *Moctezuma*, uma das três maiores do México, e que já se encontra sob intervenção estatal, depois de se comprometer a pagar aos credores no prazo de

três anos. Mas ainda assim, a empresa continua à beira do encerramento, porque o maior credor, o *Chase Manhattan Bank* pressiona o pagamento de débitos no valor de 154 milhões de dólares.

Segundo a Bolsa de Valores, as 93 grandes empresas, num total de 114, poderiam precipitar uma espécie de corrida financeira provocada por acionistas interessados em se desfazer dos seus investimentos. Entre os grupos à beira da falên-

cia encontram-se 12 empresas *holding*, com débitos acumulados de cinco mil milhões de dólares. Dois consórcios da área extractiva mineral devem mil milhões; sete empresas de construção civil, 642 milhões; seis armazéns têm que pagar 1,7 mil milhões e 60 indústrias de transformação acumularam dívidas de cinco mil milhões de dólares.

Segundo o governo mexicano, as empresas privadas devem 18 mil milhões de dólares. O total da dívida externa do país está actualmente calculado em cerca de 95 mil milhões de dólares.

Enrique Erro: 1912-1984

□ Aos 72 anos de idade e vítima de leucemia desde 1980, morreu no dia 1 de Outubro em Paris Enrique Erro, um dos mais importantes políticos socialistas do Uruguai. Além de político, Erro foi também um jornalista que durante toda a sua vida batalhou pela liberdade e pela justiça no seu país. Fundou mais de dez jornais, foi deputado, senador, ministro da Indústria e um crítico intransigente da ditadura militar que assumiu o poder no Uruguai em 1973.

Enrique Erro começou na política como membro do Partido Nacional (Blanco) tendo sido reeleito, durante 15 anos como deputado, graças à sua coerência política e profunda identificação com os trabalhadores do seu



Enrique Erro

país. Em 1959, rompeu com os *blancos* acusando-os de defenderem os interesses da oligarquia

latifundiária, e criou junto com o Partido Socialista, a Unidad Popular. Em 1971, foi eleito senador pela Frente Ampla liderada pelo general Líber Seregni. Depois do golpe foi para Buenos Aires como exilado e, em 1974, foi preso pelos militares argentinos que o submeteram em diversas prisões a toda espécie de torturas. Em 1976, foi libertado graças às pressões internacionais e foi viver para França, onde conservou o estilo simples de vida que sempre o caracterizou.

A sua morte frustrou, no entanto, um grande sonho alimentado durante 11 anos de exílio: voltar a Montevideo, onde os seus amigos já se preparavam para recebê-lo como um dos heróis da democracia uruguaia.



NOEI CONSULTORES PARA O DESENVOLVIMENTO SARL

**Uma empresa de novo tipo
ao encontro da Nova Ordem
Económica Internacional**

Sociedade constituída em 1983 com capitais angolanos, caboverdeanos, moçambicanos, portugueses e são-tomenses, tem como objecto promover acções conducentes à cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, em especial de ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE e SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, de harmonia com os propósitos de instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional.

**SÓCIOS AFRICANOS: SACILDA (Luanda), I.S.P.S. (Praia), SOCIMO (Maputo)
BANCO NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
SEDE SOCIAL: Rua da Rosa, 277 - 1.º - 1200 LISBOA - PORTUGAL
Telefones: 36 58 20 e 36 86 15 Telex: 42 545 NOEI P**

Colômbia: a ofensiva da direita

Grupos de extrema-direita, apoiados por associações de fazendeiros, organizações paramilitares e oficiais do exército estão por detrás de uma campanha iniciada em meados de Setembro contra o acordo assinado entre o governo do presidente Belisario Betancur e os movimentos guerrilheiros da Colômbia. A campanha envolve, além de acusações, denúncias, atentados terroristas e assassinatos, a organização de planos golpistas.

Estas acções criaram um clima de grande tensão em todo o país, principalmente depois da sucessão de atentados que deixou um saldo de quase 40 mortes, em pouco mais de duas semanas, em diversos pontos do país. Em geral os ataques foram atribuídos a guerrilheiros pela imprensa conservadora, mas dados divulgados pela própria polícia deixaram claro que na sua maioria foram acções promovidas por provocadores.

Os fazendeiros das províncias de Huila e Córdoba chegaram ao ponto de anunciar que poderiam criar exércitos particulares caso as forças armadas abandonassem posições estratégicas na zona montanhosa da Colômbia, conforme ficou acertado no acordo com três dos quatro principais movimentos guerrilheiros, que há 20 anos actuam na área rural do país. Segundo o documento, os rebeldes entregariam as armas, enquanto o exército abandonaria as áreas de conflito, cedendo lugar a uma comissão nacional de fiscalização. O passo seguinte seria o início de um amplo diálogo político visando a reconciliação nacional e reformas políticas.

A oposição de extrema-direita acusa o governo de ter feito concessões exageradas aos guerrilheiros.

ros, ignorar a Constituição e tornar o país vulnerável à acção de grupos de esquerda. O presidente Betancur foi eleito por meio de uma aliança entre conservadores e liberais, os dois maiores partidos políticos da Colômbia, mas a sua iniciativa de dialogar com os guerrilheiros fez com que os sectores mais reaccionários dos dois partidos acabassem por se rebelar contra o chefe do governo. Alguns sectores da hierarquia católica também aderiram à campanha.

Embora o governo não tenha revelado quem são os participantes nos planos golpistas, o jornal *La Voz* denunciou que, entre os conspiradores, estão os generais Hernando Sanmiguel, comandante da Terceira Divisão, Yusef Arias, comandante da Terceira Brigada, e Víctor Mallarino, director-geral da polícia. Um jornal espanhol referiu também que

a maior parte dos militares envolvidos no golpe são coroneis.

Por seu lado, o movimento Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) denunciou que sectores de extrema-direita estão a pressionar o exército a não sair das áreas militarizadas com o objectivo de impedir que os guerrilheiros entreguem as armas. As FARC afirmaram que enquanto o exército não deixar a província de Tolima, não haverá entrega de armamentos porque, sem eles, os guerrilheiros temem ser pura e simplesmente exterminados.

Nas cidades, a campanha de terror tem sido desenvolvida por grupos paramilitares com nítidos objectivos de desestabilizar o governo. Escolas têm sido invadidas, transeuntes já morreram em tiroteios fortuitos, além de, nas duas últimas semanas de Setembro, terem aumentado os ataques contra instalações militares sem, no entanto, causar grandes danos. O principal objectivo das acções é criar um clima de insegurança.



Permanece um clima de tensão nas zonas rurais colombianas

Bangladesh: depois da enchente, a fome



□ O governo do Bangladesh está a fazer apelos antecipados de ajuda na certeza de que em Outubro e Novembro o país será atingido por uma nova calamidade na sua conturbada história. Depois das piores inundações

dos últimos trinta anos, quando morreram nove mil pessoas, o Bangladesh espera uma escassez de comida também sem precedentes, em consequência da destruição de 63 mil quilómetros quadrados de plantações e de 68 mil cabeças de gado.

As cheias que têm atingido o país periodicamente desde o começo do ano, obrigaram o governo a aumentar a importação de cereais para garantir um mínimo de abastecimento para a população. Até agora já foram comprados mais de dois milhões de toneladas e o total pode chegar até três milhões, dependendo das necessidades nos próximos meses. Mas de qualquer maneira, os observadores das Nações Unidas acreditam que os alimentos não serão suficientes nem para a metade dos desalojados.

A sucessão de catástrofes naturais está a ser utilizada pelo governo com fins políticos, já que para Outubro estão marcadas eleições. O presidente *de facto*, general Ershad, um militar de direita, tem percorrido as regiões atingidas pelas inundações para participar pessoalmente na distribuição de alimentos. Em cada aldeia visitada, promove, ao mesmo tempo, comícios eleitorais em favor do partido JANADAL, actualmente no poder. O general trava uma verdadeira corrida contra o tempo, uma vez que o seu prestígio político ficará ainda mais abalado quando a fome adquirir proporções gigantescas, o que não deve demorar, segundo previsões de organismos internacionais de ajuda.

Os centros de socorro estão a ser organizados pelo aparelho do partido do governo e toda a ajuda é encaminhada segundo critérios políticos. As aldeias mais simpáticas ao governo recebem mais, enquanto as outras são relegadas para segundo plano.

Butão prepara-se para o futuro

□ O Butão, pequeno reino budista situado no Himalaia, saiu há pouco tempo do seu isolamento medieval e prepara-se para enfrentar os desafios do futuro. "Não queremos ter problemas dentro de 10 ou 15 anos", afirmou o rei Jigme Singye Wangchuck, de 28 anos de idade. Entre os problemas que o preocupam figuram o desemprego, a pressão demográfica sobre a pouca terra arável e a manutenção do delicado equilíbrio ecológico, situações semelhantes às que afligem também os países vizinhos.

Os habitantes do Butão estão conscientes das dificuldades causadas pela explosão demográfica

na Índia e pela destruição do meio-ambiente no Nepal. O país é um dos menos povoados da Ásia, embora não se disponha de números exactos. Em 1981, houve um censo cujos resultados não foram concluídos. O rei acredita que muitos dos seus súbditos possam ter respondido com evasivas temendo novos impostos ou trabalhos forçados.

De qualquer modo, o censo acusa que a população é de um milhão e 160 mil habitantes, com um crescimento demográfico de 2,2% e uma densidade de 25 pessoas por quilómetro quadrado.

Além desses números, exis-

tem outros factores que, em conjunto, configuram um panorama sombrio. Setenta por cento da superfície do país, de 46.500 quilómetros quadrados, está coberta de bosques, 21% corresponde a montanhas agrestes e só 9% é arável. Por outro lado, cerca de dois terços da população têm menos de 30 anos de idade, o que sugere que poderia aumentar a projecção de habitantes que haverá no final do século, actualmente estabelecida num milhão e 700 mil habitantes. Embora o Butão tenha 18 distritos, cerca da metade da população concentra-se em quatro deles, fronteiriços com a Índia. De acordo com Thujee Younten, director dos serviços de saúde, o índice de crescimento demográfico ultrapassa os 8% nessa área. (*Sundanda Datta-Ray — Especial da revista People*)

Socialistas condenam racismo e juros altos

Com a presença de delegações de mais de 50 países — partidos europeus no governo e na oposição, movimentos de libertação e outras organizações — realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 1 e 2 de Outubro, a reunião da Internacional Socialista (IS).

Três assuntos dominaram o centro dos debates: a crise na América Central e Caraíbas, o problema da África Austral e a dívida externa do Terceiro Mundo, tendo o primeiro adquirido maior atenção dos delegados e da imprensa internacional face às ameaças de invasão norte-americana na região. As presenças na reunião do comandante sandinista Bayardo Arce, que foi como

convidado especial, e de uma delegação da Coordenadora Democrática, chefiada por Arturo Cruz (que esclareceu ter ido não como convidado, mas em carácter pessoal), permitiram negociações importantes que, no entanto, não levaram a nenhum acordo, devido à intransigência de Cruz e do seu admitido "pouco poder de negociação".

No caso da África Austral, considerou-se importante as declarações feitas pelo delegado francês, Leonel Jospin, no sentido de que "o movimento socialista não pode resignar-se à ideia de perpetuação do *apartheid*", motivo pelo qual os governos e partidos filiados na IS vão inten-

sificar a sua ajuda política e económica aos países agredidos pela África do Sul e aos dois movimentos de libertação, o ANC (sul-africano) e a SWAPO, da Namíbia.

Em relação à dívida externa, o discurso de Willy Brandt na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a saudação que o governador Leonel Brizola fez aos convidados na abertura dos trabalhos, deram a tónica. Em geral, quase todos os delegados foram unânimes em criticar os países ricos como responsáveis pela crise actual do Terceiro Mundo. O documento final da reunião expressa essa preocupação, com especial ênfase para o "nível excessivamente elevado das taxas de juros", cujas causas são o défice fiscal dos Estados Unidos que, por sua vez, é originado pelos elevados gastos armamentistas do governo Reagan.

V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX
Telefs. 840961/847232/837124
Telex. 12209 Celeir P
Endereço Telegráfico - CELEIRO

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

As províncias financiam o império norte-americano

A hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia mundial projectou-se nos dois últimos anos de modo aparentemente paradoxal: capitais do mundo inteiro, inclusive dos países mais pobres, afluem para a superpotência, financiam o seu défice fiscal, a expansão do consumo da sua população e os novos investimentos das suas empresas.

"As províncias financiam o império" ou "os pobres concedem crédito aos ricos", são algumas das expressões utilizadas para sintetizar este fenómeno. Outra observação importante a propósito deste processo indica que os Estados Unidos, outrora o maior exportador de capitais, converteu-se agora em claro importador, uma tendência carregada de consequências para a economia mundial.

Com muita frequência, afirmou-se que esta sucção de capitais é o resultado simples e directo da vigorosa recuperação pós-recessiva dos EUA. Que isso tenha influído é certo, mas limitar a explicação a este factor implica desconhecer que Washington aplicou uma política deliberadamente orientada no sentido de atrair capitais estrangeiros.

Cabe também mencionar, que um dos elementos-chave da recuperação norte-americana foi o crescimento do gasto público, e que este aumentou o défice federal. Isto, por sua vez, provocou a alta dos juros bancários e constituiu um estímulo para os investidores estrangeiros.

As taxas de juros oscilaram ao longo da recessão do início desta década, mas mantiveram-se sempre em níveis elevados. Elas explicam, em grande parte, a corrida de capitais para os EUA. Os

peritos mostram-nos que um japonês que investisse o seu dinheiro em títulos do Tesouro norte-americano obteria seis pontos acima da percentagem de juros que receberia se os colocasse num banco japonês. Algo semelhante acontece nos restantes países, razão pela qual esta chuva de capitais sobre solo norte-americano tem uma dimensão mundial.

A 17 de Setembro último, o Departamento do Tesouro norte-americano lançou uma oferta de títulos no valor de 13,2 mil milhões de dólares. É óbvio que os próprios investidores norte-americanos adquirem a maior parte desses títulos, mas está fora de dúvidas que a Casa Branca deseja que uma parte não pequena do seu défice seja financiado do exterior. A fim de consegui-lo, Reagan assinou, a 18 de Julho último, um decreto que isenta os estrangeiros do pagamento de impostos sobre os juros gerados pelos títulos do Tesouro norte-americano, que antes chegava a 30%. Na primeira semana de Setembro, duas delegações de altos funcionários percorreram a Europa e o Japão a fim de informar os banqueiros e empresários sobre os mecanismos e as vantagens dos títulos.

Curiosamente, tal atitude não provocou, como se poderia esperar um enérgico protesto embora tenha sido malvisto pelos governos visitados. É verdade que essa política deu bons resultados: segundo a financeira *Merril Lynch*, cerca de 15% dos títulos do Tesouro — um mercado calculado em 90 mil milhões de dólares — está em poder de estrangeiros. Os principais compradores são os japoneses, que actualmente adquirem uma média de mil milhões de dólares por mês, segundo

como no desenvolvimento lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma firma especializada de Londres.

A participação de capitais externos no défice fiscal parece destinada a crescer na opinião dos especialistas. Isso significa um alívio e um reforço para o sector público norte-americano e para o prosseguimento da corrida armamentista e espacial incentivada por Reagan. Por sua vez, o défice continuará com quotas elevadas, o que pressagia altas taxas de juros no futuro imediato, com nefastas consequências para o Terceiro Mundo e sobretudo para os países mais endividados.

A afluência de enormes quantidades de capitais para acções e empresas norte-americanas é um aspecto pouco destacado pela imprensa. Visto que as acções norte-americanas oferecem bons dividendos, elas competem com os títulos na captação do capital estrangeiro.

Um axioma económico diz que as altas taxas de juros desestimulam os investimentos, pois quando o dinheiro é caro, as empresas adiam a solicitação de créditos bancários. Mas o governo Reagan introduziu um mecanismo de isenção de impostos que compensam o pagamento de juros, de maneira que as empresas norte-americanas — ao contrário das de outros países — não são afectadas pelas elevadas taxas de juros.

Já a teoria do ciclo económico ensina que a saída da recessão consta de duas etapas. Na primeira, já verificada nos EUA, as empresas investem na reposição de «stocks» e na contratação de mão-de-obra para satisfazer o aumento da procura, mas não ampliam a sua capacidade produtiva instalada. Na segunda fase, por sua vez, as empresas investem no crescimento da sua capacidade produtiva. Esta é a verdadeira expansão económica e, se se consolida, pode dar lugar a uma prolongada recuperação da economia.

Embora os indicadores da economia norte-americana sejam contraditórias e uma previsão neste particular não seja possível, têm-se comprovado alguns dos pré-requisitos da fase

expansiva. Entre eles, e em primeiro lugar, figura o aumento dos investimentos empresariais. Entre estes, aparece a contribuição multimilionária de investidores estrangeiros, que desviam capitais da indústria dos seus países para transferi-los para os Estados Unidos.

Não se pense que na análise realizada até aqui se tenham introduzido valores subjectivos. O insuspeitável Paul Volcker, presidente da Reserva Federal (Banco Central) dos Estados Unidos, resumiu o processo numa audiência no Senado com estas palavras:

“O crescente défice orçamental permitiu-nos consumir, investir e desfrutar dos serviços públicos numa quantidade maior do que teria sido possível com base no aumento do Produto Nacional Bruto (PNB). A afluência de capitais externos incrementou a economia interna em quase 25%, permitindo-nos assim financiar o défice do orçamento federal, enquanto os consumos e os investimentos internos cresciam também rapidamente.”

A tendência, pois, está clara, assim como os benefícios que ela proporciona aos Estados Unidos. Vejamos agora quais são as suas projecções internas.

A tese oficial norte-americana (reiteradamente exposta e que, em fins de Setembro, tinha sido empregue pelo secretário do Tesouro, Donald Regan, para responder aos seus numerosos críticos durante as sessões da Assembleia do Fundo Monetário Internacional) é simples, talvez demasiado simples.

A tese afirma que a recuperação norte-americana incentiva a recuperação dos demais países e que se manifesta num aumento substancial das importações norte-americanas provenientes daqueles que atacam Washington pelas altas taxas de juros e consequente super-valorização do dólar.

Tais argumentos foram empregues pelo presidente Reagan para reduzir as disponibilidades financeiras do Fundo, contrariando as petições dos países

do Terceiro Mundo e de alguns da Europa Ocidental a favor de mais créditos para compensar os efeitos da dívida e da crise que sofrem as nações subdesenvolvidas.

Vejamos se o raciocínio anterior é pertinente. Para isso, faremos uma distinção entre a situação no Terceiro Mundo e no Norte industrializado.

Salvo uma clara excepção, o Japão, que empreendeu por sua conta a recuperação e que, auxiliado pela alta do dólar, consegue um admirável aumento das suas exportações para os Estados Unidos, o quadro não é nítido nos demais países industrializados.

Estes expandiram a colocação dos seus produtos, de altas margens de lucro e tecnologia sofisticada, nos Estados Unidos. Mas o dólar encarecido eleva os preços das importações pagas nessa divisa. Assim, podem receber um relativo benefício aquelas nações que exportam para os Estados Unidos em proporções superiores às das suas importações em dólares, o que só nalguns casos acontece. Por outro lado, a captação de capitais que, investidos nas economias de origem, as ajudaria a sair da recessão em que ainda se encontram — com poucas excepções —, só pode ser vista como um efeito negativo. Daí os protestos europeus perante uma política económica que elevou o dólar e os juros bancários a níveis inusitados.

Em relação ao Terceiro Mundo, não há diferenças. E a repetição da argumentação oficial por parte das autoridades norte-americanas não corresponde à realidade do comércio mundial. Segundo indica a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento), apenas uma parte das exportações dos países subdesenvolvidos dirige-se ao grande mercado norte-americano. O efeito compensatório é, pois, mais que insuficiente em relação aos males que a política norte-americana causa. Simultaneamente, a Casa Branca mantém cotas limitativas e introduz novas restrições para as importações de diversos produtos do Sul, particularmente no sector têxtil.

Embora não se disponha de números sobre a drenagem de capitais dos países subdesenvolvidos para a América do Norte, o fenómeno regista-se também aqui e os seus danos são proporcionalmente muito superiores. De facto, esses países necessitam imperiosamente de capitais para saírem do subdesenvolvimento. Acontece exactamente o contrário, uma patética carência de investimentos internos.

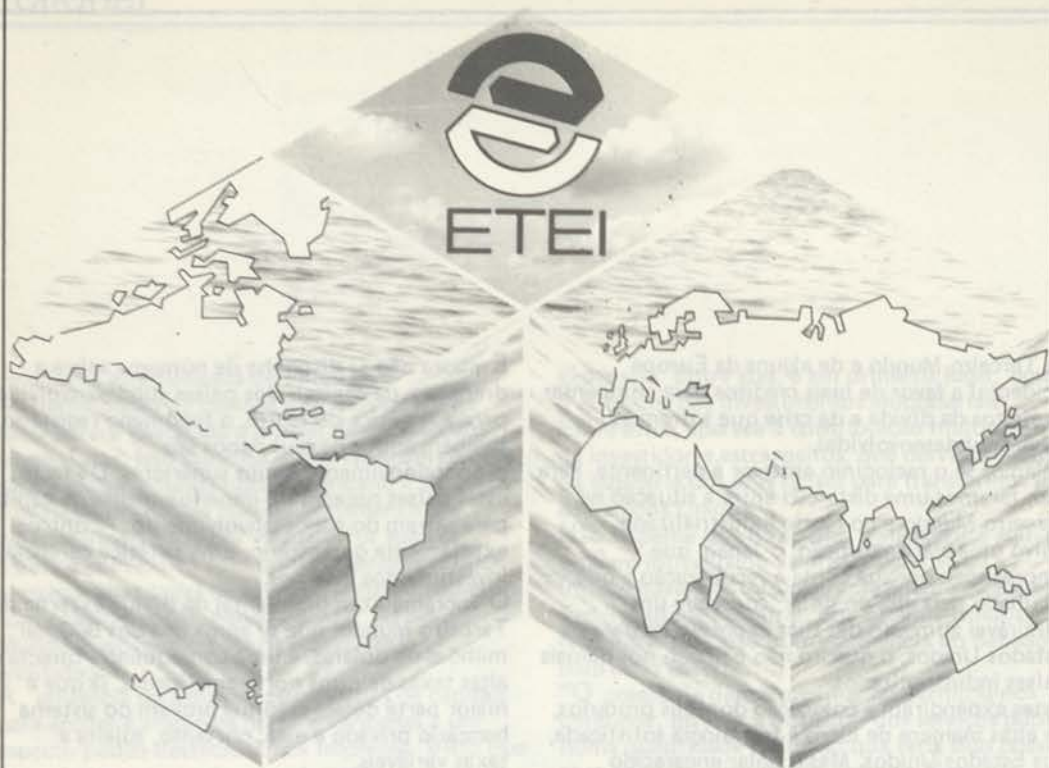
O incremento monumental da dívida externa do Terceiro Mundo, que se aproxima dos 800 mil milhões de dólares, é uma consequência directa das altas taxas de juros norte-americanas, já que a maior parte desses créditos provém do sistema bancário privado e está, portanto, sujeita a taxas variáveis.

Calcula-se que cada ponto de aumento custa quatro mil milhões de dólares aos devedores. Entre Janeiro e Setembro deste ano, as taxas de juros subiram 2%. Isto significa que, ao mesmo tempo que os Estados Unidos caminhavam para a recuperação económica, agravavam-se os problemas do Terceiro Mundo.

Os países subdesenvolvidos tiveram apenas uma participação passiva na crise recessiva desta década, a mais profunda e prolongada desde o pós-guerra.

A recessão partiu do centro do sistema capitalista, os Estados Unidos, e os métodos para enfrentá-la foram aplicados pelo governo Reagan de modo unilateral e tomando em consideração apenas os próprios interesses. O peso maior da crise foi descarregado sobre as economias mais frágeis.

O mesmo é válido para a fase de recuperação. Os Estados Unidos estão a impor uma política orientada para o seu reforço em relação ao resto do mundo e negam-se a conceder paliativos para moderar a crise gerada e projectada pela superpotência sobre o Terceiro Mundo. O governo norte-americano assumiu, pois, a grave responsabilidade de acentuar as desigualdades e as tensões entre o Norte e o Sul, que, já antes desta década, eram dramáticas e constituíam o maior escândalo contemporâneo.



**O CONTACTO DIRECTO COM O MERCADO
O SERVIÇO COMERCIAL DE QUALIDADE
O RIGOR TÉCNICO
E UMA SÓLIDA EXPERIÊNCIA,**

SÃO A BASE DO NOSSO TRABALHO



ETEI COMÉRCIO INTERNACIONAL, SARL

Av. Miguel Bombarda, 133 5.º E 1000 LISBOA

Tel. 548095 - 570574 - 540433 Telex 15594 ETEI - P

MOÇAMBIQUE

Av. Samora Machel, 11-4.º (Prédio Fonte Azul)
CP 2906 MAPUTO R. P. MOÇAMBIQUE
Telex 6133 SISMT MO

ANGOLA

R. Amílcar Cabral, 110-1.º Salas 118/119
CP 3253 LUANDA Tel. 36735 R. P. Angola
Telex 4177 ETEI AN



A “opção cirúrgica”

Evitar a solução pacífica seria um dos objectivos da administração Reagan, confiante nas sondagens indicando que a invasão não prejudicaria a popularidade do presidente norte-americano

Roberto Remo

Em Nova Iorque, uma agência de sondagens anuncia que a vantagem eleitoral de Reagan diminuiu alguns décimos de ponto quando os noticiários televisivos falam da América Central. No Peru, os bispos divulgam um documento que interpreta as posições do Vaticano como uma censura a certos extremismos, mas não como uma condenação à “teologia da libertação”. No Rio de Janeiro, a revista *Senhor* diz que Felipe González e Olof Palme deixaram de comparecer à reunião da Internacional Socialista por pressões da diplomacia brasileira. Moçambique e África do Sul assinam um acordo no qual se comprometem a que os seus territórios não sejam usados como base das forças re-

gulares que lutam contra os respectivos governos.

São factos isolados do fluxo informativo quotidiano para a maioria dos leitores. Na Nicarágua, no entanto, todos eles são analisados e avaliados com um mesmo e único critério: favorecem ou debilitam os planos norte-americanos de invasão?

Não se trata de uma obsessão paranóica. Os *nicas* sabem que o *establishment* republicano norte-americano, já há vários anos, desprezou a óptica de Carter ao considerar os sandinistas como crianças rebeldes que deviam ser domesticadas, para considerá-los delinquentes perigosos, um cancro a ser extirpado antes que se propague por toda a América Latina. Segundo esse diagnóstico, a única

opção é a cirurgia. O comandante Daniel Ortega não exagerou quando denunciou, perante a Assembleia Geral da ONU, a iminente invasão da Nicarágua por tropas norte-americanas: "os ventos que sopram agora sobre a América Central pressagiam um holocausto para os nossos povos". Também não mentem os porta-vozes da Casa Branca quando dizem que essa medida extrema ainda não foi decidida. A decisão final será tomada meio minuto antes de abrir fogo. Mas todas as resoluções intermédias estão a ser inexoravelmente executadas. Passo a passo, a diplomacia norte-americana vai retirando do caminho todos os obstáculos que possam impedir a agressão directa, atrasá-la ou aumentar o seu preço político.

"Nós não acreditamos que a agressão se intensifique. Estamos certos disso", comentou-nos no Rio o comandante Bayardo Arce, da direcção da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). "Estamos a preparar-nos para o pior. Na Nicarágua já não existem armas guardadas. Estão todas nas mãos do povo".

Cada homem conhece o seu posto de combate (e, na Nicarágua, todos os que chegaram à puberdade são combatentes em potencia); cada mulher sabe se deverá atender feridos, preparar comida ou cuidar dos velhos; cada criança sabe para onde ir se a invasão a surpreender na escola ou no seu bairro. "Manágua parece um queijo, tantos são os buracos", comenta um jornalista europeu. São trincheiras e refúgios anti-aéreos nos jardins, praças e terrenos baldios. Por todo o interior do país, caixas secretas guardam armas, munições e víveres para, numa segunda etapa da invasão, continuar a resistência em forma de guerrilha.

A certeza de que o preço em vidas seria enorme, diante de tanta determinação, e a inevitabilidade da propagação do conflito a toda a região estimula os esforços de paz. Nem mesmo os mediadores mais frios e experientes podem deixar de transmitir um sentido de urgência e dramaticidade.

Os pretextos

Contra tudo que se possa pensar, não há nenhum motivo para uma guerra entre a Nicarágua e os Estados Unidos. Ambos os países têm relações diplomáticas normais, os norte-americanos não precisam de visto para entrar no país (embora a recíproca não seja verdadeira), a Nicarágua não nacionalizou interesses económicos estrangeiros (a *Coca-Cola*, empresa símbolo, opera normalmente no país), não deixou de pagar a sua dívida externa, não tem conflitos territoriais (os atóis e ilhotas caribanas que a Nicarágua reivindicava aos Estados Unidos foram entregues por Washington à Colômbia em 1979), nem representa uma possível ameaça à segurança nacional da principal potência militar mundial.

28 - terceiro mundo

Em cumprimento do determinado pelo Tribunal Internacional de Justiça em Haia (Holanda), os Estados Unidos deveriam suspender a colocação de minas nos portos nicaraguenses, mas a Casa Branca nunca admitiu a sua responsabilidade na operação, atribuindo-a aos *contras* nicaraguenses. Como não há motivos para o conflito, não há espaço para mediações, mas apenas conversações bilaterais, como as que ambos os países têm desenvolvido em território mexicano. "Ambas as partes se comprometeram a não revelar nada do que se discute", explicou-nos um alto dirigente nicaraguense, "e não seremos nós que faltaremos à palavra".

A intervenção norte-americana aconteceria então indirectamente, em forma de aliança com as Honduras, El Salvador ou Costa Rica, se algum desses países entrar em guerra com a Nicarágua, ou "a pedido de uma das partes", numa guerra civil.

É precisamente este o plano denunciado por Ortega perante as Nações Unidas: os contra-revolucionários da Frente Democrática Nicaraguense (FDN), ex-guardas somozistas que operam a partir das Honduras com o apoio expresso da CIA, e da Aliança Revolucionária Democrática (ARDE), que atacam a partir da Costa Rica, intensificarão as suas acções, "libertarian" alguns povoados do norte do país e instalariam neles um "governo", provavelmente presidido por Adolfo Calero Portocarrero.

Como actividades de "primeira etapa", o coordenador da Junta de Governo mencionou a intensificação de vôos norte-americanos de espionagem e da actividade naval militar dos EUA no golfo de Fonseca, a oito milhas das costas da Nicarágua; concentração de forças anti-sandinistas nas Honduras e Costa Rica (onde Eden Pastora anunciou o seu "regresso ao combate" depois do atentado que o feriu há alguns meses); e intensa actividade do Comando Sul norte-americano com sede no Panamá.

A Costa Rica está a ser pressionada para solicitar ajuda norte-americana para "cuidar da sua fronteira" e já há milhares de "boinas-verdes" nas Honduras, em "manobras" (*ver nesta edição "As surpresas de Negroponte"*) que se prolongam indefinidamente. Nestas circunstâncias, qualquer incidente entre a guarda fronteiriça sandinista e forças regulares dos Estados Unidos pode servir de pretexto para desencadear o conflito.

A Acta de Contadora

As eventuais causas de guerra entre os países centro-americanos já foram claramente identificadas pelos ministros dos Negócios Estrangeiros do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) que, desde Janeiro de 1983, se esforçam em evitar o conflito. O "Documento de

Objectivos" foi aprovado em Setembro de 1983, por consenso, entre os cinco países centro-americanos e os quatro de Contadora. Nele se discriminam, em 21 pontos, os princípios e normas de convivência pacífica na região, entre os quais se destacam a não-ingerência nos assuntos internos dos países vizinhos, o não-apoio à subversão ou guerras entre forças não-regulares (semelhante ao aprovado na África Austral), a saída de todas as forças extra-regionais e a limitação da corrida armamentista.

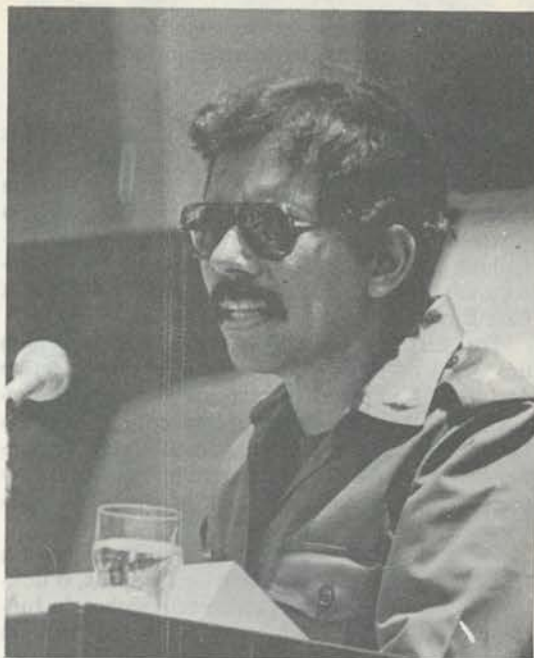
Depois de um ano e de uma infinidade de reuniões, esses pontos tornaram-se o rascunho da "Acta de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central", um documento ainda secreto de 60 páginas que reflecte os consensos (75% da "Acta", segundo declarou a *cadernos do terceiro mundo* um dos negociadores de Contadora) e propõe fórmulas de conciliação onde subsistem controvérsias. No mês de Novembro, o tratado seria assinado depois de incorporadas as observações.

Segundo diversas fontes oficiais, pudemos saber que a "Acta" prevê critérios pormenorizados (em função da população, da superfície, do PNB e outros indicadores de cada país) para limitar as armas, estabelece prazos precisos (de poucas semanas) para a retirada de assessores militares e tropas estrangeiras, proíbe as manobras militares internacionais, prevê a suspensão de qualquer apoio a forças não-regulares ou grupos armados nos países vizinhos (não apenas militar mas também político ou financeiro), recomenda normas de política interna que garantam os direitos humanos e a democracia política pluralista em cada país e — o mais importante — estabelece mecanismos exactos de controlo sobre a aplicação dos critérios citados.

Todos os países do mundo expressaram o seu apoio a Contadora, numa unanimidade poucas vezes vista.

Divulgado o segundo rascunho da "Acta de Contadora", os ministros dos Negócios Estrangeiros da Guatemala e Costa Rica comunicaram que o apoiariam sem novas objecções. A 19 de Setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros hondurenho, Paz Barica, afirmou em nota oficial o seu "reconhecimento pela perseverante acção pacificadora" de Contadora e, embora tenha dado a entender que poderia propor algumas mudanças, expressou que "corresponde agora à vontade política dos governos centro-americanos dar alcance jurídico aos compromissos (...) e adoptar as formas de conciliação". Três dias depois, no Panamá, o presidente salvadoreño, José Napoleón Duarte, anunciou que a 15 de Outubro "teremos assinado a Acta com vontade férrea e firme de cumprir todos e cada um dos seus pontos".

Só faltava a Nicarágua, e o mundo inteiro pôde respirar aliviado quando o comandante Daniel



Daniel Ortega: "perigo de um novo holocausto"

Ortega, na sua condição de chefe de Estado, anunciou publicamente e solenemente que o seu país assinaria a "Acta", sem propor nenhuma mudança.

"A posição nicaraguense surpreendeu os Estados Unidos", comentou-nos Nils Castro, assessor do presidente panamiano, que teve papel destacado no processo negociador. Era a expressão mais explícita e de mais alto nível, até ao momento, de apoio à "Acta". Porém, em lugar de acelerar a sua aprovação, a declaração teve um efeito contrário. Um porta-voz do Departamento de Estado norte-americano qualificou de "hipócrita" a posição nicaraguense e disse estar convencido de que esse país não cumpriria o pacto. De imediato, os governos das Honduras e El Salvador aderiram a essa posição, repetindo o argumento com palavras praticamente idênticas.

Ainda não havia secado a tinta com que os cinco países centro-americanos, os quatro de Contadora, os dez da Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal e Espanha tinham assinado, em San José da Costa Rica, o compromisso de apoiar Contadora, quando o presidente salvadoreño Napoleón Duarte declarou que algumas propostas da "Acta" eram "absurdas" e o ministro dos Negócios Estrangeiros hondurenho disse que "não confia" na Nicarágua e que esse país seria "o funil para uma solução pacífica".

"É um argumento absurdo", comentou-nos Nils Castro, "pressupor a má-fé de quem negocia. Logo depois da assinatura de um tratado, pode-se verifi-

car o seu cumprimento. Existem razões para se acreditar que muitos nunca pensaram em assiná-los”.

O papel de Arturo Cruz

A ajuda financeira e militar dos Estados Unidos aos *contras* na Nicarágua é aprovada pelo Congresso baseado no argumento de que ela não se destina a derrubar o governo nicaraguense, mas a evitar o fluxo de armas *nicas* aos revolucionários salvadorenhos. Um fluxo que a Nicarágua e a Frente Farabundo Martí (FMLN) sempre negaram e que a Casa Branca não pôde até hoje provar.

Por seu lado, os *contras* também não aceitam um papel de polícia de fronteira. O seu objectivo declarado é expulsar os sandinistas do poder, embora não tenham uma proposta comum sobre o tipo de regime a implantar. Para efeitos propagandísticos, no entanto, declararam que poderiam depor as armas se houvesse “eleições livres” na Nicarágua.

Presente em San José enquanto se realizava a reunião dos centro-americanos e europeus, o doutor Arturo Cruz, ex-banqueiro, ex-membro da Junta nicaraguense e ex-embaixador do seu país em Washington, disse, a quem quisesse ouvi-lo, que só ele poderia levar a paz à Nicarágua. Cruz é o candidato presidencial da Coordenadora Democrática, uma coligação de partidos de direita, organizações empresariais e centrais sindicais de oposição. Quando o entrevistámos em Manágua em 1980, Cruz assegurou-nos que a sua presença na Junta de governo era a garantia “da vontade política da revolução em manter o pluralismo” e confessou-nos *off the record* que muitos “amigos” pressionavam-no a abandonar o cargo.

Quando finalmente tomou essa atitude, os sandinistas reafirmaram a sua linha de pluralismo político e económico (o Estado participa com menos de um-terço no produto interno, valor semelhante ao Brasil e inferior a muitos países da Europa Ocidental), em vez de “se radicalizarem”. Agora Cruz insiste no seu autoproclamado papel de “garante”. Desta vez, afirma que as eleições serão uma farsa se não contarem com a sua presença.

Assim, quando o comandante Arce soube da presença de Cruz no Rio de Janeiro, durante a reunião da Internacional Socialista, no início de Outubro, tomou a iniciativa de chamá-lo para conversar — com testemunhas — sobre as razões da recusa em apresentar a sua candidatura. Faltavam poucas horas para que vencesse o prazo da quinta prorrogação concedida pelo Tribunal Eleitoral para as inscrições.

Diante do ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez e do deputado social-democrata alemão Hans-Juergen Wischnewski, Cruz exigiu uma amnistia para todos os somozistas presos por crimes de guerra, apoio à livre empresa, condenação de Cuba e da União Soviética, liberdade de imprensa e uma série de garantias eleitorais. “Ficou logo claro — explicou-nos Arce — que a primeira lista era apenas uma forma de pressão. Como numa transacção comercial, pedia mais para conseguir menos”.

Medidas de política externa ou económica são obviamente temas para um programa eleitoral, que o povo pode ou não aprovar e não condições prévias à realização de eleições. As exigências de Cruz foram recusadas.

As questões claramente eleitorais foram sinteti-

Carlos Pinto Santos



Carlos Pinto Santos



Bayardo Arce (à esq.) fez novas concessões, mas Arturo Cruz (à dir.) insistiu na obstrução

zadas em 20 pontos. "Quinze deles — comentou Bayardo Arce — já são leis que favorecem os sete partidos inscritos. Os outros foram aprovados um a um (e eu recebi amplos poderes para negociar), para que a CDN ficasse sem pretextos". O dirigente sandinista ofereceu forças policiais para garantir os actos dos membros da CDN, que nalgumas ocasiões foram agredidos por nicaraguenses furiosos que vêem na coligação uma expressão política dos contra-revolucionários; ofereceu o triplo do espaço gratuito na rádio e televisão que os outros partidos recebem, para compensar a demora da Coordenadora em iniciar a sua campanha eleitoral; e todo o tipo de garantias.

A CDN insistiu para que fossem adiadas as eleições, marcadas para 4 de Novembro, dois dias antes das norte-americanas.

"A colheita do algodão, café e açúcar — os nossos principais produtos de exportação —, é feita entre Novembro e Fevereiro. Nessa altura, milhares de cidadãos deslocam-se para longe das suas residências, o que naturalmente complica a realização de eleições nesse período. Por outro lado, estas foram antecipadas (estavam previstas inicialmente para 1985) a pedido dos nossos amigos europeus e latino-americanos, que alegavam ser necessário legitimar rapidamente o governo na Nicarágua para deixar sem pretextos os ataques norte-americanos. Tão-pouco é atitude séria brincar com as instituições e mudar as datas à vontade. E, finalmente, a agressão armada está a intensificar-se, com o objectivo de impedir as eleições no norte do país", declarou Bayardo Arce.

De todos estes motivos, o militar é o mais importante. Como Cruz havia dito que os *contras* deporiam as armas se a CDN participasse nas eleições, o comandante Arce propôs-lhe que formalizasse a sua candidatura. Se antes de 25 de Outubro uma parte significativa dos rebeldes tivesse aceite a amnistia em vigor ou tivesse abandonado o país (aceitava-se, inclusive, que algum grupo menor continuasse a luta), as eleições seriam adiadas. Caso contrário, Cruz poderia retirar a sua candidatura, com amplas garantias de que não haveria represálias contra os seus seguidores e com um reconhecimento público do mérito dos seus esforços pela paz.

Fracassa a negociação

Quando o acordo parecia iminente, o dirigente opositorista argumentou que não podia falar em nome dos contra-revolucionários, nem assumir nenhum compromisso sem antes consultar as bases em Manágua. Enquanto isso na capital nicaraguense, em vez de inscrever os seus candidatos, a CDN solicitava uma nova prorrogação, sem dar qualquer garantia. O pedido foi negado, as eleições serão



O risco da invasão fez o governo acelerar a resistência popular

realizadas a 4 de Novembro sem a CDN. O pluralismo está garantido pela participação de sete partidos.

"Três deles estão à direita da Frente Sandinista e três à esquerda", comentou-nos o comandante Jaime Wheelock. "Todas as tendências políticas — conservadores, liberais, democratas-cristãos, comunistas, socialistas e trotsquistas — estão representadas".

Uma última tentativa de mediação será realizada em Manágua pelo presidente da Internacional Socialista, o ex-chanceler alemão Willy Brandt, mas sem muitas esperanças de êxito. Carlos Andrés Pérez saiu da reunião do Rio de Janeiro visivelmente preocupado com a perspectiva de uma escalada na agressão contra a Nicarágua.

O fracasso da negociação no Rio, as críticas de última hora à "Acta de Contadora", os episódios menores porém expressivos, como a pressão norte-americana sobre os países europeus presentes em San José para que cortassem toda a cooperação com a Nicarágua e a ausência não explicada na reunião da IS no Brasil de dois notórios amigos dos sandinistas, como Felipe González e Olof Palme, levam muitos analistas a acreditar que a partir de Washington todos os cordelinhos estão a ser mexidos de forma a evitar uma solução pacífica. Uma estratégia que só se explica no caso de já ter sido tomada a decisão a favor da "opção cirúrgica" ou,

pelo menos, se se quer deixar esta opção em aberto.

Neste contexto, a debilidade da candidatura Walter Mondale preocupa os centro-americanos que ainda acreditam na paz.

"Há inclusive na administração republicana — disse-nos um diplomata do Grupo de Contadora — aqueles que acreditam que uma intervenção na Nicarágua antes das eleições favoreceria a candidatura Reagan em vez de prejudicá-la".

Se o factor eleitoral fosse o único em jogo, a invasão seria então inevitável depois de 6 de Novembro, quando Reagan pode conseguir, além da reeleição, a maioria no Congresso. Por sorte, pesam também a unânime oposição das igrejas norte-americanas — incluindo a católica, que sempre apoiou a intervenção no Vietname — a rejeição dos europeus ocidentais, e o pano de fundo da tensão Leste-Oeste, que se agravaria até limites extremos com um desembarque de *marines* na América Central.

Com armas pouco convencionais, os nicaragueneses lutam já contra a invasão antes que ela aconteça.

Pacifistas norte-americanos revezam-se dia e noite para fazer uma barreira humana desarmada na fronteira entre a Nicarágua e as Honduras. No caso de invasão, os tanques deveriam passar por cima dos seus cadáveres.

Intelectuais e artistas do mundo inteiro estão a mudar-se para Manágua, onde se oferecem como vítimas de um eventual bombardeamento.

"Reagan sabe que numa invasão à Nicarágua, os Estados Unidos não poderiam demorar mais de duas semanas para controlar todo o país", comenta-nos um especialista italiano em *mass media*. "Não importa que três ou quatro mil *marines* morram num ataque relâmpago, se este tiver êxito. Mas o público não aguenta programas monótonos e de enredo complicado. A batalha da opinião é travada na televisão e mais de duas semanas de noticiários, com o seu saldo quotidiano de baixas e resultados pouco espectaculares, tornariam imediatamente impopular essa guerra".

Os ataques dos somozistas
criam o clima para a intervenção



Ortega e Sergio Ramírez
são os favoritos na eleição nicaraguenese

Ronald Reagan colocou o *show business* e as *public relations* no lugar antes ocupado pelas ciências jurídicas. Assim, não basta que os sandinistas desmontem os motivos reais ou imaginários da agressão. Têm que oferecer ao mundo uma imagem impecável. Ninguém invadirá o Brasil por não realizar eleições directas para presidente da República, mas a Nicarágua tem que fazer, num país que jamais soube o que era democracia, eleições mais limpas do que as da Suíça. Foi em El Salvador que assassinaram um arcebispo em plena missa, mas é a Nicarágua quem tem de pedir desculpas ao Vaticano por manter recluso num convento um padre preso em flagrante quando recebia armas e explosivos dos contra-revolucionários. A África do Sul é felicitada pelos seus "progressos" ao deixar os indianos e mestiços votarem (não, obviamente, a maioria negra), mas é a Nicarágua que é pressionada para que aceite um candidato ao qual ninguém atribui mais de 10% dos votos. Em tempos de paz, os Estados Unidos proíbem que se divulguem informações sobre as actividades da CIA, mas é a Nicarágua que não pode, em plena guerra contra 10 mil invasores, censurar as informações militares.

Tudo isto, pelo "pecado" de mostrar que sem *paredón*, com liberdade política e pluralismo económico é possível juntar cristãos e marxistas, sob a bandeira do nacionalismo para fazer uma revolução do povo, pelo povo e para o povo, parafraseando um grande presidente republicano.

EL SALVADOR O DIÁLOGO COMEÇA, A GUERRA CONTINUA

□ O diálogo iniciado a 15 de Outubro entre o governo salvadorenho de José Napoleón Duarte e os principais dirigentes do FMLN-FDR numa igreja da localidade de La Palma teve ao menos um resultado positivo: agora o país está em guerra.

Como é sabido, há muitos anos que o conflito começou e já deixou um saldo de mais de 60.000 mortos, na sua maioria civis, e centenas de milhar de refugiados, feridos, órfãos e desaparecidos. As forças conjuntas da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (integrada por cinco organizações político-militares) e a Frente Democrática Revolucionária (composta por partidos políticos e organizações de massas) já haviam conseguido um amplo reconhecimento internacional como "parte interessada" no conflito. Porém, o governo salvadorenho e, sobretudo, a administração Reagan — que comanda as operações militares sem que as autoridades de San Salvador tenham quase qualquer poder de decisão — insistia em tratá-los como bandidos, subversivos e agentes estrangeiros infiltrados. A seu ver, o único caminho para a paz era a solução militar, o extermínio dos rebeldes.

Em Outubro, três anos após a FMLN-FDR ter formulado a sua primeira proposta de paz, o presidente Napoleón Duarte aceitou iniciar o diálogo, com a mediação da Igreja Católica e o apoio logístico da Cruz Vermelha. Na primeira reunião não se chegou a acordo. Nem sequer um cessar-fogo. Mas o mero reconhecimento da existência de uma situação de guerra e a decisão de prosseguir a negociações abre perspectivas para que a guerra se humanize minimamente, se apliquem as convenções sobre o tratamento de prisioneiros, cessem os bombardeamentos às populações civis indefesas e o uso de armas proibidas como o *napalm*. E, sobretudo, se imponha uma saída negociada para o conflito.

Para os revolucionários, eram inaceitáveis as propostas de Napoleón Duarte para que a oposição entregasse as armas em troca de uma amnistia e participação nas próximas eleições municipais, sem ser acompanhada de nenhum tipo de garantia. No passado, muitos dos dirigentes da oposi-

ção apoiaram eleitoralmente Napoleón Duarte ou foram membros do seu partido democrata-cristão abandonando-o quando se tornou claro que nenhuma liberdade estaria garantida nem qualquer reforma seria possível enquanto a oligarquia local não desarmasse as suas forças paramilitares — tão poderosas como o próprio exército salvadorenho — e este não se submetesse realmente à autoridade de um governo democrático.

A FMLN-FDR propôs, entre outros, uma série de pontos contemplados na Acta de Contadora (até agora não aceite por Napoleón Duarte) como a retirada dos assessores estrangeiros, e outros relacionados com o respeito dos direitos humanos. A realização de eleições verdadeiramente livres deveria ser garantida pela formação de um governo provisório com a participação dos revolucionários.

Assim, enquanto Napoleón Duarte ofereceu menos que o "modelo colombiano" (onde os grupos guerrilheiros foram reconhecidos e poderão participar politicamente sem que para isso tenham de entregar as armas, mas simplesmente guardá-las), os revolucionários reclamam um "modelo zimbabwano".

As forças salvadorenhas de extrema-direita comandadas pelo major Roberto D'Aubisson já deixaram clara a sua oposição relativamente às negociações e um dos muitos "esquadrões da morte" paramilitares que operam no país com total impunidade e mal disfarçado apoio do exército e dos assessores norte-americanos condenou o presidente à morte pela sua "traição". Por outro lado, dirigentes guerrilheiros declararam estar convencidos de que "há sectores que só querem ganhar tempo, manobrar, manipular o diálogo enquanto aumenta a ajuda dos Estados Unidos, convencidos que em 1986 o exército contará com os meios humanos e o equipamento necessário para derrotar a guerrilha".

Simultaneamente, os Estados Unidos iniciaram uma campanha de pressões e propaganda para que a Nicarágua inicie um diálogo semelhante com os grupos contra-revolucionários financiados e dirigidos pela CIA.

"São duas situações totalmente diferentes", explicou em Manágua o comandante Daniel Ortega. Na sua opinião, a luta dos salvadorenhos "corresponde a uma situação de injustiça social e exploração", enquanto que na Nicarágua "o governo dos Estados Unidos estimula uma agressão, com uma força artificial baseada na guarda somozista, criada pelos Estados Unidos e que existe na medida em que os Estados Unidos a apoia".

(Roberto Remo)

América Latina

HONDURAS

As surpresas de Negroponte

As preocupações de Washington e o descontentamento de militares hondurenhos com a total ocupação do país pelas forças norte-americanas

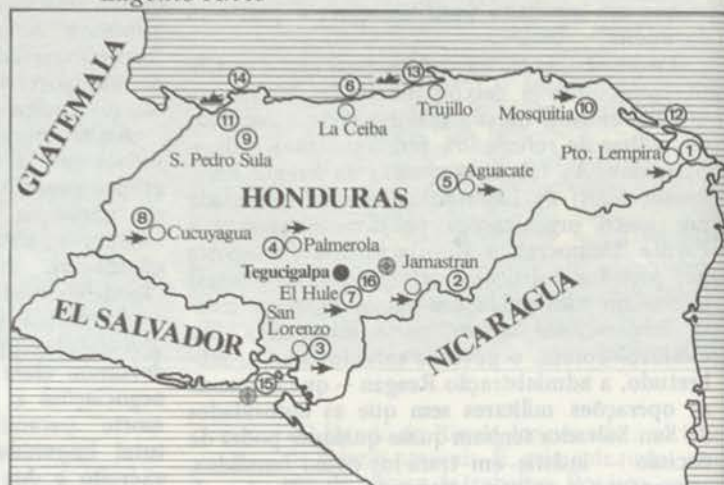
Eugénio Alves

Sob o pretexto de manobras militares conjuntas, iniciadas em 1981, as Honduras — considerado o país mais pobre da América Latina — é um território verdadeiramente ocupado militarmente pelos Estados Unidos. Mas o descontentamento de oficiais das forças armadas hondurenhas é uma realidade que vem preocupando Washington.

John Negroponte, embaixador norte-americano em Tegucigalpa, tem razões de sobra para andar preocupado. Perito da intriga política e habituado a controlar informações e influências do aparelho político-militar de Honduras, o denominado "pro-cônsul" de Washington teme uma nova surpresa por parte dos jovens oficiais hondurenhos.

A primeira teve lugar em Março passado, quando o general Gustavo Alvarez perdeu a chefia das forças armadas hondurenhas e teve de "emigrar" para os EUA. Apoiado por boa parte dos oficiais superiores, Walter Lopez, um jovem, mas experiente, general da força aérea (a arma forte do país) assumiu o comando. Desprevenido, sem alternativa e forçado a "apanhar o comboio", Negroponte "engoliu", simplesmente, a mudança.

Seis meses depois, fontes hondurenhas admitem que Negroponte e a administração Reagan trabalham para a queda de Lopez e para o eventual regresso de



Pistas de Aeroportos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
Bases Navais: 12, 13, 14 - Instalações de Radares: 15, 16

Alvarez — instalado em Miami, mas em contacto com os sectores mais conservadores do país.

Aviso aos "contras"

E tudo isto porque os EUA não gostaram da segunda surpresa, provocada pelo próprio Walter Lopez. Apoiado pelo Conselho Superior das Forças Armadas — órgão que Alvarez desactivara e ignorara — o novo chefe militar de Honduras avisou os Estados Unidos de que os "contras" (antissandinistas) deveriam transferir as suas operações para fora do país. Foi em Julho passado. Encontrava-me em Tegucigalpa, em reportagem, vindo de Manágua, e notei o espanto dos próprios jornalistas locais, pela declaração de Lopez pois, em

princípio, uma tal advertência caberia ao governo. . .

Mas Walter López foi mais longe. Informou o país de que a proporção de três salvadorenhos para um hondurenho no Centro Regional de Treino Militar, em Puerto Lempira, era inaceitável e tinha que acabar. Neste centro, onde "ensinam" oficiais norte-americanos e mercenários argentinos (e fala-se também de israelitas para a instrução de segurança) tem o exército salvadorenho preparado os seus principais quadros militares.

Sem esperar, aparentemente, ordens do presidente Suazo Cordova o novo chefe militar fez-se eco de duas importantes preocupações para o país: o perigo de um exército de marginais e ex-

somozistas desenquadrados e sem dólares (recusados pelo Congresso dos EUA) e a ameaça potencial de um exército salvadoreño, mais evoluído e melhor apetrechado.

Segundo me afirmou um jornalista hondurenho, o velho conflito de fronteiras com El Salvador "é uma verdadeira dor de cabeça para militares e políticos do país... e pode conduzir a nova guerra". Apenas com 20 mil km² de superfície (um sexto do território hondurenho) El Salvador tem uma população de seis milhões de habitantes, na sua maioria camponeses e com falta de terras para cultivar. Foi este o motivo-base da "guerra do futebol" de 1969. E, apesar da trégua acordada em 1980, por pressão da Casa Branca — afilada com o triunfo sandinista na Nicarágua — a questão está longe de uma solução...

Por outro lado, os militares hondurenhos não parecem totalmente insensíveis às críticas, internas e externas, que denunciam a ocupação militar do país por parte dos EUA. De enclave económico, de extrema dependência para os circuitos e empresas norte-americanas, as Honduras, passaram, também, a enclive militar.

Os Estados Unidos controlam actualmente nas Honduras um dispositivo militar que inclui 10 pistas ou aeroportos, três bases navais, duas instalações de radares e o centro de treino de Puerto Lempira. Nas bases aéreas de San Lorenzo, Palmerola e La Ceiba, estão instalados cerca de 2.400 efectivos da força aérea norte-americana, incluindo especialistas de engenharia militar. Na base naval de Puerto Castilha, nas Caraíbas, há cerca de 400 efectivos de artilharia, 100 de engenharia naval e 150 "assessores". Nas bases de radares da Ilha do Tigre (no golfo Fonseca) e do Cerro de Hule (próximo de Tegucigalpa) funcionam entre mil e mil duzentos efectivos, distribuí-

dos por pessoal de apoio, técnicos, soldados e assessores, especializados em missões de espionagem sobre a Nicarágua e El Salvador (combate à guerrilha).

Estes efectivos permanecem nas Honduras sob o pretexto de manobras militares conjuntas, iniciadas em 1981. Nos últimos 18 meses tiveram lugar cinco grandes manobras, com destaque para as "Ahuas Tara" I e II e as "Grenado" I e II, que envolveram também efectivos salvadoreños.

O país mais pobre

Com um tal dispositivo, incluindo, naturalmente os "contras" os EUA podem desencadear acções de envergadura contra a Frente Farabundo Martí, de El Salvador, e accionar, em breves minutos, uma invasão aérea da Nicarágua.

Todavia esta situação de "imensa base militar dos Estados Unidos" não parece agradar aos responsáveis das forças armadas de Honduras. Considerado o país mais pobre da América Latina, com sessenta por cento de analfabetos, falta de casas (500 mil), de comida, de indústrias e com uma dívida externa cujos juros anuais ultrapassam os 100 milhões de dólares — Honduras não tem condições para suportar um tão grande aparelho militar, interno e externo.

O essencial da ajuda económica dos EUA é, além disso, canalizada para fins militares. Como assinalava num dos primeiros dias de Julho, um editorial do matutino *A Tribuna* (conservador), "até agora, a palavra democracia quer dizer pobreza social, dependência económica e um futuro sem grandes perspectivas". O mesmo matutino de Tegucigalpa considerava ainda — depois de constatar que "a administração Reagan deu maior ênfase à defesa militar em Honduras" — ser necessário que "a solidariedade militar se manifeste não só por

pactos militares, mas também por outros meios de persuasão..."

Um jornalista hondurenho, que me apoiou e acompanhou nos quatro dias passados na ex-capital mineira (Tegucigalpa foi uma das principais minas de ouro da Espanha colonial) duvida das intenções progressistas de Walter López. Céptico quanto às histórias de "militares democratas", entende que a sua preocupação essencial é obter mais dinheiro e novos equipamentos militares dos EUA.

Diferente, contudo, foi a opinião que obtive de Efraim Díaz, deputado democrata-cristão, cujo prestígio e influência na opinião pública hondurenha tem aumentado progressivamente, graças às corajosas e patrióticas posições assumidas no parlamento local. Para Efraim Díaz a mudança na hierarquia militar "foi positiva".

"Quando foi designado chefe das forças armadas — sublinhou o deputado — Walter Lopez exprimiu preocupações pelos desaparecidos e reduziu o clima de intimidação, permitindo uma maior capacidade de intervenção dos trabalhadores através das suas organizações sindicais..."

Ocupada por quatro exércitos ("contras", salvadoreños, norte-americanos e... hondurenhos) a terra de Lempira (herói da resistência maya a Castela) poderá ser, a curto prazo, palco de grandes modificações. A miséria, a inexistência de uma democracia real, a frustração popular perante o actual governo, a insatisfação de amplos sectores da classe média, economicamente asfixiada, as profundas divisões no seio dos partidos históricos (Liberal e Nacional), o uso do território contra a Nicarágua, o apoio ao exército salvadoreño. Em suma, a ocupação do país, poderá gerar, em breve, uma alternativa político-militar de grande repercussão popular.

A terceira e definitiva surpresa de John Negroponte? ●

STAR

Agente transitário a tempo inteiro, de qualquer destino

- Temos a melhor cobertura nacional. Estamos presentes nos principais portos, aeroportos e zonas comerciais e industriais do país.
- Somos agente membro da APAT, IATA e FIATA. Temos uma sólida experiência internacional em transporte aéreo, marítimo e terrestre.
- Conhecemos os melhores meios e vias, bem como o melhor acondicionamento e, sempre, a embalagem mais adequada.



- Oferecemos tráfego de grupagem, com taxas incomparavelmente mais baixas, sem prejuízo de prazos ou acordos de transporte.
- Asseguramos o armazenamento, carga e descarga das suas mercadorias nas melhores condições.

- Dispomos de um serviço porta a porta, com todas as vantagens que este sistema proporciona.
- Promovemos seguros e formalidades aduaneiras, com extraordinária economia de esforços e tempo.
- Acompanhamos a evolução beneficiando de constantes



- dos mercados, informações que possibilitam decisões imediatas.
- Somos técnicos de «project forwarding» com todas as responsabilidades de coordenação geral até à concretização dos empreendimentos.



TRANSITÁRIOS

4000 PORTO — R. de Alfândega, 7 • Telex: 22421 — Tels.: 32 04 77-32 03 77-32 04 52-32 04 27
1200 LISBOA — R. do Alecrim, 10 • Telex: 22334 — Tels.: 37 34 21/9 e escritórios em: GUIMARÃES, FUNCHAL, P. DELGADA e ANGRA DO HEROÍSMO

“Só discutiremos a entrega do poder”

O primeiro secretário do Partido Radical e vice-presidente da Internacional Socialista, Anselmo Sule, apela à unidade da oposição e analisa os últimos acontecimentos no país

Roberto Bardini

Sule — 50 anos, advogado e professor universitário, nascido em Santiago — era senador e presidente do Partido Radical quando do golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973. Nesse mesmo ano foi detido e mantido incomunicável durante 70 dias na Escola Militar. Posteriormente, foi enviado para a ilha Dawson e para vários campos de concentração. Em Fevereiro de 1975, foi expulso do Chile com destino a Caracas, tendo seguido para o México, onde reside. Exerce actualmente o cargo de vice-presidente da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (COPPAL).

Em Fevereiro deste ano, foi-lhe permitido regressar por oito dias ao seu país, facto que causou grande emoção no Chile: Anselmo Sule é praticamente um dos poucos políticos chilenos que têm acesso a diferentes níveis e instâncias internacionais, e todas as suas acções no estrangeiro são comentadas na sua pátria.

Precisamente em Fevereiro deste ano, os presidentes reunidos em Caracas por ocasião da posse de Jaime Lusinchi assinaram dois documentos: o primeiro de apoio às acções pacifica-

doras do Grupo de Contadora na América Central; o segundo, uma carta dirigida ao general Augusto Pinochet destacando o direito de Anselmo Sule viver no Chile.

cadernos do terceiro mundo falou com o dirigente do Partido Radical sobre os últimos acontecimentos ocorridos na sua pátria, a permanência de Pinochet no poder e o papel da administração Reagan naquele país sul-americano.



Anselmo Sule: “as forças oposicionistas são amplamente maioritárias”

Como interpreta os últimos acontecimentos relacionados com o crescente descontentamento popular e os actos de repressão que se seguiram?

— Creio que esses acontecimentos — que no Chile ocorrem todos os dias — vão delimitando os campos. Torna-se cada vez mais claro que as forças contrárias ao general Augusto Pinochet são amplamente maioritárias e que o regime se encontra numa encruzilhada, na qual — mais a curto do que a longo prazo — não tem outra saída senão acatar as exigências dos sectores democráticos.

A igreja encontra-se entre esses sectores? Qual é a posição de alguns grupos que apoiaram o golpe de Estado de Setembro de 1973 contra o presidente Salvador Allende?

— As dificuldades do ditador com a igreja adquiriram outras dimensões. Quando alguns bispos decidiram não realizar o tradicional *Te Deum* de «graças» pelo golpe, o governo emitiu um comunicado oficial no qual assinou que “corresponde à autoridade política definir, em nome de toda a nação, a forma como expressará religiosamente a sua

acção de graças ao Todo Poderoso, de quem em definitivo recebe a sua autoridade e perante quem é responsável”.

Esse parágrafo que citei é mais do que eloquente. Se a ditadura supõe que o seu poder emana de Deus e que responde perante ele, é porque algo de muito sério se está a passar no exercício desse poder. E o que acontece é que se continuam a abrir brechas. Apesar dos seus esforços para recuperar os sectores que a apoiaram no início, estes situam-se cada vez mais nitidamente na oposição.

Apesar de tudo, Pinochet insiste em manter-se no poder. Nas últimas declarações, ameaçou usar um pulso ainda mais forte. Que margem resta para essas acções?

— O ditador aumentou a repressão e ameaça com outro 11 de Setembro. Ainda que possa fazê-lo — porque ainda dispõe

das armas — os acontecimentos indicam que a força é cada vez menos eficaz. Neste momento o regime não está em condições internas nem externas de levar a cabo uma acção de guerra como a que realizou em 1973.

Mas e se ele decidisse accioná-la?

— Não faria mais do que acelerar a sua própria queda. Isso não quer dizer necessariamente que aconteça o fim do regime, mas implicaria o começo da mudança.

Pinochet: um aliado de confiança dos EUA

Porque se mantém Pinochet no poder?

— Eu diria que são três os elementos que convergem. O primeiro é que continua a contar com o apoio das forças armadas. O segundo, o apoio que ainda lhe dão o governo dos Estados

Unidos e as empresas transnacionais. E terceiro, falta-nos consolidar a unidade para agir contra a ditadura. Se as forças políticas democráticas conseguissem superar as diferenças e chegar a um acordo de acção comum, como o que se regista nas bases, nem as forças armadas, nem o governo dos Estados Unidos, nem as empresas transnacionais poderiam continuar a sustentar Pinochet.

Então Pinochet, apesar das características da sua ditadura, continua a ser “viável” ou “funcional” para Washington?

— Com maior ou menor entusiasmo, todos os governos que se sucederam nos Estados Unidos apoiaram Pinochet desde que Richard Nixon apoiou o golpe de Setembro de 1973. O que não é de estranhar, porque de todos os ditadores que os norte-americanos ajudaram a chegar ao poder na década de 70, é o que

CIÊNCIA actual

Uma publicação portuguesa
de divulgação e informação científica

Para o professor
Para o aluno
Para toda a gente

Assinaturas (1 ano — 6 números)

Continente e ilhas	550\$00
Espanha (via aérea)	690\$00
Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Europa	US\$7.50
Outros países	US\$9.50

Pagamento adiantado

Distribuidora:
ELECTROLIBER

CIÊNCIA ACTUAL

R. Carlos Pereira, 3-4.º D.

1500 LISBOA

melhor serviu os seus interesses. A actual administração norte-americana avaliza o projecto político de Pinochet, que está contido na sua Constituição, a primeira de linha fascista ditada no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, o governo de Ronald Reagan manifesta-se partidário — pelo menos nas suas declarações — de processos eleitorais como transição para a democracia. Os exemplos nalguns países centro-americanos — onde ocorreram eleições condicionadas ou fraudulentas — são eloquentes. Como se aplica esta posição no caso chileno?

— A ingerência norte-americana nos assuntos internos chilenos é aberta. No decurso deste ano, várias delegações governamentais dos Estados Unidos visitaram o Chile e todos os seus membros expressaram os mesmos pontos de vista: apoiam o fracassado modelo económico de livre empresa e o programa político de Pinochet, a respeito do qual só sugeriram algumas modificações no calendário.

A administração Reagan é partidária da manutenção do actual regime — se possível com Pinochet à frente — mas quer antecipar algumas instâncias do simulacro de democracia que deve entrar em funcionamento em 1989. As declarações oficiais — inclusive as do Departamento de Estado norte-americano depois dos protestos de Setembro último — são nesse sentido.

Mas isso não significa que estejam a defender, para agora, a saída de Pinochet. Querem que se instale um Parlamento com uma oposição consentida e conivente, com a ideia de que assim evitarão que a situação se radicalize. Em suma, desejam — e as acções que o embaixador norte-americano desenvolve em Santiago têm esse propósito — que a oposição se integre no projecto de Pinochet. É nesse contexto

que devem ser interpretadas as razões que levaram o ministro do Interior, Onofre Jarpa, a dialogar com um sector da oposição.

Volto à minha pergunta anterior. É então previsível que Pinochet continuará a ser viável para a Casa Branca?

— Isso dependerá das circunstâncias. Na medida em que nós, as forças democráticas, deixemos o regime sem capacidade de manobra, o ditador — que não quer abandonar o poder de bom grado — deixará de ser funcional para os seus defensores, porque colocará o país ante a iminência de uma explosão violenta.

armadas, devido a desacordos menores com Pinochet, poderiam facilitar uma saída tipo Argentina ou Uruguai, que conduza ao restabelecimento gradual da democracia no Chile?

— As opções que os militares têm são muito claras. Podem continuar a ser o suporte da ditadura e acentuar ainda mais a repressão, mas isso acirrará o confronto que já existe. O outro caminho que têm, e espero que resolvam percorrê-lo, é o de facilitar o restabelecimento da democracia. Já uma vez menosprezaram a vocação democrática das grandes maiorias e agora vêem e vivem o fracasso do seu



“O ditador aumentou a repressão e ameaça com outro 11 de Setembro”

O fracasso de um projecto autoritário

Qual é a situação interna do exército? Fala-se insistentemente de supostas discrepâncias...

— Até ao momento — apesar de algumas discrepâncias entre a Junta Militar e o próprio Pinochet — as forças armadas continuam a ser o principal suporte interno da ditadura. Penso, contudo, que a realidade já lhes está a mostrar que não poderão continuar indefinidamente nessa posição.

Considera possível que alguns altos representantes das forças

projecto autoritário. Nalgum momento, não longínquo, terão que compreender que também eles fazem parte do povo e que o povo tem direito de expressar-se soberanamente. Nem sequer o temor da vingança pelo ocorrido durante estes anos poderia justificar uma atitude diferente. As democracias aplicam a justiça, não a lei de talião.

Falemos agora um pouco da situação económica...

— Não obstante as múltiplas mudanças de ministros das Finanças e da Economia, a situação económica é um desastre. Antes, com os *Chicago Boys*,

agora sem eles. A essência do modelo económico não se modificou: só foram feitas algumas variações destinadas a recuperar para o regime o apoio dos sectores empresariais, o que tão pouco obteve, pelo menos na medida esperada (*ver caixa*).

Pode dar alguns números ou dados concretos?

— Se Pinochet chegasse, como pretende, até 1989 os actuais 20 mil milhões de dólares da dívida externa chilena elevar-se-iam, pelo menos, a 35 mil milhões de dólares. Em relação ao total de habitantes, a dívida chilena é uma das mais altas do mundo.

No meio deste desastre o actual ministro das Finanças anunciou que nos próximos cinco anos os trabalhadores receberão aumentos salariais menores do que a inflação para "propiciar o desenvolvimento dos agentes económicos do país". É difícil saber ao que se refere, porque a economia não regista nenhum tipo de desenvolvimento e ele já

tem vários meses de gestão. Pelo contrário, os bancos perderam 150 milhões de dólares nos primeiros cinco meses do ano. As reservas do Banco Central diminuirão pelo menos em 225 milhões de dólares este ano, segundo admitiu o próprio ministro das Finanças. De acordo com este mesmo funcionário, todo o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) que se venha a registar daqui até 1989 só dará para pagar os juros da dívida externa.

A dependência alimentar, que era de 17% em 1973, aumentou para 35% em 1983. Isso é uma consequência do modelo de livre empresa e do cancelamento da reforma agrária. Dos dez milhões de hectares expropriados até ao fim do governo do presidente Allende, mais de 70% foram devolvidos aos seus antigos proprietários, o que aumentou o desemprego no campo. O único sector que se desenvolveu sob a ditadura foi a indústria de armamento, com as bombas de fragmentação

vendidas aos regimes militares centro-americanos. Como se pode notar, em matéria económica será preciso partir do zero quando for restabelecida a democracia.

A unidade, objectivo número um

Que nível de acordos e alianças alcançaram as forças opositoras? Existe uma estratégia política de acção comum?

— Na grande mobilização de massas — que constitui o método de luta que o povo elegeu contra a ditadura — observa-se uma situação a meu ver lamentável, porque retarda a queda do regime. Refiro-me à falta de um acordo formal entre as forças políticas, que neste momento se encontram divididas em dois blocos: a Aliança Democrática — que inclui o meu partido, o Radical, e a Democracia Cristã, o Bloco Socialista e a Direita Republicana — e o Movimento Democrático Popular, no qual confluem o Partido Socialista, o Par-

A FUGA DE CAPITAIS E A DÍVIDA

O Chile atravessa actualmente uma das suas piores crises económicas. Com a política monetarista calcada da chamada "escola Milton Friedman" ou "Chicago Boys" imposta pela ditadura de Pinochet, foi destruída, praticamente, toda a infra-estrutura económica do país. Eliminando toda e qualquer protecção aduaneira, criou-se uma economia totalmente aberta, que teve como consequência a destruição quase completa das indústrias mais importantes.

"Nessa política de ruína, teve um papel decisivo a desmontagem empreendida pelo governo de Pinochet da estrutura do CORFO, um organismo criado pela Unidade Popular para coordenar o processo económico chileno e que conseguira levar a nossa economia a uma situação relativamente ordenada e com futuro", comenta Patricio Morales Salinas, ex-vice-ministro das Finanças durante os três anos do governo de Unidade Popular de Salvador Allende e vice-presidente do Partido Radical chileno.

Há alguns semanas atrás, deu-se mais uma

grande desvalorização do peso chileno (23,6%), o que provocou um alto encarecimento dos produtos de consumo básico — 50% em média —, agravando a situação de fome que atravessa um amplo sector da população. Acompanhando a desvalorização, o governo decretou medidas de protecção para os meios financeiros que prejudicam ainda mais as massas trabalhadoras do país.

A recente compensação salarial introduzida pelo governo foi totalmente insuficiente para manter o nível de subsistência mínima em que vive grande parte da população. Essa bonificação salarial de 3,30 dólares tem um custo aproximado de três milhões de dólares e a desdolarização (conversão em pesos dos empréstimos contraídos em dólares) das dívidas dos banqueiros eleva-se a três mil milhões de dólares: uma relação de um para mil, entre o que se entrega aos senhores da banca e aquilo que é concedido aos trabalhadores.

O actual nível da população chilena, principalmente dos trabalhadores, é muito inferior em relação ao de há dez anos. Com um salário mínimo rondando os 35 dólares, os trabalhadores estão, hoje, com níveis salariais abaixo dos de 1981 —

tido Comunista e o Movimento de Esquerda Revolucionária. Há, além disso, partidos da direita tradicional que se declararam a favor do estabelecimento de um sistema democrático, mas que não definiram com precisão se querem o restabelecimento de uma democracia plena ou se se contentam com algumas concessões parciais do regime. Por isso só considero na minha análise os dois agrupamentos que se pronunciaram claramente pelo fim da ditadura.

É muito difícil o processo de unidade entre estas correntes de oposição?



— A lógica indica que temos de conseguir um acordo metodológico e de acção para lutar todos juntos contra Pinochet. E este acordo deve assentar em bases concretas e práticas, porque de contrário vamos enredar em discussões sem fim que nos vão dividir e subdividir para satisfação e proveito de Pinochet.

Para este acordo devem concorrer todos os democratas. Não se deve excluir ninguém nem condenar *a priori* nenhuma atitude. Não participarão os inimigos da democracia e os que se auto-excluem, mas não podemos destruir-nos a nós próprios, desqualificando — às vezes por motivos mesquinhos — forças que neste momento estão a favor do restabelecimento democrático.

Mas é preciso ser claro. Há sectores, como alguns agrupamentos de direita e de centro-direita, que se conformariam com um simulacro de democracia na qual lhes seja permitido fazer uma oposição que seria formal e não real ao regime de Pinochet.

Nós não queremos ser a oposição de Pinochet. Nós queremos o fim da ditadura para que impere no Chile um sistema autenticamente democrático. E nisso somos e seremos intransigentes. O único ponto que se poderia discutir com o regime é a entrega do poder.

Falou-se nas últimas semanas de um pacto nacional ou constitucional. Representantes do regime, incluindo Pinochet, disseram ser favoráveis a uma saída democrática. Que implicações pode ter esse facto?

— Isso não faz mais do que confirmar a urgência de se chegar a um acordo.

Se nos sentarmos para discutir um pacto nacional ou pacto constitucional no qual se estabeleça como vai ser governado o país nos quatro ou cinco anos seguintes à queda da ditadura, corremos alguns riscos. O primeiro é mergulharmos numa interminável discussão, por sermos forças ideologicamente distintas.

Patricio Morales Salinas

derrubado pelo golpe de Pinochet, acusaram-no de ter seguido uma política irresponsável de endividamento externo. Em 1973, a dívida externa do Chile era de 4,5 mil milhões de dólares. Hoje, ela ultrapassa os 20 mil milhões, ou seja, quatro vezes mais.

Metade deste montante foi originado por capitais investidos nas empresas privadas que, depois, tiveram de ser garantidos pelo Estado.

“Isto significa que todos os chilenos vão ter de pagar a farra dos especuladores financeiros que se apoderaram dos dólares e os reexportaram em seguida para o estrangeiro”, declara o dirigente do Partido Radical.

Na origem da crise chilena estão, por outro lado, os baixos preços do cobre (a principal fonte de receitas externas do país) e os juros da dívida, que implicam o pagamento anual de dois mil milhões de dólares.

“Tudo isto tornou a economia chilena praticamente incontrolável. Qualquer solução tem de ser política e exige, antes de tudo, a implantação de um regime democrático. A ditadura de Pinochet nada poderá resolver”, conclui Morales Salinas. (Carlos Pinto Santos)

entre Junho de 1981 e Junho de 1984, os salários pagos pelas grandes e médias empresas diminuíram em 22% — e continuam a suportar o processo inflacionário. O desemprego atinge a dramática taxa de 30%, havendo um milhão e meio de chefes de família sem trabalho. No tempo de Allende, o desemprego foi reduzido a 3,5%, o que de acordo com os indicadores económicos internacionais significava que a extrema pobreza fora erradicada.

“Dentro da política que o governo chama de ‘liberdade económica’ — diz Morales Salinas — existe liberdade de preços, o que leva, como se viu agora, uma vez mais, a brutais aumentos de preços, uma verdadeira bofetada no rosto do povo chileno”.

Quando o governo de Unidade Popular foi

O segundo risco é, a meu ver, mais grave. Estaríamos a elaborar um acordo na superestrutura política, num momento em que o povo não está em condições de opinar livremente acerca dele. Consequentemente, estaríamos impondo um caminho. Isso não é democrático.

Temos de nos comprometer todos a actuar com ética, responsabilidade política e profundo sentido nacional que evite ingerências estrangeiras e torne impossível a repetição dos erros do passado.

Os três pilares do socialismo segundo o Partido Radical

Qual é a alternativa que o Partido Radical propõe?

— Nós defendemos o socialismo democrático. Isto é, uma democracia integral que se expresse política, económica e socialmente e também no campo internacional. Para nós, democracia e

socialismo são sinónimos. Se usamos os dois termos juntos não é por redundância, mas porque queremos realçar esse facto ante a acção desvirtuadora daqueles que pretendem tratar-se de conceitos antagónicos.

A democracia integral diferencia-se fundamentalmente da democracia liberal que, em definitivo, conduziu ao cancelamento do regime democrático porque é um sistema formal que limita a manifestação da soberania popular.

Por isso deve-se alcançar também a democracia económica. A sociedade deve garantir a igualdade de oportunidades e um nível de vida digno a todos os seus membros: habitação adequada, alimentação, saúde, educação, segurança social e tempos livres. A sociedade tem a obrigação de assegurar aos seus membros o direito ao trabalho e o produto desse trabalho deve destinar-se a satisfazer as necessidades de cada

um e a acumulação social, não individual.

Nós desejamos erradicar o sistema capitalista, e substituí-lo pelo socialismo. Esta distribuição diferente do produto do trabalho impede a exploração do homem pelo homem e requer, para ser levada à prática, uma planificação com critério de interesse geral, ou seja, que o interesse público prevaleça sobre o privado.

Reivindicamos também uma nova ordem em todos os planos das relações internacionais — o político, económico e social — porque só democratizando essas relações haverá desenvolvimento e paz. E refutamos o esquema bipolar da confrontação Leste-Oeste, porque atenta contra o direito dos nossos países de levar à prática os projectos nacionais que representam as legítimas aspirações dos nossos povos. É essa a alternativa que postula o Partido Radical chileno. ●



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º
Telefone 735135
LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

África

ÁFRICA AUSTRAL

Como ajudar a paz

As relações de Portugal com Angola, os reais objectivos do MPLA-PT e da FRELIMO e a situação na Namíbia analisados na recente reunião no Rio de Janeiro da Internacional Socialista

Neiva Moreira

Lisboa converteu-se num centro de actividades contra a revolução angolana. Numa capital onde se concentram remanescentes do regime deposto pela revolução de Abril, colonialistas que ainda não absorveram a derrota em África e centenas de milhares de repatriados, o que menos falta é ambiente para a acção contra-revolucionária. Mas, quando se acrescenta a esses factores, a equivocada posição de políticos de raízes progressistas, pode-se então avaliar a importância do lobby anti-angolano montado em Portugal.

Esses factos estão a reflectir-se de maneira negativa nas relações entre Angola e Portugal e não há sinais de que essa situação melhore. Em Luanda, onde estive há pouco, ouvi muitas pessoas sobre este problema, inclusive numerosos portugueses, dos milhares que ali estão a dar a sua leal cooperação ao governo angolano. Todos manifestavam apreensões quanto ao desenvolvimento dessas relações.

O facto do presidente José Eduardo dos Santos não ter ido a Lisboa, no seu périplo pela Europa, ficando do outro lado da fronteira (a viagem incluiu uma visita oficial a Espanha), teve ampla repercussão na opinião pública angolana, aqui incluídos os portugueses que trabalham em Angola. Dados os laços de entendimento entre os dois países, só mesmo razões de Estado



O presidente José Eduardo dos Santos e o primeiro-ministro espanhol Felipe González, durante uma conferência de imprensa, em Madrid

muito poderosas poderiam ter determinado a atitude do presidente angolano.

Portugueses em Luanda com quem falei consideram que a correcta posição do presidente Ramalho Eanes no problema, enviando a Madrid, para uma missão informativa o coronel Melo Antunes, mostrou aos angolanos que a tolerância e o apoio que a UNITA recebe em Lisboa encontram resistências mesmo ao nível do poder. E esse é um dado significativo em favor de uma perspectiva futura de bom entendimento entre os dois governos.

No Rio de Janeiro, durante a reunião da Internacional Socialista, o primeiro-ministro Mário Soares foi evasivo quando o jor-

nalista Carlos Pinto Santos da equipa de *cadernos do terceiro mundo* lhe fez uma pergunta abordando esse assunto. O chefe do executivo português disse que as relações entre os dois países nunca foram tão boas, invocando em favor da sua tese os resultados do intercâmbio comercial no último ano.

Quando o nosso colega tentou voltar à carga pedindo maiores precisões sobre os desentendimentos com Luanda e a viagem do presidente José Eduardo dos Santos, Soares ladeou o tema, com uma habilidade de diálogo que os jornalistas nele reconhecem.

Sobre a acção da UNITA em Lisboa limitou-se a esta explica-

ção: "Se é certo que tem havido críticas de dirigentes angolanos acerca de declarações feitas na nossa imprensa por elementos da oposição angolana, eles têm que compreender que a nossa imprensa é livre, o nosso sistema é pluralista, de liberdade total".

Aparentemente o facto é assim. Mas só aparentemente. A acção dos grupos contra-revolucionários angolanos em Lisboa é bem mais ampla do que expedir comunicados ou dar entrevistas a órgãos de imprensa reconhecidamente direitistas e anti-MPLA. Esse grupo tem ali, segundo dados que o próprio governo português não desconhece, uma implantação sólida que actua não apenas na informação e nas articulações políticas como na preparação de acções armadas em Angola.

Imagine-se se a União Corsa montasse na Baixa ou no Estoril um aparelho desta natureza. Como agiria o governo português? E, pelo menos que se saiba, os corsos fazem a sua guerra ao governo da França por conta própria, reivindicando um estatuto nacional ao qual se consideram com direitos históricos. Não são

instrumentos de um governo estrangeiro como é o caso da UNITA em relação à África do Sul.

O sr. Savimbi faz questão de realçar a comodidade com que actua em Portugal. Recentemente deu uma entrevista ao *Expresso* em que declara peremptoriamente: "Mário Soares percebe-nos melhor. Preferimos passar as nossas mensagens ao Partido Socialista porque achamos que são mais sérios. Afirmam que não podem fazer nada pela UNITA, mas não nos desencorajam".

Nada disso se parece com o simples uso da liberdade de imprensa, embora também nesse caso, tratando-se de estrangeiros, as limitações sejam conhecidas. Como exilado assinei termos de compromisso em vários países de não me intrometer na política interna nem fazer declarações que comprometessem as relações do país anfitrião com outros com os quais esse país mantivesse relações.

Muitos dirigentes portugueses de hoje foram os exilados de ontem e conhecem essa regra, tanto mais estrita quando se trata de grupos armados. A explicação não foi assim a que se esperava

nem deve ter contribuído para melhorar as relações com Angola.

Um erro de avaliação

Ocorre que, não apenas em Lisboa, mas em Paris, Londres e, sobretudo em Washington, faz-se uma avaliação equivocada ou parcial sobre a situação na África Austral. E é essa avaliação que orienta os novos rumos da diplomacia ocidental nessa região conturbada.

Primeiro, insinua-se que há uma mudança importante na atitude do governo de Pretória, o que não é verdade. Pressionado pela crise interna que resulta em grande parte da guerra com os seus vizinhos e das dificuldades de intercâmbio económico com a maioria dos países do Terceiro Mundo, o sr. Pieter Botha aparentou flexibilizar a acção do seu governo e andou pela Europa prometendo uma espécie de abertura política.

Mudança de tática

Na prática o que houve foi uma mudança de tática. Em vez de fazer a guerra com o próprio exército sul-africano, como ocorria em Angola e, em certa medida em Moçambique, passou a actuar por intermédio de fantoches, como a UNITA e a RENAMO.

Em Angola, as agressões na fronteira reduziram-se ou cessaram nalgumas áreas mas os compromissos de evacuação total das áreas ocupadas não foram cumpridos (*ver caixa*).

O que o general Magnus Malan, comandante do exército de Pretória, fez, foi apertar o botão da infiltração. Lançou dezenas de grupos armados sobre Angola, com pessoal treinado, armado e transportado pelos sul-africanos. Para a diplomacia europeia, a África do Sul aparentava estar a cumprir as promessas de paz pois retirava-se de parte das áreas ocupadas — as quais, diga-se de passagem, deixava totalmente



Mário Soares recusou-se a condenar a UNITA na reunião da IS

devastadas — mas, na prática, fazia a guerra por outros meios.

A esperança de Botha era criar o caos interno e abrir espaços no interior do país. Ele estava seguro de que, tendo Angola convertido as suas forças populares num poderoso exército convencional, não teria como conter a acção guerrilheira. Pieter Botha equivocou-se. No momento actual, há operações militares em várias partes de Angola, mas são, em geral acções armadas isoladas contra objectivos económicos (pontes, fábricas, plantações, edifícios públicos, etc.), ou atentados contra pessoas (sequestros de cooperantes, assassinatos, bombas em locais públicos como cinemas, etc.). "Podem ainda ocorrer alguns actos espectaculares, como o da sabotagem a barcos no porto de Luanda, mas há um facto incontestável, que o inimigo não desconhece: as nossas forças armadas reestruturadas e reequipadas para este tipo de guerra, já quebraram a espinha dorsal da sua estrutura militar", disse-nos um comandante em Luanda. Antes da batalha de Cahama, a UNITA actuava até ao nível de batalhões, mas, agora, fá-lo com grupos pequenos, disseminados na selva, em regiões de população diminuta e de difícil acesso.

Durante muito tempo, os sul-africanos eximiam-se de qualquer responsabilidade nessas acções e os seus amigos nos Estados Unidos e na Europa referiam-se às mesmas como actos de dissidentes ou de "movimentos nacionalistas" inconformados com o carácter socialista do governo do MPLA-Partido do Trabalho. Na recente festa nacional em Pretória, Jonas Savimbi foi tirado da gaveta e, pela primeira vez, apareceu em público ao lado de Botha.

Eles consideram que essa "imprudência" de nenhum modo contribuiu para a credibilidade dos propósitos de paz de Pretória. Está claro que se o governo



Destuições da RENAMO, em Moçambique. A mesma prática da UNITA

de Botha desejasse a paz não estaria despejando grupos armados, inclusive de helicópteros, para actos de sabotagem no interior de Angola. Em torno de uma ponte numa província meridional, poupada graças à intervenção do exército nacional, foram encontradas quatro toneladas de explosivos que jamais poderiam ter sido transportados para aquele lugar em burros ou nas costas de soldados. A operação contra os cargueiros na baía de Luanda foi feita por mergulhadores altamente treinados. Nos meios diplomáticos em Angola era frequente ouvirem-se referências ao envolvimento da CIA ou dos serviços secretos sul-africanos nessa acção.

A busca pela paz

Mas esse quadro não deve excluir, naturalmente, a busca da paz que não seria encontrada em conversações com os autores directos das sabotagens senão com quem os cria, alimenta e arma,

ou seja, o governo sul-africano.

Esses esforços de paz partiram sempre de duas premissas básicas: a primeira de que foi ao MPLA e à FRELIMO que os povos de Moçambique e Angola conferiram o poder de governar. São os dois partidos forjados nos grandes movimentos de libertação que levaram à independência e que devem continuar no poder. A segunda é que ambos os governos, mesmo à custa de esforços e sacrifícios, mais cedo ou mais tarde derrotarão militarmente a guerrilha.

Um dirigente da RENAMO, o grupo contra-revolucionário que actua em Moçambique sob as ordens do governo de Pretória, disse só aceitar o cessar-fogo se houver garantias de mudança de rumos do governo de Moçambique. Isso nada tem a ver com o entendimento para a suspensão de acções armadas alcançado entre o governo de Maputo e aquela organização, com a mediação dos sul-africanos. Nem tão-pouco corresponde à realidade, em-

bora esteja dentro da estratégia global dos Estados Unidos, que no fundo são quem comandam a guerrilha na África Austral.

Enquanto os dirigentes da RENAMO faziam aquelas exigências, no Rio de Janeiro e em Manágua os opositores da Frente Sandinista apresentavam nas negociações com o comandante Bayardo Arce condições semelhantes: ruptura de relações da Nicarágua com a URSS e Cuba; libertação dos somozistas presos; e inclusão da direita no governo

sandinista revolucionário. A fórmula era a mesma.

Em Angola a exigência refere-se ao que é chamado de *linkage*, ou seja, condicionar o fim dos actos de sabotagem à retirada dos cubanos, uma condição que nem mesmo os norte-americanos acreditam possa ser atendida e que é frontalmente recusada pelo governo do MPLA-Partido do Trabalho. O governo angolano tem dado explicações lógicas e claras de como uma inicia-

tiva não deve nem pode estar ligada à outra.

O fundo do problema

A verdade é que os sul-africanos querem ganhar tempo, não apenas na esperança de que a sua grave crise económica interna se atenuem como piorem as condições de estabilidade dos governos vizinhos. No quadro da actual política belicista de Pretória será impossível esperar alívio financeiro interno, ao mesmo

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS: "CONTINUAMOS VIGILANTES PARA DEFENDER A NOSSA REVOLUÇÃO"

□ Periodicamente, o governo de Luanda e o presidente José Eduardo dos Santos fazem perante o povo angolano o ponto da situação do desenrolar das negociações mantidas com a África do Sul. Transcrevemos em seguida passagens de um discurso do presidente angolano pronunciado num comício em Namibe, capital da província meridional de Moçamedes:

"Depois das derrotas que o inimigo sofreu, os sul-africanos pediram para discutir a paz conosco. Aceitámos para tentar encontrar soluções para estabelecer a paz. Devo dizer que não tem sido fácil realizar essa tarefa. Várias delegações do nosso governo têm-se deslocado ao estrangeiro desde Fevereiro último para discutir com os sul-africanos. O objectivo é encontrar a paz para o nosso país. Ainda não resolvemos todos os problemas porque, apesar de tudo, embora o inimigo reconheça que não nos pode derrotar, ainda não está totalmente convencido que não vai destruir a revolução angolana. Por isso ainda faz manobras. E como é que age?"

"Durante as discussões, a África do Sul aceitou retirar-se do nosso território e, de facto, iniciou, no dia 1 de Março último, a retirada das suas forças. Essa retirada devia terminar no dia 30 de Março, mas até agora, ainda não terminou. Recuaram, contudo, para o sul de N'Giva. Isto é, estavam a cerca de 200 quilómetros da fronteira e agora estão a 40 quilómetros. Algumas unidades já foram retiradas mas há ainda, pelo menos, um a dois batalhões do exército sul-africano que

se encontram a sul de N'Giva. Por outro lado, os sul-africanos não deixaram de armar a UNITA, continuam a fornecer-lhe armas, continuam a treinar bandidos e a enviá-los para o Moxico, atravessando a fronteira com a Zâmbia, no Kuando-Kubango, tentando chegar à província diamantífera da Lunda para impedir a exploração de diamantes.

"Nós apenas começámos a discutir a via que nos vai levar à paz, que ainda não alcançámos. Por isso, devemos continuar vigilantes. Não podemos abandonar as nossas armas. Temos que continuar a empunhá-las para defender a nossa pátria, para defender a nossa revolução. Portanto, discutir com vigilância.

"Outra manobra que os sul-africanos fazem é não se comprometerem firmemente na concessão da independência ao povo da Namíbia.

"Para não aplicar a Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a África do Sul arranja vários pretextos, várias desculpas, porque todo o mundo condena a sua presença ilegal na Namíbia. Exigindo a sua retirada do território e a entrega do poder ao povo namibiano.

"Um desses pretextos é o da presença dos internacionalistas cubanos na República Popular de Angola. Dizem eles que não podem iniciar a aplicação da Resolução 435 sem que os internacionalistas cubanos saiam primeiro de Angola. Evidentemente que isto não passa de uma desculpa. Porquê? Porque os sul-africanos querem continuar a dar armas à UNITA, querem continuar a treinar bandidos, porque pensam que a UNITA vai destruir a revolução angolana, vai destruir o nosso governo para instalar em Angola um governo de amigos da África do Sul. É essa a razão porque fazem manobras. A utilização dessa desculpa serve apenas para atrasar a independência da Namíbia e tentar fortalecer a UNITA para destruir a nossa revolução".

tempo que a tendência na região é para a melhoria das condições económicas e sociais dos países dirigidos por governos progressistas e socialistas.

Assim, nenhum dos dois objectivos parece fácil de ser alcançado.

O outro factor de urgência que determina a atitude de Pretória é a crise social do país, onde a estrutura sindical tem revelado progressos extraordinários e a resistência armada demonstra que já alcançou um tal grau de auto-sustentação que não depende mais de abastecimentos do exterior.

Embora aparente estar interessado num desanuviamento político, o que faz na prática o governo de Botha, é apertar os controlos e aumentar a repressão, militarizando o regime e acumulando novos elementos de força, como demonstrou o dr. Robert D. A. Henderson, do Lesoto, num recente estudo sobre a estratégia militarista do regime de Pretória.

Seria utópico esperar um degelo na África Austral sem que se registem avanços reais nas duas frentes de confronto: na política do *apartheid* e na Namíbia. A recente caricatura de "eleição" de mestiços e descendentes de hindus para o parlamento, repudiada por mais de 90% dos eleitores desses grupos raciais, é apenas uma confirmação do princípio da segregação racial, que marginaliza da vida pública a esmagadora maioria da população, que é negra.

Quanto à Namíbia, não há qualquer indício sério de que a África do Sul, e, por detrás dela, os Estados Unidos, estejam interessados em aplicar a Resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência desse país. Pelo contrário, os sul-africanos estão a aumentar o seu poderio militar na Namíbia: mais de cem mil soldados para um milhão de habitantes. A sua tarefa é proteger os interesses das filiais de mais de metade das 500 maiores trans-



Desfile de "katiuskas" em Luanda. As FAPLA remeteram a UNITA à defensiva

nacionais norte-americanas que operam no rico território namibiano.

O cacete e a cenoura

No seu estudo sobre a região a que nos referimos, o dr. Henderson classifica essa estratégia de política do cacete e da cenoura. Por um lado, a África do Sul tenta, com os seus fantoches, desestabilizar os governos da região e, por outro, usa uma linguagem aliciadora prometendo aos mesmos vantagens económicas, em geral ilusórias, dada a crise da própria economia sul-africana.

Recentemente, um comandante militar sul-africano exibiu um mapa provando que os seus blindados poderiam ir da fronteira do seu país ao Cairo sem encontrar resistência. Os recentes fracassos frente às forças armadas angolanas, revelam que a pretensão é uma basófia do general boer. Mas o que importa destacar é o seu pensamento, ou seja,

o plano de dominar uma área decisiva do continente africano.

É evidente que nem Portugal, nem os outros países europeus com forte presença socialista nos governos ou nos seus grandes partidos podem desconhecer esta realidade, se estão realmente empenhados em desmotivar a aventura belicista da África do Sul. O que devem fazer é ajudar os países da região a resistir não apenas nos campos de batalha mas solucionando os seus problemas económicos. O delegado francês na recente reunião da Internacional Socialista do Rio de Janeiro, Leonel Jospin, declarou que é impossível admitir uma convivência perene com o *apartheid*. E manifestou a sua convicção de que, a partir da recente Conferência de Arusha, a IS estará mais directamente comprometida no apoio aos países africanos sob agressão de Pretória. Cumprir esse compromisso é, agora, o fundamental. Pode ser, também, a melhor cooperação dos socialistas ocidentais para uma paz justa na região. ●

**SABEMOS CONJUGAR
TRÊS VERBOS MUITO IMPORTANTES:**

**projectar
construir
exportar**



A nossa comprovada, e cada vez maior, capacidade industrial
permite-nos que continuemos a ser

o primeiro fabricante nacional de autocarros

Salvador Cuatuno

Dez anos de revolução

No aniversário da queda da monarquia etíope, o governo revolucionário cria um novo partido e promete acelerar a implantação do socialismo no país

Carlos Castilho

Na noite de 10 de Setembro último, o general Mengistu Hailé Mariam estava muito emocionado quando começou a ler as primeiras páginas do discurso de encerramento do primeiro congresso do recém criado Partido dos Trabalhadores da Etiópia. As falhas no sistema de som, aumentaram ainda mais o nervosismo do dirigente etíope no momento em que anunciava a consolidação de um regime revolucionário após dez anos de existência, período em que o país passou pelas transformações

mais profundas da sua história milenar.

"O que parecia impossível, tornou-se realidade — desabafou Mariam perante os 1.700 delegados e mais de 200 convidados estrangeiros. Ele acabava de ser escolhido como secretário-geral do novo partido único da Etiópia, uma organização que levou dez anos para ser estruturada e que a partir de agora será o mais importante organismo político etíope. O Partido dos Trabalhadores começou a ser montado logo depois da queda da monar-

quia chefiada pelo ex-imperador Hailé Selassié com o objectivo de se transformar no grande movimento de massas da revolução liderada pelos militares etíopes.

Após cinco dias de discussões em Addis Ababa os delegados de 14 regiões da Etiópia escolheram na primeira semana de Setembro um Comité-Central de 200 membros, um Bureau Político de 17 elementos e um Secretariado Permanente do Comité-Central com oito membros. Os estatutos do Partido dos Trabalhadores da Etiópia baseiam-se no marxismo-leninismo, propõe a implantação da ditadura do proletariado, consolidam a nacionalização da terra, bens de produção, bancos, comércio externo e ensino. Estabelecem também como objectivo imediato do partido e do governo a criação de uma sociedade socialista através da transformação das estruturas políticas, económicas e sociais herdadas do período em que o país esteve submetido a um regime monárquico com características feudais.

O surgimento do PTE encerra uma década de instabilidade e conflitos muitas vezes sangrentos entre todos os sectores que participaram no derrube de Hailé Selassié. E abre um período em que surge para o governo de Mengistu Mariam a difícil tarefa de reestruturar a economia de um país que não sofreu o colonialismo clássico do resto da África nos séculos XIX e XX, mas que, por sua vez, viveu até 1974 dominado por uma oligarquia dinástica, militar e religiosa que administrou o país como se fosse uma propriedade pessoal. Muitos analistas chegam a afirmar que a Etiópia é ao mesmo tempo a mais antiga e a mais nova nação africana.

A mais antiga porque na região já existia uma civilização por volta do ano dois mil antes de Cristo (ver história da Etiópia no *guia do terceiro mundo*). É a mais nova porque o país só pas-



O Partido dos Trabalhadores da Etiópia foi criado no 109º aniversário da revolução

sou a ser um Estado moderno a partir de 1974, depois que a monarquia por "direito divino" foi extinta. Hailé Selassié, também conhecido como o Rei dos Reis, Leão de Judá e Negus, considerava-se descendente directo dos personagens bíblicos Salomão e rainha de Sabá. A família imperial, a hierarquia religiosa e a oligarquia militar dominavam 85% das terras do país e exerciam sobre 90% dos 33 milhões de etíopes que vivem no campo, uma tutela completa, que alguns sociólogos europeus chegaram a classificar de escravatura.

A herança feudal

No país deixado por Selassié, 85% das terras estavam na posse de apenas 2% de proprietários agrícolas. Existiam 500 mil cam-

poneses sem terra. Na parte norte do país, as terras eram cultivadas no sistema comunitário, sendo um décimo da produção entregue aos proprietários. Os grupos na sua maioria unidos pela mesma língua e pela mesma raça, trabalhavam nas lavouras mas não tinham a posse das mesmas. Eram na verdade súbditos ou da família real ou da igreja que dominavam cerca de 55% das áreas mais férteis. No sul, a família imperial apoderou-se da maioria das terras cultiváveis e distribuiu-as depois por militares e funcionários reais como retribuição pelos serviços prestados na dominação de minorias étnicas. No sul, os impostos pagos pelos camponeses atingiam 35% da colheita.

Depois da Segunda Guerra Mundial, muitas das terras do imperador foram também trans-

feridas para investidores estrangeiros que introduziram a mecanização, aumentando o contingente de camponeses sem terra e sem trabalho. Em 1970, segundo informações oficiais, quatro quintos da população etíope viviam de uma agricultura de subsistência numa situação de permanente dependência em relação aos donos da terra. Dentro desta categoria, existiam quase um milhão e meio de camponeses obrigados a trabalho forçado por causa de dívidas contraídas em relação aos senhores feudais ou com os administradores agrícolas ligados a interesses estrangeiros. No final da década de 60 e no início dos anos 70, Hailé Selassié anunciou uma suposta reforma agrária que na verdade se constituiu numa alteração das regras feudais visando facilitar a

QUEM É MENGISTU MARIAM

□ Ninguém sabe ao certo qual é a idade de Mengistu Hailé Mariam. Para alguns amigos, ele admitiu ter nascido entre 1940 e 1942. O pai era um soldado de origem amhara e a mãe pertencia à etnia barria, a casta dos negros que eram tradicionalmente escravos no período imperial. Vários autores ocidentais classificaram o dirigente etíope como um oromo, classificação equivocada surgida do facto de que na infância e adolescência, Mengistu viveu no sul da Etiópia, na província de Wollamo.

Mais tarde, quando o pai do actual presidente da Etiópia foi servir como empregado de uma família nobre, Mengistu pode frequentar a escola e depois a academia militar de Holeta. Já como militar, esteve duas vezes nos Estados Unidos para frequentar cursos de especialização, altura em que tomou contacto com as primeiras ideias políticas. Na época a questão do Vietname e dos direitos civis estavam no auge. Mengistu só veio a optar pelo socialismo depois do derrube de Hailé Selassié, especialmente depois da visita à União Soviética em 1975.

O facto de ter viajado muito durante a infância e adolescência deu a Mengistu um conhecimento da diversidade étnica e cultural do seu país. Conseguiu com isso escapar ao regionalismo



Mengistu: unificar o país

e ao sectarismo étnico dos vários grupos que sempre lutaram entre si no país. Mengistu acredita na necessidade de um governo forte e já deixou claro que na Etiópia não ocorrerá um fracasso político semelhante ao da Comuna de Paris.

A sua vida privada é praticamente desconhecida. O seu temperamento é forte e a sua actuação tem sempre um claro conteúdo centralizador. Alguns comparam-no a Tewodros, um dirigente etíope do século XIX que foi um dos principais artífices da unificação do país.



A fome e a injustiça social contribuíram para a deposição de Selassié e o derrube da milenar monarquia etíope

introdução do capitalismo agrícola.

Uma das consequências dessa mudança foi a fome em massa em sete províncias, atingindo quase três milhões de pessoas, 400 mil das quais morreram de inanição em 1973. A fome não foi a causa imediata da queda da monarquia, mas é inegável que ela contribuiu para o amadurecimento das condições revolucionárias que desde 1970 fermentavam não só entre os estudantes, mas também entre professores, sub-oficiais do exército, motoristas de táxis e milhares de camponeses sem terra. Na época, três quartas partes da população urbana era formada por trabalhadores expulsos do campo, num total de mais de dois milhões de pessoas. Nas cidades elas não tinham emprego porque não existia indústria e o comércio era muito reduzido. O único grande gerador de postos de trabalho era o governo. No fim da era imperial apenas 4% do PNB vinha

das manufacturas, 70% das quais dedicavam-se ao processamento de alimentos e à fabricação de têxteis. Dados recolhidos em 1967 — os últimos disponíveis antes da revolução de 1974 — indicavam que das 489 firmas com capital superior a cinco mil dólares, 385 eram controladas por estrangeiros, na sua maioria italianos, gregos, ingleses e norte-americanos.

A deterioração da economia no período imperial chegou a tal ponto que nas vésperas do derrube de Selassié calcula-se que metade da força de trabalho da Etiópia estava sem emprego, apesar da riqueza potencial do país. Sessenta e cinco por cento da superfície do país é adequada para a agricultura, e segundo o Banco Mundial, isso permitiria alimentar uma população de 310 milhões de pessoas. Com uma população de apenas 33 milhões, a Etiópia está entre os seis países mais pobres do mundo. O café era o principal produto de ex-

portação cuja safra global era menor do que a de El Salvador, um país com um território 58 vezes menor.

Mas a herança imperial não se resumiu a um quadro de pobreza dramático. Pior ainda foi a fragmentação social mantida e estimulada pelo regime monárquico como forma de conservar o seu domínio sobre os quase 250 grupos étnicos que falam mais de 80 línguas diferentes em todo o país. As minorias mais representativas como a dos eritreus, tigrés e oromos foram tradicionalmente perseguidos e massacrados, gerando movimentos separatistas que mais tarde viriam a provocar o surgimento de frentes de libertação na região norte, conhecida como Eritreia, e no sul entre os oromos. Hailé Selassié manteve propositadamente um nível baixo de investimentos e melhoramentos na área das comunicações, para impedir a integração étnica. Em 1974, havia em todo o país menos de

1.500 km de estradas asfaltadas, e o parque de veículos motorizados reduzia-se a 50 mil unidades. Três quartas partes das comunidades agrícolas da Etiópia ficavam a uma distância mínima de doze horas de caminhada da estrada mais próxima e 40% das aldeias e comunidades do país estavam a mais de dois dias de viagem a pé do centro administrativo mais próximo.

A queda do império

Em Fevereiro de 1974, a monarquia começou a decompor-se diante de uma sucessão de manifestações e revoltas de estudantes, camponeses, motoristas e pequenos comerciantes para depois culminar com levantamentos militares. No ocidente muita gente ficou surpresa com a velocidade e facilidade com que o império entrou em colapso, depois de resistir durante mais de mil anos. A estrutura pré-capitalista existente no país há muito que havia transformado em ficção o poder de Selassié. Mas os movimentos que em Setembro desse ano acabaram de vez com a monarquia estavam longe de constituir um corpo único e homogêneo. A facilidade com que caiu a família real não deu tempo para que se consolidasse uma frente política consequente. Apenas no norte, onde os eritreus lutavam pela secessão desde 1958, existia um movimento político testado na clandestinidade e unificado através da luta armada.

Em 1974 não existia nenhum partido político fora das frentes de libertação da Eritreia e em Oromo. Toda a política oficial estava personificada no imperador e na oposição, os únicos grupos organizados estavam no exílio. Só depois da queda de Selassié é que surgiram movimentos políticos como o Movimento Socialista Pan-Etíope, reunindo o sector mais moderado da oposição, e o Partido Popular Revolucionário, reunindo os grupos

mais jovens e radicais.

Os estudantes foram os primeiros a rebelarem-se contra a monarquia decadente. Eles formavam a elite intelectual num país que na época tinha 95% de analfabetos. Das escolas e universidades a rebelião alargou-se às guarnições militares, onde os jovens eram uma presença marcante pelo grau de instrução e também por causa da política seguida pela monarquia de transferir para as forças armadas todos os alunos que tivessem melhor aproveitamento escolar. Nos quartéis a rebelião começou com exigências de aumentos de soldos, mas transformou-se rapidamente numa contestação aberta ao regime imperial, através da exigência de punições aos generais acusados de corrupção.

A primeira manifestação basicamente política dos jovens oficiais etíopes aconteceu em Junho de 1974, quando a segunda e a quarta divisões do exército em Addis Abeba se revoltaram contra o governo, criando o Comité Coordenador das Forças Armadas, Polícia e Milícia Territorial. O Comité acabou por se tornar mundialmente conhecido pelo nome ahmarico de *Dergue* e reunia cerca de 126 oficiais, todos com graduação inferior a tenente-coronel, cujos nomes foram mantidos em segredo durante muito tempo. No dia 12 de Setembro, um grupo de oficiais do *Dergue* foi até ao palácio imperial para ler uma proclamação depondo o rei dos reis, que logo depois saiu preso no banco traseiro de um *Volkswagen* "carrocha". A proclamação terminava afirmando que o poder passaria a ser exercido por um Conselho Provisório Militar e Administrativo (PMAC). A monarquia milenar caiu de forma melancólica mostrando uma impotência absoluta para resistir à pressão popular por uma mudança social no país.

Os primeiros meses do Comité foram difíceis por causa de di-

vergências internas entre oficiais moderados e os que defendiam uma transformação socialista mais radical. O primeiro porta-voz do *Dergue*, o general Aman Andom, era um moderado que tentou impedir punições severas contra os membros da monarquia mais envolvidos com a corrupção, ao mesmo tempo que defendia medidas conciliatórias em relação aos rebeldes da Eritreia. O choque entre as duas tendências foi inevitável, e Andom acabou por morrer num confuso incidente palaciano. A inexistência de uma frente comum contra a monarquia antes da queda de Selassié, acabou por gerar depois de Setembro de 1974, atritos entre civis e militares, nomeadamente dos estudantes e sindicatos que exigiam a formação de um governo popular de maioria civil.

Etiópia Tikdem

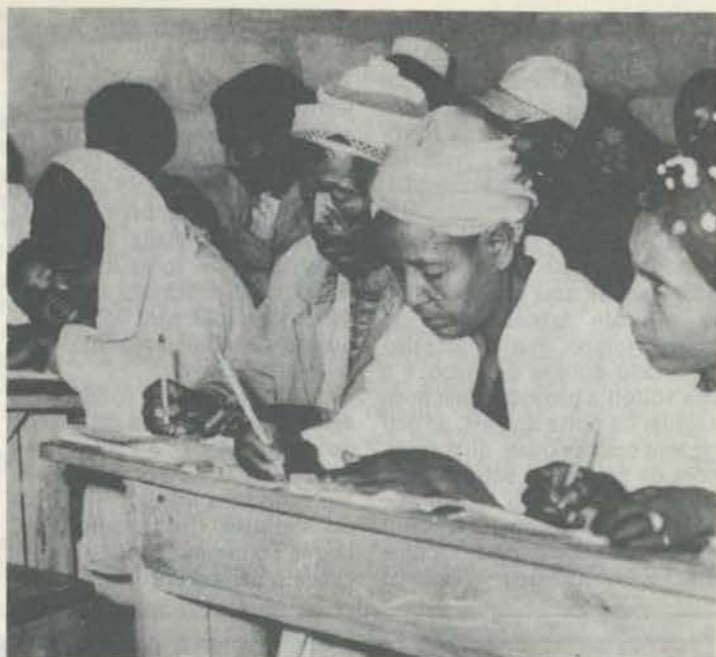
Os jovens oficiais do *Dergue* sentiam que o poder era na época frágil porque as estruturas monárquicas decompunham-se muito mais rapidamente do que a capacidade dos novos governantes em criarem estruturas alternativas. A diversidade de formação ideológica e de práticas políticas contribuiu para que as divergências se agravassem rapidamente num ambiente de polarização que se concentrou inicialmente apenas nas duas principais cidades do país: Addis Abeba e Asmara. No interior, as mudanças ainda não tinham provocado um impacto forte, e muita gente ainda acreditava que tudo não passava de um tumulto passageiro. Só em Abril de 1975 é que começaram as invasões de terras feudais no interior.

Além dos problemas com estudantes e sindicatos, o *Dergue* foi praticamente atropelado pelo problema da Eritreia, onde os guerrilheiros após dez anos de luta contra a dominação imperial, e sem terem muita clareza polí-

tica das transformações registadas em Setembro de 1974, acreditaram que havia chegado o momento oportuno para a secessão completa. Isto entrou em conflito aberto com a doutrina oficial dos militares que criaram o slogan *Etiópia Tikdem*, ou seja, "Etiópia em primeiro lugar", numa proclamação destinada a realçar a prioridade total para a integridade nacional. Os desentendimentos entre os dois lados sucederam-se e em Janeiro de 1975, a Frente Popular de Libertação da Eritreia lançou uma ofensiva militar em larga escala, anulando todas as possibilidades de uma solução negociada.

No final de 74 começo de 75, o *Dergue* tomou uma importante decisão, anunciando que iria por em prática um programa de socialização acelerada do país. Em Janeiro de 1975, todos os bancos foram nacionalizados juntamente com 13 companhias de seguros. Um mês mais tarde foi a vez de 100 empresas industriais e comerciais que passaram a ser administradas pelo Estado. Em Março, foi anunciada a reforma mais importante, a do sector agrário com a estatização de todas as terras férteis, proibição do arrendamento de fazendas e a distribuição de lotes de até 10 hectares entre os camponeses sem terra. Mais de 60 mil estudantes foram mandados para a zona rural com o objectivo de ajudar os camponeses a assumir as novas propriedades. Em Julho, a reforma atingiu as propriedades urbanas, onde casas, terrenos e apartamentos passaram a ser administrados por comissões de moradores. Mais de meio milhão de residências urbanas foram nacionalizadas em poucos meses. Simultaneamente, um decreto do *Dergue* proclamou a república. E concedeu aos adeptos do islamismo os mesmos direitos dos cristãos ortodoxos.

Tanto a reforma agrária como a reforma religiosa destruíram o poder da oligarquia eclesiástica



Em pouco tempo, o analfabetismo passou de 95 para 70%

que durante todo o período imperial fez parte do tripé sobre o qual se apoiava Hailé Selassié. Outro poderoso elemento da ruptura da ordem vigente foi a campanha de alfabetização que conseguiu reduzir em pouco tempo de 95 para 70% o número de pessoas que não sabiam ler nem escrever no país. O efeito da campanha de alfabetização só não foi maior devido à diversidade de línguas existentes na Etiópia e a antigos problemas de identidade cultural nas províncias, que sempre usaram as suas tradições como uma forma de resistência contra a dominação imperial, e que não tiveram capacidade política para assimilar as transformações registadas a partir de 1974.

O projecto do "Dergue"

As linhas gerais do projecto reformista do *Dergue* ficaram mais definidas em Abril de 1976, quando foi divulgado o programa denominado Revolução Democrática Nacional (NDR), cu-

jos pontos principais eram: liberar o país do feudalismo e do imperialismo; criar as bases para uma transição para o socialismo; as forças dirigentes no processo revolucionário são a classe trabalhadora aliada ao campesinato e à pequena burguesia; a curto prazo, deveria ser criado uma República Democrática Popular, assegurando direitos iguais para todos os etíopes, e funcionando através de órgãos administrativos eleitos a nível provincial e municipal; e criação, no mais curto espaço de tempo possível, de um novo partido político, a ser organizado por um Comité Provisório das Organizações de Massa (POMOA).

Mas o projecto da NDR enfrentou inúmeros obstáculos iniciais para a sua aplicação. A maior parte deles resultavam da inexistência de pessoal qualificado para aplicar medidas económicas complexas, num país que ainda sofria uma influência determinante das estruturas feudais existentes até 1974. Além disso, os numerosos conflitos de ori-

gem étnica, cultural e regional, bem como as desconfianças entre civis e militares, acabaram por fazer com que poucos dos objectivos do projecto da Revolução Democrática Nacional apresentassem resultados imediatos.

Entre 1976 e 1978, o café, o principal produto de exportação etíope sofreu uma queda de 40% no mercado internacional, ao mesmo tempo que o petróleo importado dobrou de preço, e a seca voltou a provocar uma nova tragédia no norte do país, ao deixar sem comida quase quatro milhões de pessoas. A situação chegou a um ponto tão crítico que em 1978, o coronel Mengistu Mariam anunciou uma Campanha Revolucionária Nacional

para o Desenvolvimento Económico, durante dois anos. Em 1980, um novo e ambicioso projecto económico foi lançado, através do Plano Decenal de Desenvolvimento, cujas previsões eram de dobrar o PNB até 1990, graças a um crescimento de 250% na actividade industrial, construção de meio milhão de novas casas, extensão de facilidades sanitárias para 85% da população e eliminação completa do analfabetismo.

Mas os resultados colhidos até agora ficaram aquém do esperado. Entre 74 e 78 o PNB cresceu em apenas 0,4% por ano, representando uma queda real do poder aquisitivo dos trabalhadores, já que no mesmo período o crescimento demográfico foi de 2,5%

ao ano. Entre 1978 e 1980, a actividade económica recuperou um pouco, já que o PNB cresceu em média 5,5%, mas foi insuficiente para tirar a Etiópia da lista dos seis países mais pobres do mundo, com um rendimento anual *per capita* de apenas 140 dólares. Entre 1970 e 1978 a indústria cresceu apenas 0,4% enquanto no mesmo período a agricultura cresceu também muito pouco, apenas 0,5%, enquanto a produção *per capita* de alimentos nos primeiros quatro anos de revolução ficou 16% abaixo do nível da década de 60. Até 1980, 80% das receitas externas eram obtidas com a venda do café, o que provocou um défice comercial acumulado da ordem dos 263 milhões de dólares

O SEPARATISMO REGIONAL

Em 1977, quando o *Dergue* vivia os momentos mais críticos do confronto entre civis e militares na capital etíope, os membros do PMAC constataram, atónitos, que em 12 das 14 províncias do país existiam movimentos regionalistas que, em graus variados, lutavam pela autonomia parcial ou pela secessão pura e simples. O mês de Julho de 1977 foi o momento, em toda a história recente da Etiópia, durante o qual a unidade nacional esteve mais seriamente ameaçada, já que coincidiram num mesmo período, convulsões internas (o terrorismo), as revoltas separatistas e a guerra contra a Somália.

O movimento separatista mais antigo é o da Eritreia, uma província do norte da Etiópia, habitada por pouco mais de três milhões de pessoas pertencentes a cerca de 10 grupos étnicos diferentes, praticando, na sua maioria, o cristianismo e o islamismo. Até 1941, a Eritreia foi ocupada pelos italianos, apesar da forte resistência anticolonialista interna. Em 1950, a ONU decidiu que a Eritreia deveria tornar-se um Estado federado dentro do império etíope. Os eritreus gozaram de uma razoável autonomia interna até a década de 60, quando o imperador Selassié impôs a integração total. A partir daí começou a resistência armada através da Frente de Libertação da Eritreia (ELF). Mais tarde, o movimento sofreu vá-

rias divisões e hoje existem três organizações que lutam pela formação de um estado autónomo. O Exército Popular de Libertação da Eritreia (EPLF) é o maior dos três, com cerca de 30 mil guerrilheiros, na sua maioria muçulmanos, que estão concentrados no litoral norte da Eritreia. É tido como o movimento mais radical do ponto de vista político, embora ideologicamente as suas posições tenham ficado confusas desde 1978.

O segundo movimento em importância é a Frente de Libertação da Eritreia (ELF), com cerca de 20 mil homens localizados nas planícies do sul, perto da região de Barca. É apoiado pelos governos árabes conservadores e a sua posição tem-se deteriorado nos últimos meses.

O mais fraco de todos os movimentos separatistas eritreus é o ELF-PLF (resultante da fusão de dissidentes dos outros dois grupos) com apenas cinco mil guerrilheiros, na maioria muçulmanos, localizados nas planícies que circundam a cidade de Agordat. É um movimento anticomunista que tem também o apoio dos Emiratos Árabes e da Arábia Saudita.

O antagonismo entre os grupos é muito forte. Entre 1972 e 1974, o EPLF e o ELF travaram entre si uma verdadeira guerra civil. Todas as tentativas de unificação têm sido episódicas, o que facilitou a acção do exército etíope que, no momento, tem mais de 50 mil soldados na parte norte do país.

Os oromo, no sul da Etiópia, formam o grupo étnico mais importante do país, com um total de nove milhões de pessoas, ou seja, mais da

nos primeiros meses de 1981.

A partir de 1978 os resultados agrícolas melhoraram graças principalmente a alguns resultados positivos da reforma agrária. A produção aumentou em 5% no final da década, mas voltou a cair depois de 1982 em consequência da multiplicação de conflitos envolvendo minorias étnicas no sul e no norte da Etiópia. No norte, a oposição à reforma agrária começou logo depois da expropriação das terras e teve sempre como pretexto o boicote aos planos do *Dergue*. No sul, a fuga dos latifundiários e a ocupação das terras foram inicialmente bem recebidas pelos oromos, que apoiaram o regime revolucionário, mas voltaram-se contra o coronel Mengistu de-

pois da guerra entre a Etiópia e a Somália no deserto de Ogaden (1976/78).

A partir de 1982 o governo lançou o que foi classificado como a terceira fase da reforma agrária, com a criação das chamadas *weland* (fazendas estatais) reunindo até 2.500 camponeses em áreas que em média cobriam quatro mil hectares. Mas apesar do esforço oficial, as *weland* forneciam apenas 6% da produção agrícola do país em 1982 e 20% da produção comercializada internamente.

O terror

As desconfianças entre civis e militares que já existiam em 1974, foram-se deteriorando gra-

dualmente até que, em Setembro de 1976, transformaram-se numa guerra aberta que durou dois anos e deixou um saldo de aproximadamente 10 mil mortos. As relações entre os grupos políticos de oposição e a jovem oficialidade revolucionária foram profundamente marcadas pelas peculiaridades do processo político etíope. Os opositores civis consideravam-se donos da "verdade" revolucionária, mas não foram capazes de desenvolver organizações sólidas na luta contra a monarquia. Por isso desconfiaram dos militares do *Dergue*, sobre o qual lançaram frequentes acusações de fascismo. Por seu lado, os militares, principalmente os mais jovens, não tinham experiência política e o seu contacto

metade da população etíope. Historicamente, foram na sua maioria escravos dos amhara e vivem hoje espalhados por sete províncias. A Frente de Libertação dos Oromos (OLF) surgiu em 1976 e não propõe a separação completa da Etiópia mas exige uma autonomia parcial, além de discordar do projecto socialista do governo e das alianças com a União Soviética e Cuba.

A OLF não quer também ser confundida com a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF), uma organização muito ligada ao governo de Mogadíscio e que pretende a integração da província de Ogaden na Somália. Em 1976, a Etiópia e a Somália entraram em guerra pela posse do deserto de Ogaden, num conflito que teve componentes internacionais, já que a Somália serviu como um instrumento dos Estados Unidos para tentar desestabilizar o regime etíope, num momento em que o coronel Mariam enfrentava a sua pior crise política. A ajuda militar de Cuba e da União Soviética permitiu que a Etiópia expulsasse as tropas somalis e reconquistasse o controlo de Ogaden, mas a WSLF ainda efectua atentados e emboscadas.

Na importante província de Tigre, existe um movimento separatista, a Frente Popular de Libertação de Tigre (TPLF), cujos guerrilheiros se espalham também pela província de Wollo. A TPLF existe desde 1975 e patrocinou recentemente o surgimento do Movimento Democrático do Povo da Etiópia (EPDM), que actua nas províncias de Wello e Gonder. A exemplo dos oromo, os guerrilheiros de Tigre e o EPDM afir-

mam não quererem a secessão, mas, na prática, ao exigirem variados graus de autonomia regional, funcionam como elemento de desestabilização do poder central.

Segundo Fred Halliday, autor do livro *The Ethiopian Revolution* (ver secção "Livros do Terceiro Mundo", nesta edição), a existência de tantos e tão diversificados movimentos separatistas e autonomistas criou entre os membros do *Dergue* a convicção de que eles na verdade se constituíam em instrumentos de forças políticas estrangeiras interessadas em pulverizar a unidade nacional e, com isso, derrubar o governo socialista do coronel Mariam. No caso da Frente de Libertação da Somália Ocidental, a acusação foi comprovada pelos factos. Mas, nos restantes movimentos, a situação é controversa e nem sempre clara, com antecedentes históricos confusos. Ainda segundo Halliday, o certo é que, se por um lado e em algumas oportunidades, o governo etíope não mostrou a suficiente flexibilidade política para dar a cada caso um tratamento adequado, por outro, os movimentos regionais também não souberam avaliar correctamente a nova realidade política surgida após a queda de Selassié. Para a maioria deles, o golpe de 1974 surgiu como uma oportunidade para acabar com a dependência imposta pela monarquia. Depois, não souberam interpretar a natureza das transformações ocorridas em Addis Abeba e prosseguiram com a campanha separatista, criando um facto consumado, contra o qual o *Dergue* reagiu com a força.



A criação do partido único foi profundamente marcada pelas complexas relações entre civis e militares

com a ideologia revolucionária deu-se em circunstâncias críticas e, comparado com outros países africanos, num espaço de tempo mínimo.

Nos primeiros dias da revolução, os partidos, especialmente o Partido Revolucionário do Povo Etíope (EPRP) defenderam uma revolução "pura", isto é, com ampla participação operária e camponesa, democrática, e liderada pelos civis, já que os militares eram considerados comprometidos com a monarquia. Ao mesmo tempo, o *Dergue* estava preocupado na preservação do poder, com a unidade nacional e com a direcção revolucionária. Greves, reivindicações e polémicas eram vistos como desafios à ordem, e portanto proibidos na maioria dos casos. O resultado foi o confronto entre a "pureza" e o "realismo".

O EPRP, influenciado por es-

tudantes mais jovens e radicais com orientações trotskistas e maoístas, foi o primeiro a entrar em choque com os militares. Um choque que rapidamente degenerou numa campanha de terror. Os primeiros tiros partiram do EPRP que começou a assassinar dirigentes do governo e delegados do *Dergue*, no chamado "terror branco". A resposta do governo foi também violenta, através do "terror vermelho", que inicialmente visou principalmente o Partido Revolucionário do Povo Etíope (maoísta), mas que depois transbordou também para o Movimento Socialista Pan-etíope (MEISON). Lideranças sindicais vinculadas a estes grupos pagaram também um alto preço pela oposição ao governo. O certo é que o confronto acabou por levar o EPRP ao colapso como organização política e a uma total deterioração das suas

posições ideológicas, que no começo eram influenciadas pelo marxismo, mas depois resvalaram para o anti-comunismo. Por seu lado, o governo viu-se hostilizado pela maior parte dos grupos políticos civis sendo obrigado a fechar-se para sobreviver ao período de terror.

A história das complexas relações entre civis e militares, bem como a heterogeneidade e inexperience dos vários grupos políticos marcou profundamente o processo de criação do partido único da revolução. Cada um dos grupos políticos, e principalmente os militares, tinham consciência de que sem um partido que liderasse os esforços revolucionários, as transformações acabariam por se frustrar por falta de coordenação e de objectivos claros. Mas as divergências de método e prática política de cada um dos protagonistas acabou por tornar traumático o processo de criação do Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

O esquerdismo do EPRP provocou o primeiro confronto sério entre os partidos civis e os militares, já em 1975. Mas na época, cinco outros grupos políticos continuaram a apoiar o *Dergue*. Entre eles estavam o MEISON, o ECHA'AT (Partido dos Povos Oprimidos) — uma dissidência do MEISON —, o WAS (Liga Trabalhista), o MALERED (Organização Marxista-Leninista da Etiópia) e o SEDED (Chama Revolucionária, ao qual estavam ligados vários militares, entre eles Mengistu). Estes cinco grupos apoiaram o documento da Revolução Democrática Nacional, de 1976, mas estavam longe de se constituir em organizações de massas. Tinham conceitos diferentes a respeito do direito das minorias à auto-determinação, sobre a democratização do poder revolucionário e principalmente quanto às relações com a União Soviética. Em 1975, os seis grupos formaram o POMOA (Escritório Provisório das Orga-

nizações de Massa) e no ano seguinte criaram a *Yekatit 66* (a escola de formação de quadros do futuro partido único).

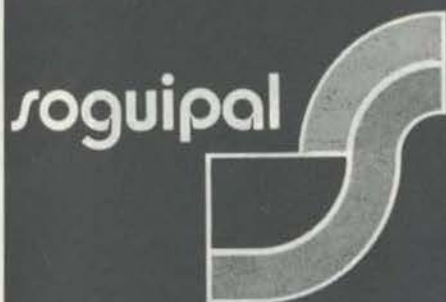
Em Julho de 1977, os membros integrantes do POMOA formaram uma frente política chamada EMALEDH (União das Organizações Marxistas-Leninistas), o que teoricamente seria um passo a favor da unificação, mas que na realidade apenas serviu para mostrar o nível de atrito e divergência entre os vários grupos associados. O primeiro a romper com a organização e passar à oposição foi o MEISON, e um mês depois, em Setembro de 1977, o ECHA'AT, uma organização dominada pelos oromos, também rompeu e depois praticamente desapareceu. Em meados de 1978, o WAS e o SEDED abandonaram também a coligação, que em Julho de 1979 estava reduzida apenas ao MALARED. Assim, em Dezembro de 1979, o governo resolveu criar

um novo organismo que passou a chamar-se Comissão Provisória do Partido dos Trabalhadores (COPWE), que marcou a marginalização definitiva dos vários grupos políticos civis em relação ao projecto governamental.

A partir daí o *Dergue* assumiu o controlo total dos preparativos para a formação do partido. Foram feitas várias consultas a países socialistas europeus no sentido de obter assessoria política, especialmente da Alemanha Democrática e da União Soviética. Mas dentro do COPWE havia também uma tendência no sentido de evitar a cópia de modelos estrangeiros. Nos dois congressos posteriores da Comissão (em 1980 e em 1983), além do problema das estruturas ficou também claro o problema das relações entre o partido e as organizações de massas dos sindicatos, camponeses, estudantes e mulheres. No caso da Etiópia, ao contrário da maioria dos demais paí-

ses do Terceiro Mundo que escolheram a via socialista, o partido começou a ser criado depois das organizações populares. Na África, na América Latina e na Ásia a luta revolucionária foi desenvolvida em geral a partir de um partido que por sua vez moldou as organizações, seja antes ou depois da tomada do poder. No caso etíope, a realidade inverteu este processo, fazendo com que a revolução fosse basicamente um processo vertical, de cima para baixo, e em circunstâncias também diferentes, determinadas pela existência de estruturas sociais e económicas feudais ou pré-capitalistas.

É neste contexto que surge agora o Partido dos Trabalhadores, o que é inegavelmente um avanço em relação às tentativas anteriores de organização política, mas que ainda enfrenta os problemas de uma sociedade cujas estruturas ainda se encontram em transformação. ●



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4°
1000 LISBOA
PORTUGAL

Telex: 14238 ACTIME/P
Telef. 540019 548316 548269

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.

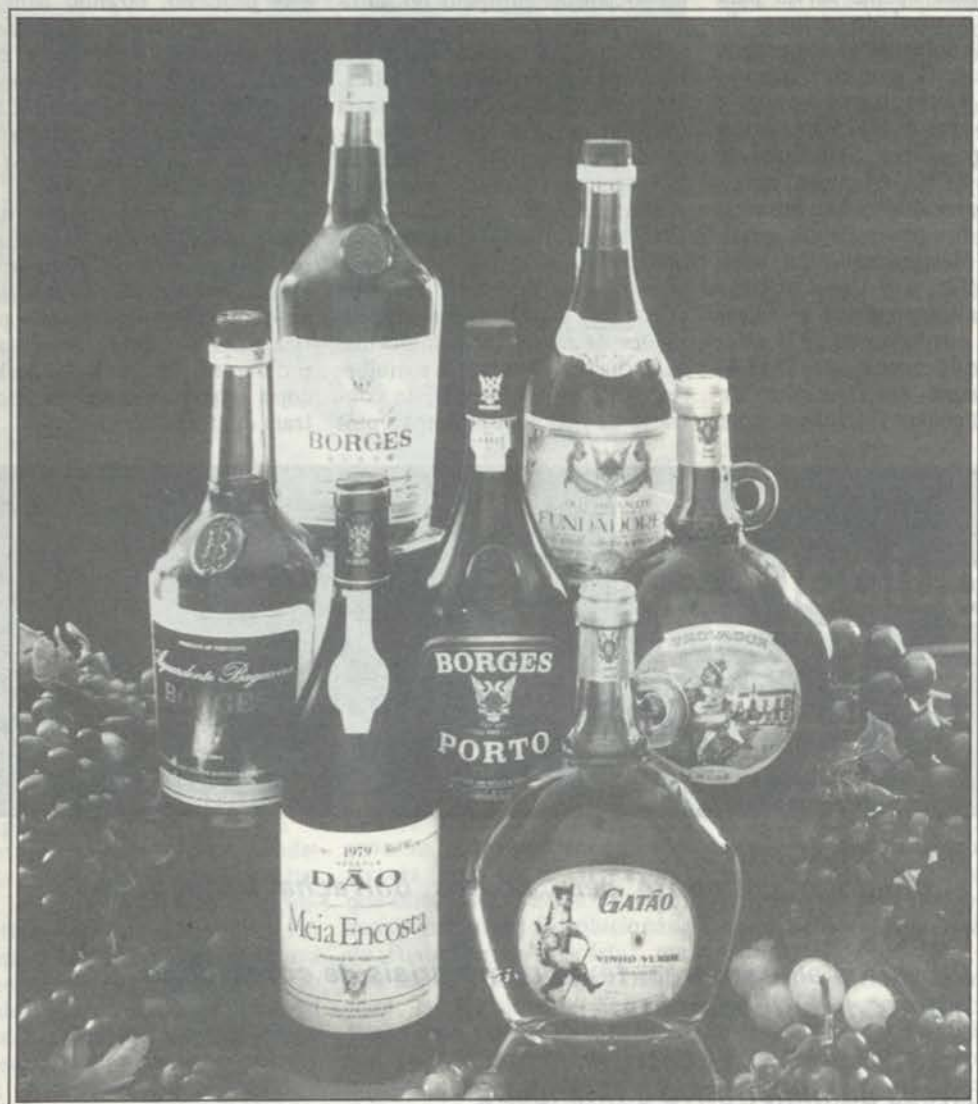
ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados africanos e europeus.

Em mais de 50 países



EST.1884

SOC. VINHOS BORGES & IRMÃO S.A.

Ásia

ÍNDIA

O desafio dos sikhs

Os conflitos étnicos, regionais e religiosos colocam o governo de Indira Gandhi numa encruzilhada política e corroem a unidade da República indiana

Ash Narain Roy

A Índia atravessa a mais grave crise dos seus trinta e sete anos de acidentada histórica política. O país está prestes a mergulhar numa repetição do que aconteceu à União indiana em 1947, quando o Paquistão surgiu como nação separada. A situação crítica não é de hoje. Desde fins da década de 50, que o país tem sido abalado por uma série de distúrbios étnicos, separatistas, regionais, linguísticos, além de lutas de castas. Mas um dos acontecimentos mais dramáticos e marcantes é relativamente recente: a acção levada a cabo pelo

exército, no dia 6 de Junho de 1984, no Templo Dourado de Amritsar.

Essa operação militar era parte de um plano mais amplo destinado a expulsar os combatentes de quase todos os locais religiosos, inclusive do Templo Dourado o mais sagrado templo dos sikhs, o que resultou na morte de cerca de 600 pessoas de ambos os lados. O ataque ao complexo do Templo Dourado foi largamente denunciado no estrangeiro e, naturalmente, pelos próprios sikhs, que chamaram a operação do exército de

pior "massacre do que os cometidos pelos mongóis". Não obstante, a rápida reacção do governo foi bem recebida por todos os partidos políticos, desde o *Bharatiya Janata Party*, de direita, até aos partidos comunistas.

Perspectiva histórica

É necessário analisar a resistência dos sikhs na sua devida perspectiva histórica. Como surgiu esse movimento? Quem o controla? Quais as origens desses ressentimentos? Até que ponto os partidos indianos, do governo e da oposição, são responsáveis pela actual situação?

Os ingleses dividiram, conquistaram e, depois, tiveram de retirar-se, deixando para trás um rastro de destruição e as nuvens negras de uma tempestade que se formava. O surgimento do "comunitarismo" (distúrbios étnicos) foi, sem dúvida, uma das heranças da ideologia e da estratégia políticas da colonização britânica.

Os 15 milhões de sikhs encontravam-se concentrados principalmente no estado de Punjab, no noroeste da Índia. Foi o governo colonial britânico que exagerou o papel e a importância dos sikhs como "raça marcial". Por ocasião do histórico "motim dos sepoy", em 1857, o exérci-



Activistas sikhs defendem o Templo Dourado antes da invasão

to sikh ajudara os ingleses a pôr fim à revolta. Para premiar essa lealdade ao domínio britânico, o governo colonial concedera vários favores aos sikhs, especialmente recrutando um número desproporcional destes últimos para o serviço militar. Com o fim do regime colonial, os novos dirigentes passaram a abolir, aos poucos, os privilégios especiais dos sikhs. Contudo, ainda hoje eles constituem 17% de todo o exército indiano, sendo essa percentagem ainda maior entre os oficiais.

Na década de 60, surgiram vários partidos políticos regionais que passaram a reivindicar maior autonomia provincial. Nalguns estados, esses partidos políticos, chegados ao poder, viram-se numa situação de virtual confronto com o governo central. Um exemplo disso foi o surgimento

do Akali Dal, no Punjab.

Graças à posição relativamente mais segura dos governos liderados pelo Akali durante a administração do Partido Janata a nível nacional (1977-1980), e ao controlo mais efectivo que a liderança exercia sobre a organização, foi-lhe possível enfrentar com habilidade e prudência uma série de problemas internos. Porém, não teve força para conter os militantes mais extremistas que em Agosto de 1978, fundaram uma organização de juventude sikh militante, chamada *Dal Khalsa*, comprometida com a criação de uma "nação sikh independente e soberana".

Apesar das diversas pressões, a direcção do *Akali Dal* conseguiu adoptar uma resolução moderada sobre uma futura autonomia estadual, com a finalidade principal de obter um maior po-

der financeiro para os estados. Frustrou-se assim o plano de Sant Bhindranwale, líder da ala extremista, que pretendia mudar radicalmente a política do partido.

A situação após 1980

A situação mudou materialmente depois que o Congresso de Indira Gandhi regressou ao poder em 1980. Com o agravamento dos conflitos internos e o surgimento de grupos dissidentes liderados por Talwandi e Sukhjinder Singh — que se empenharam em agitações de cunho extremista, no contexto das actividades violentas do grupo juvenil *Dal Khalsa*, inclusive em assassinatos políticos —, a maioria do *Akali Dal*, liderada por Sant Harchand Singh Longowal, foi persuadida a aderir também à nova

O ASSALTO AO TEMPLO DOURADO

Em fins de Setembro passado, o governo de Indira Gandhi decidiu retirar as forças do exército que ocupavam, desde Junho, o Templo Dourado de Amritsar. Considera-se que esse é o primeiro passo no sentido da devolução do templo às autoridades religiosas sikhs.

O governo havia prometido retirar os militares assim que as obras de restauração do templo, bastante danificado no assalto, ficassem concluídas.

O exército invadiu o Templo Dourado — o santuário sikh na cidade de Amritsar — a 6 de Junho passado, depois de alguns dias de cerco.

Segundo foi divulgado pela imprensa internacional na ocasião, morreram em combates corpo a corpo 800 militantes sikhs e 200 militares das forças de segurança indianas, embora o governo de Indira Gandhi reconheça, oficialmente, a morte de apenas 400 sikhs e 59 soldados. Os extremistas da minoria religiosa haviam-se entrincheirado no templo, uma verdadeira fortaleza construída há 400 anos.

Fontes militares informaram que Singh Longowal, líder do *Akali Dal* e G. S. Thora, chefe

da administração dos templos sikhs, renderam-se às forças de segurança logo após a invasão. Longowal, moderado, é favorável a negociações com o governo.

Jarnail Singh Bhindranwale, cuja liderança se sobrepusera nos últimos tempos à de Longowal, foi encontrado morto, após resistir com um grupo de 14 atiradores no Harmandir Sahib, o coração do santuário, onde está guardado o livro sagrado dos sikhs. Naquela que terá sido a sua última entrevista, Bhindranwale tinha declarado alguns dias antes: "Nós podemos ser mortos, mas um sikh nunca chora".

Duzentos peregrinos que deixaram o templo no início do cerco policial disseram, segundo informou a rádio *All India*, que os activistas sikhs planeavam explodir a capela principal para não permitir a captura do livro sagrado. Os soldados teriam recebido orientação de não entrar nessa capela para não ferir os sentimentos religiosos dessa minoria étnica que soma 1% da população indiana, mas que constitui 52% da população do estado de Punjab.

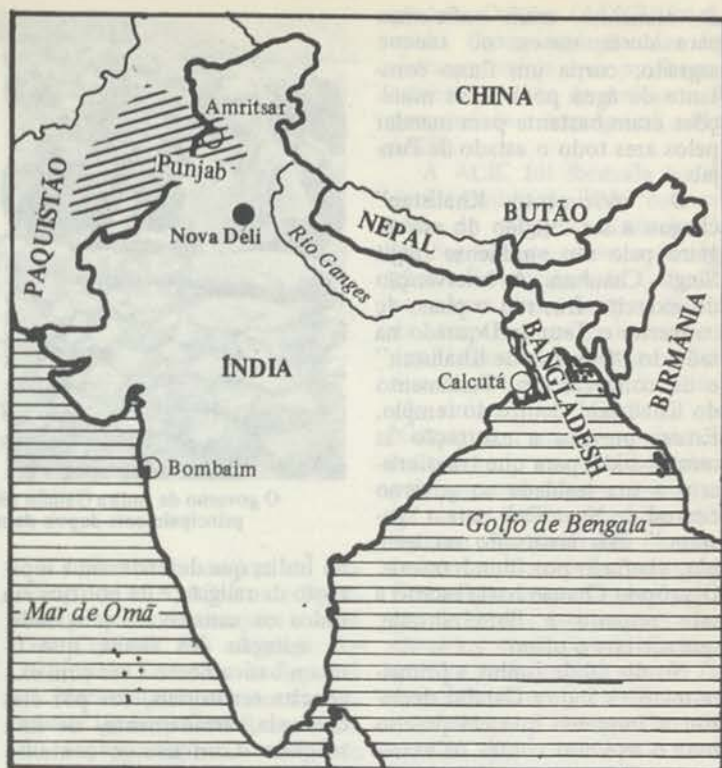
A perspectiva de revolta dos militares sikhs (10% do exército indiano) é agora um pesadelo quotidiano para Indira que, sob uma chuva de críticas pela controversa decisão do assalto ao templo de Amritsar, hesita na estratégia a adoptar no caso de multiplicação dos focos isolados de rebelião armada.

linha. Mais tarde, Bhindranwale assumiu a liderança dos grupos extremistas, pregando uma ideologia fundamentalista.

De início, as reivindicações dos *akalis* incluíam mais autonomia para o estado de Punjab; transferência de regiões dos sikhs, que hoje pertencem ao estado de Haryana para o Punjab; desvio das águas dos rios Ravi e Beas, que banham os estados de Haryana e Rajasthan, para o Punjab; e a concessão ao *sikhismo* do estatuto de religião à parte nos termos do Artigo 25 da Constituição Indiana.¹ Mais tarde porém, pregava-se a formação de um estatuto à parte, o Khalistan.

O governo foi, aos poucos, concedendo algumas dessas exigências, embora se recusasse a aceitar reivindicações separatistas. Para fazer valer as suas exigências, os agitadores passaram a fazer um uso cada vez mais indiscriminado da violência, ceifando vidas inocentes. Um dos exemplos mais trágicos ocorreu há cerca de um ano, quando sikhs armados retiraram passageiros de um autocarro, enfileiraram-nos e mataram-nos.

Gradualmente, a agitação dos sikhs assumiu carácter étnico. Extremistas sikhs seleccionavam importantes dirigentes da maioria hindu como alvos dos ataques. Os hindus reagiram. Criou-se assim um antagonismo mútuo. O fundamentalismo equivocado dos extremistas sikhs e a reacção patológica dos hindus levaram o Punjab a ser cenário de violências diárias e quase indiscriminadas. Como disse um conceituado semanário de Bombaim, *The Illustrated Weekly of India*: "Em lugar do fantasma de um Paquistão muçulmano, os hindus vêem agora o fantasma de um khalis-



Os sikhs estão concentrados no estado de Punjab, mas também se estendem à região limítrofe com o Paquistão, onde pretendem criar um Estado independente, o Khalistan

tan sikh e estes, por sua vez temem um Indústão centralizado, em contraposição a uma Índia secular e federal".

No início de 1984, os activistas sikhs mudaram de tática: abandonaram a violência indiscriminada para dedicarem-se ao assassinato selectivo de cidadãos importantes.

O presidente do comité administrativo do Gurudwara Sikh de Déli, Harbans Singh Manchanda, bem como um destacado dirigente da oposição, Harbans Lal Khanna, foram mortos à bala pelos extremistas. E a violência continuou, de um e de outro lado.

O ataque do exército

Quando o exército foi chamado a intervir, no dia 13 de Junho, a situação tinha chegado a um

ponto crítico. Agora já não se tratava de proteger certas pessoas, mas sim salvar o próprio Estado. A violência dos sikhs questionava não só a República mas a própria democracia, o secularismo e o império da lei. Porém, as circunstâncias em que se deu a intervenção — e a anterior reacção política do governo foram trágicas. Os *akalis* propunham-se impedir a saída de cereais do estado, obstruir o abastecimento de água do canal e interromper a transmissão de energia eléctrica do estado de Punjab para as outras regiões da Índia.

Os sikhs tinham armazenado enormes arsenais de armas, morteiros, metralhadoras e bazucas LPG alemãs (que, mais tarde, foram apreendidas pelo exército). Muitos viram a influência estrangeira nos acontecimentos.

Dentro do templo, os «stocks»

terceiro mundo - 61

¹ Actualmente este artigo da Constituição Indiana define a religião *sikh* como parte do hinduísmo, o que não é aceite pelos seus seguidores.

de alimentos eram suficientes para durar meses; no tanque sagrado, corria um fluxo constante de água potável; as munições eram bastante para mandar pelos ares todo o estado de Punjab.

O "movimento Khalistan" chegou a ser dirigido do estrangeiro pelo seu presidente Jajjit Singh Chauhan. A intervenção do exército frustrou o plano de converter o Templo Dourado na sede do "Governo de Khalistan" e de convocar um "Parlamento do Khalistan" dentro do templo. Estava prevista a exortação às massas sikhs para que transferissem a sua lealdade ao governo central de Nova Deli para o "governo" sikh instituído no templo, chefiado por Bhindranwale. O próprio Chauhan havia escrito a este respeito a Bhindranwale, que aceitara o plano.

No dia 10 de Junho, a primeira-ministra Indira Gandhi declarou à imprensa que era preciso usar o exército contra os extremistas sikhs. Quando lhe perguntaram se acreditava no envolvimento de forças estrangeiras, respondeu: "Havia um plano para causar distúrbios na Índia. É muito difícil afirmar tal coisa, pois não se pode provar, mas é possível". E acrescentou que "elementos de fora" estavam a explorar e a tirar proveito das insatisfações internas da Índia.

Violência comunitária e reacção do governo

Mal o Punjab tinha retornado à vida normal, eclodiram em Bombaim os distúrbios entre hindus e muçulmanos, reminiscências do espectro da violência religiosa da Índia. Pouco depois, casos de agitação étnica ocorreram também em Gujarat.

Para muitos observadores e diplomatas estrangeiros, estes incidentes deveriam levar a um exame mais atento da noção de secularismo. Mais uma vez ficam claras as razões dos fundadores



O governo de Indira Gandhi (esq.) encontra sérias dificuldades, principalmente depois da morte de Bhindranwale (dir.)

da Índia, que defenderam a separação da religião e da política em todos os campos de actividade. A agitação dos akalis, que tinham basicamente a ver com exigências territoriais, foi por eles chamada, erradamente, de luta religiosa. Com isso, o contexto do debate deixou de ser uma questão do Punjab para ser uma questão sikh, e uma reivindicação política passou a ser uma reivindicação étnica e comunitária.

Avaliação e perspectivas

As rivalidades étnicas religiosas e o regionalismo conseguiram arreigar-se seriamente na comunidade política indiana. Nem o governo central, nem os governos estaduais, tão-pouco os partidos políticos, especialmente o Congresso de Indira Gandhi, actualmente no poder, procuraram combatê-los com seriedade. Pelo contrário, permitiram e, às vezes, estimularam a intromissão da religião na política. Para auferir vantagens eleitorais, o partido da situação fez alianças com partidos comunais; exemplos disso foram as alianças com a Liga Muçulmana em Kerala e com os akalis no Punjab. Até mesmo o fenómeno Bhindranwale foi produto de condescen-

dência política. As recentes moções de Indira Gandhi, destinadas a destituir os governos legítimos e democraticamente eleitos dos estados de Sikkim, Kashmir e Andhra Pradesh, também contribuíram para debilitar a imagem democrática da Índia.

Quanto tempo resistirá a frágil unidade desse gigante da Ásia? Pode haver uma base legítima para um governo indiano altamente descentralizado? Será Indira Gandhi capaz de engendrar mecanismos que satisfaçam as esperanças e aspirações dos grupos descontentes? A situação actualmente reinante na Índia parece indicar que a resposta é "não". Contudo, não se deve esquecer que, a despeito de vários factores negativos, a Índia é um dos poucos países da região que mantém instituições democráticas, sem ter ocorrido o colapso previsto pelos profetas britânicos do Apocalipse. Embora uma Índia independente pudesse ter preservado os instrumentos autoritários do domínio britânico, a imprensa e o poder judicial permaneceram livres e independentes. É a política tradicional interligada com a política moderna que dá vida, significado e a devida identidade à democracia indiana.

Comunicação

A "Voz da América" e a guerra radiofónica

A emissora do governo norte-americano viola a lei da Costa Rica e prepara a instalação de uma poderosa retransmissora cujas antenas estão dirigidas para a Nicarágua

Gregorio Selser

A informação do *Washington Post* acerca da instalação na Costa Rica de uma estação retransmissora da Voz dos Estados Unidos da América (*Voice of America - VOA*) provocou furiosa reacção do presidente Luis Alberto Monge, que considerou a notícia inexacta.

O *Washington Post* forneceu cifras e dados muito diferentes dos estimados como verdadeiros pelo governo da Costa Rica, entre eles o custo do investimento previsto pela VOA. O jornal norte-americano acrescentou que a implantação do retransmissor faz parte de um projecto de ampliação da rede de propaganda político-ideológica da VOA na América Central e Caraíbas e que se complementar, no momento, com a instalação de um potente retransmissor em Porto Rico — com um custo previsto de 150 milhões de dólares — e outra em San Lorenzo, Honduras, junto ao Golfo de Fonseca, lugar em que engenheiros militares dos Estados Unidos construíram um aeródromo para aviões a jacto, supostamente dentro do projecto de manobras militares conjuntas hondurenho-norte-americanas "Ahuas Tara-Dois" e "Granadero I".

De acordo com a informação

do influente matutino de Washington, este projecto de "ofensiva propagandística para a América Central" foi adoptado em 1983 pelo Conselho de Segurança Nacional, organismo directamente ligado à Casa Branca, tendo as negociações se realizado dentro do mais estrito sigilo. O jornal observou também que o contrato realizado entre a embaixada dos Estados Unidos na Costa Rica e uma empresa de fachada, expressamente criada para este fim a conselho do presidente Monge, a Associação Costarriquenha para a Informa-

ção e a Cultura (ACIC), foi firmado "com violação das leis costarriquenhas, que proíbem o estabelecimento de emissoras de propriedade estrangeira" (Lei 6620).

A ACIC foi formada em 13 de Dezembro de 1983 no escritório do advogado Gonzalo Facio Segreda, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica e uma das principais figuras da campanha que pede aos Estados Unidos a intervenção militar directa, inclusive uma "intervenção cirúrgica tipo Granada", na Nicarágua. Facio é, também, o mais notório assessor das principais empresas transnacionais, entre elas as das bananas. Na ACIC figuram representantes de quase todos os meios informativos da Costa Rica, empresários e políticos de direita, assim como funcionários da Coligação Costarriquenha de Iniciativas para o Desenvolvimento (CINDE), outra entidade pró-EUA que funciona em San José com o apoio de capitais norte-americanos.

Anúncio em inglês

Segundo o *Semanario Universidad*, "a ACIC parece servir como fachada para ocultar o verdadeiro proprietário do retransmissor, o governo dos Estados

Jorge Arbach



VOICE OF AMERICA EMPLOYMENT OPPORTUNITIES

The Voice of America is seeking Costa Rican National technical personnel to operate and maintain new permanent radio station facilities in Ciudad Quesada, C.R. Qualified applicants will possess:

- Spanish/English bilingual skills.
- Education and practical experience in the field of electronics.
- Willingness to relocate permanently to Ciudad Quesada.

Jobs are permanent American Embassy position. Starting salaries will depend upon qualifications. Prospective applicants are invited to mail their resumes in confidence to the following address:

**VOA Employment,
Embaixada Americana
Apartado 10053
San José.**

Reprodução fac-similar do anúncio publicado no jornal *La Nación* de San José, Costa Rica, a 10 de Setembro de 1984 (pág. 14-B), no qual a embaixada dos Estados Unidos oferece empregos na estação retransmissora "Voz da América" (VOA) de Washington.



Luis Alberto Monge

Unidos". O jornal conservador *La Nación*, de San José, acaba de publicar, inclusive, um anúncio em inglês assinado por "VOA Employment, Embaixada Americana, Caixa Postal 10053, San José", no qual se solicita "pes-

soal técnico de nacionalidade costarricense para operação e manutenção das instalações de uma nova estação de rádio permanente na Ciudad Quesada" — um lugar frequentemente citado na imprensa como centro de concentração hospitalar dos "contras" e mercenários feridos nos combates que grupos da ARDE travavam contra forças governamentais da Nicarágua na zona fronteira.

O anúncio especifica que os interessados deverão possuir "domínio de inglês e espanhol, formação académica e experiência prática no campo da electrónica e o desejo de residir permanentemente na Ciudad Quesada ou imediações; os postos serão permanentes e ficarão sob controlo da embaixada norte-americana. O pagamento inicial estará condicionado à capacidade do interessado. Pede-se aos interessados que enviem confidencialmente um resumo dos seus antecedentes por correio ao endereço postal da embaixada".

Como o hábito não faz o presidente Monge (em cuja residência foi firmado o referido convénio), cabe ressaltar que este anúncio contraria expressamente o disposto nos artigos 2 e 3 da

lei que regula a propriedade dos meios de comunicação na Costa Rica, e que textualmente dispõe:

"Artigo 2 — Os meios de difusão e as agências de publicidade poderão ser exploradas unicamente por costarriquenhos de nascimento, ou por pessoas naturalizadas com não menos de dez anos de residência no país depois de haver adquirido a nacionalidade."

"Artigo 3 — Poderão explorar os meios de difusão e as agências de publicidade as pessoas físicas ou jurídicas, sob a forma de sociedades pessoais ou de capital, com acções nominativas. Tais sociedades deverão inscrever-se no Registo Público e o seu capital deverá pertencer integralmente a pessoas que cumpram com os requisitos exigidos no artigo anterior."

Conforme se estabelece no convénio, a radioemissora será financiada com capitais fornecidos pelo governo dos Estados Unidos, o qual será também o beneficiário dos lucros que esse capital produza. E por garantia, será a embaixada dos Estados Unidos quem seleccionará o pessoal e pagará os seus serviços. Mas ninguém se atreve a dizer que não é uma radioemissora costarricense, porque se o disser será acusado como o *Washington Post* de estar associado com "a campanha internacional de desprestígio e de calúnias contra a Costa Rica".

A nova estação retransmissora de propaganda da VOA terá uma potência de 50 quilowatts e as suas antenas direccionais apontarão para a Nicarágua. De San Lorenzo (Honduras), as antenas orientar-se-ão também para e contra a Nicarágua. Repetirão assim, no campo das comunicações, as operações militares que a ARDE e a FDN realizam com financiamento e apoio logístico total da CIA, outra organização governamental dos Estados Unidos. ●

Literatura angolana ontem e hoje

Uma visão retrospectiva da criação literária em Angola desde o século XIX e a sua influência na luta de libertação nacional

Jofre Rocha *

"Não é apenas na literatura que devemos combater o que é mecânico, a rotina, o formalismo; devemos combater na literatura e também na vida, sobretudo na vida; porque é da vida que tudo isso vem. Dizer aos políticos 'Não toquem na literatura' é ridículo; mas dizer à literatura 'É proibido tocar na política' é inconcebível".

Bertolt Brecht, in "Les Arts et la Révolution"

Através da história, o desabrochar da consciência dos povos foi geralmente acompanhado por um florescimento da sua vocação literária e musical. Por essa razão em todas as revoluções, ao lado dos políticos e ideólogos, marcharam com a pujança da sua

veia artística, os poetas, os compositores, os músicos e aqueles que anteviam e anunciavam com esperança o futuro próximo.



Angola, território submetido à dominação colonial portuguesa não constituiu excepção a esta regra. E é entre um punhado de angolanos, conscientes da sua condição de colonizados, completamente à margem de uma sociedade onde eram bem demarcadas as relações entre explorador e explorado, que começam a despontar os primeiros valores da incipiente pequena-burguesia angolana, que através das folhas dos escassos jardins, procuram fazer ouvir a voz da reivindicação social, reclamando mais escolas e melhores condições de vida para os angolanos.

Deve entender-se que a colonização portuguesa como todas as outras, mais do que a exploração e o saque económico, vivava o extermínio do próprio homem, destruindo as suas ori-

gens, a sua história, as suas raízes culturais, de forma a levá-lo a negar-se a si próprio, transformando-se assim num alienado, num estrangeiro na sua própria terra.

Na sequência da abolição oficial, mas não de facto, da escravatura em 1836, forma-se uma pequena elite de intelectuais e uma escola de jornalistas, muitos deles auto-didactas, ansiosos por romper as grilhetas que os amarram a

Toda a literatura é memória de um povo.

* Jofre Rocha é o pseudónimo de Roberto Victor Francisco de Almeida, o secretário de Informação e director do Departamento de Imprensa e Propaganda do MPLA-Partido do Trabalho. O pseudónimo nasceu em 1961, quando Roberto de Almeida estava preso por motivos políticos e não podia usar o seu nome verdadeiro. Esteve sete anos preso. Jofre Rocha tem quatro livros editados: "Tempo de Ciclo" (poesia, 1972), "Estórias do Musseque (contos, 1979), "Assim se fez a Madrugada" (poesia, 1981) e "Histórias de Kapangombe" (contos, 1983).

uma vida de escravidão e ensaiam-se passos tímidos na imprensa escrita, fundando-se em 1861 o *O Echo de Angola*, cujo objectivo como era anunciado no cabeçalho consistia em "advogar a causa e velar pelos interesses de Angola".

Seguem na sua esteira *O Futuro de Angola*, fundado em 1882, *O Pharol do Povo* (1883), *O Arauto Africano* (1889), *Muen'xi* (1889), *O Desastre* (1889) e *O Polícia Africano* (1890).

Pontificam neste jornalismo nomes como os de Arantes Braga, Fontes Pereira, Castro Francina, Cordeiro da Mata, Silvério Ferreira, Ribeiro Castelbranco, Paixão Franco e Apolinário Van-Dúnem.

Deve-se referir, contudo, que esta pléiade de percursores do jornalismo angolano, alguns dos quais se lançam depois na literatura, não defendia propriamente os verdadeiros interesses do povo mas reflectia fundamentalmente o crescente descontentamento que a assolava por ver perigrar os seus privilégios de natureza económica e social.

A consciência da situação colonial então vivida era ainda ténue e qualquer atitude assumida era-o em função da situação de classe e dos respectivos compromissos com o sistema político vigente.

É um período histórico em que se vive numa atmosfera de certa euforia na sequência da implantação da República Portuguesa em 1910, que viria a ser esmagada pelo golpe fascista que levou à instauração do chamado "Estado Novo" em 1926 e, posteriormente, ao salazarismo de triste memória.

O início do século XX caracteriza-se por uma marcada penetração capitalista mais acentuada na colónia de Angola. Em 1906 foi criado o imposto de trabalho, que veio sobremaneira tornar mais difícil a vida dos camponeses, forçando-os a assalariar-se.

Por outro lado, para que os monopólios pudessem assumir integralmente a sua actividade de exploração dos recursos de Angola e assegurar os interesses de Portugal, o governo colonial tomou medidas tendentes a eliminar a burguesia local, afastando-a também dos postos da administração e da economia.

Essa conjuntura política provocou a agudização da luta entre o colonizado e o colonizador, reflectindo-se também na imprensa. Origina-se aqui um protesto colectivo de intelectuais angolanos contra um artigo ultra-reaccionário publicado na *Gazeta de Loanda*, em 1901. Esse protesto intitulado "A voz de Angola clamando no deserto" as-

sume um carácter combativo e constitui um libelo polémico e bem documentado a favor da situação do colonizado, onde se verifica já uma tomada de posição nacionalista e a aspiração pela dignificação do homem angolano.

Os primeiros textos literários

Os primeiros textos de poesia angolana que se conhecem, abordam a temática lírico-sentimental, tecendo loas sobretudo à terra e à beleza da mulher africana.

E é justamente dentro desse género literário que poderemos apontar ainda no século XIX a actividade poética de José da Silva Maia Ferreira, autor de "Espontaneidades da minha alma" (1849) e de Joaquim Dias Cordeiro da Mata, autor de "Delírios". Este último publica no *Almanaque de Lembranças* no ano de 1884, o poema "Negra". (ver caixa)

Cordeiro da Mata (1857-1894) foi autodidacta, prodigioso impulsionador da consciência angolana, desenvolvendo actividade como historiador, poeta, etnógrafo, filólogo tendo escrito uma obra intitulada "Filosofia Popular em Provérbios Angolenses", além de uma gramática kimbundo e um dicionário kimbundo-português.



É de absoluta justiça mencionar-se de igual modo a revista literária *Luz e Crença* fundada em 1902 por Pedro da Paixão Franco, de que foram publicados apenas dois números e que marca já um certo declínio nesta actividade. Encontramos aí uma produção literária embebida nos ideais da Revolução Francesa, de que serve como exemplo típico o poema de Lourenço do Carmo Ferreira que diz:

*Vi então Angola das vascas/
da agonia
ergue-se esplendorosa à luz/
d'um novo dia.
Porém, quando acordei, a negra/
realidade
mostrou-se bem crua:
mula era a Igualdade
utopia o Direito
e zero a Liberdade!*

Saudosismo e paternalismo

Mas estes exemplos foram fugazes e com o advento da colonização em massa a literatura angolana passou a ser manipulada por europeus com vivência africana ou africanos assimilados à cultura europeia, como é o caso de Tomás Vieira da Cruz (1900-1960) e Geraldo Bessa Victor (nascido em 1917) que imprimem na sua produção a exaltação do exotismo da mulher negra ou um sentimento de negri-

tude luso-tropicalista que desemboca num saudosismo algumas vezes mesclado de paternalismo.

Negra

*Negra! negra! como a noite
d'uma horrível tempestade
mas, linda, mimosa e bela
como a mais gentil beldade!*

*Negra! negra! como a asa
do corvo mais negro e escuro
mas, tendo nos claros olhos,
o olhar mais límpido e puro!*

*Negra! negra! como o ébano,
sedutora como Phedra,
possuindo as celsas formas,
em que a boa graça medra!*

*Negra! negra! ... mas tão linda
co'os seus dentes de marfim
que quando os lábios entreabre
não sei o que sinto em mim!...*

Joaquim Dias Cordeiro da Mata
(1884)

Com o advento do século XX e em consequência do reforço de colonização, surge uma viva oposição das autoridades à imprensa liberal dos colonos, verificando-se casos de medidas de retaliação a jornalistas como as que são impostas a Urbano de Castro, colaborador de *O Cruzeiro do Sul*, o mais progressista dos jornais dos

colonos, sobre quem recai a interdição de escrever.

A história da colonização regista então uma evolução que em Angola dá origem a medidas extremamente repressivas contra o colonizado, por parte sobretudo de altos-comissários como Norton de Matos e Vicente Ferreira, a que Salazar imprime um carácter mais demolidor de toda a intelectualidade angolana, com a implantação do "Estado Novo".

Segue-se então um período em que floresce a "literatura colonial" produzida por europeus com algum nível de instrução, conhecedores da máquina administrativa colonial e que se caracteriza pela visão e tratamento dos temas africanos de fora para dentro, servindo de suporte à "missão civilizadora de Portugal", com raras excepções. No leque de excepções é justo fazer sobressair o nome de Castro Soromenho (1910-1968), que na sua obra denunciou os males do colonialismo. Surge ainda Óscar Ribas com uma produção de grande valor etnográfico eminentemente voltada para os dramas das gentes, os usos, as crenças e os costumes, os problemas vividos pelo povo sobretudo das áreas de Luanda e Malanje. Porém, a trajectória da literatura angolana só experimenta um impulso inovador, de característi-



1984 - Novembro - no. 71



terceiro mundo - 67

cas vincadamente nacionalistas, quando em 1948 um grupo de jovens estudantes e intelectuais constituem o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola e agita o ambiente cultural sob o lema "Vamos descobrir Angola".

Pela mão de um desses jovens intelectuais, os objectivos de tal movimento receberam mais tarde esta explicação:

"O Movimento deveria retomar, mas sobretudo com outros métodos, o espírito combativo dos escritores africanos dos fins do século XIX e dos princípios do actual. Esse movimento combatia o respeito exagerado pelo valores culturais do Ocidente (muitos dos quais caducos); incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através dum trabalho colectivo e organizado; exortava a produzir-se para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas

com o fim de repensar e nacionalizar as suas criações positivas e válidas; exigir a expressão dos interesses populares e de autêntica natureza africana, mas sem que se fizesse nenhuma concessão à sede de exotismo colonialista. Tudo deveria basear-se no senso estético, na inteligência, na vontade e na razão africanas".

De registar que este movimento surge no imediato após-guerra, quando ganhavam terreno os ideais favoráveis à concessão do direito aos povos de determinarem o seu próprio destino e no seu seio sobressaíam nomes como os de António Jacinto, Agostinho Neto, e Viriato da Cruz, que viriam mais tarde a conquistar lugar proeminente na história do movimento de libertação de Angola.

Como consequência lógica do movimento, é fundada em Julho de 1951, em Luanda, a revista *Mensagem*, que no seu primeiro número, proclama:

"Mensagem será — nós o queremos! — o marco iniciador de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola, fundamentalmente angolana, que os jovens da nossa Terra estão construindo".

E mais adiante, dizia:

"E a Cultura de Angola, somatório dos nossos esforços; e Cultura de Angola forte como é forte o nosso desejo de vencer; verdadeira, como a verdade do nosso Querer; pujante, como a pujança da nossa Mocidade; humana como a humanidade que lhe imprimirá a auscultação dos nossos problemas, a compreensão do nosso Povo e a vontade que a todos nos irmanará, de nos compreendermos e sermos compreendidos, impor-se-á na amplitude de nossos horizontes.

"Urge criar e levar a Cultura de Angola além-fronteiras, na voz altissonante, dos nossos poetas e escritores; na paleta e no cinzel seguro dos nossos artistas plásti-

SISTEMAS RACIONAIS DE EMBALAGEM

- Máquinas automáticas, semi-automáticas e manuais para cintagem com POLIPROCINTA (cinta de polipropileno) e com fita de aço
- Máquinas automáticas de atar
- Fitas gomadas e auto-adesivas
- Agrafadores e agrafos para fecho de caixas de cartão
- Sistemas de marcação de embalagens
- Agrafagem industrial

Strapex Embalagem, Lda.

LISBOA

Av. Inf. D. Henrique, Lote F — Cabo Ruivo
Apartado 2768 — 1117 LISBOA CODEX
Telefs. 855280
Teleg.: HUCAFÉ — Telex 13605 HUCAFÉ P

PORTO

Estrada Int. da Circunvalação, 14007
(à Via Rápida) — 4100 PORTO
Telefs. 689044-689054-689955-689415
Telex 23515 — STRAP P

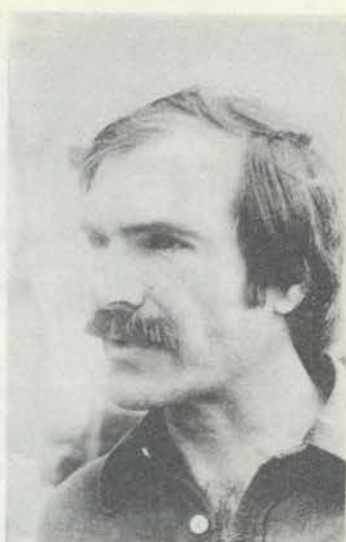
strapex



Castro Soromenho



Agostinho Neto



Luandino Vieira

cos; ao som dos acordes triunfais da nossa música que os nossos músicos e compositores irão buscar aos férteis motivos que a nossa Terra, grande e maravilhosa, lhes oferece”.

Este é o tempo de “sons de grilhetas nas estradas”, de “caminhos largos cheios de gente em êxodo de toda a parte”, mas é ao mesmo tempo na voz de Agostinho Neto, a hora de “seguir o caminho das estrelas para a harmonia do mundo”.

A busca de novos horizontes determina que bom número de jovens estudantes angolanos se concentre em Portugal na década de 50 e início dos anos 60, onde se organizam fundando a “Casa dos Estudantes do Império”, em conjunto com estudantes dos restantes territórios sob dominação colonial portuguesa (S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde).

Inicia-se então a publicação de um boletim, denominado igualmente *Mensagem*, além de outras iniciativas como a publicação de folhetos e brochuras semi-clandestinas, de autores angolanos ou não, pois como se diria numa das edições, “*Mensagem* não esquecerá ainda a co-



munhão universal das culturas, pois sabe bem que esse factor é um elo de aproximação e compreensão entre os povos; e nesse sentido se abrirá à colonização de todos os homens de boa-vontade que humanamente saibam compreender quão generoso e nobre se revela tal objectivo”.

Na esteira destes intelectuais seguem outros jovens que em

Angola promovem fecunda actividade literária à sombra da Sociedade Cultural de Angola, onde publicam o boletim *Cultura* (1957). Dentre os colaboradores destacamos Henrique Guerra, Antero Abreu, Carlos Ervedosa, Costa Andrada, João Abel, Luandino Vieira e António Cardoso, que em seus versos grita inconformado:



Pepetela



Manuel Pacavira



António Cardoso

*Que cada um de nós
lance a lenha que tiver,
mas que não chore
embora tenha frio.
Se choramos aceitamos, é/
preciso não aceitar.*

A fundação do MPLA

O ano de 1956 irrompe e com ele o caldear de uma nova esperança na fundação do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), força que virá congrega as ânsias de todo o povo, rasgando um caminho novo para a sua libertação.

E a voz de Agostinho Neto, o poeta do povo, faz-se ouvir da profundidade das quatro paredes da Cadeia do Aljube, em Portugal, num grito de certeza repassado do humanismo que caracteriza a sua obra e a sua vida política:

*Violência
vozes de aço ao sol
incendeiam a paisagem já quente.
E os sonhos
se desfazem
contra uma muralha/
de baionetas*

*Nova onda se levanta
e os anseios se desfazem*

70 - terceiro mundo

sobre corpos insepultos

*E nova onda se levanta para a luta
e ainda outra e outra
até que da violência
apenas reste o nosso perdão.*

A luta armada não calou a voz dos poetas e contistas, antes pelo contrário, no próprio fragor dos combates se forjaram novos escritores, aqueles que ao som das metralhadoras foram compondo cânticos de vida e de esperança, no dia-a-dia da revolução.

Ao lado dos nomes já consagrados de Agostinho Neto, António Jacinto, Arnaldo Santos, Costa Andrade e outros, surgem as vozes de Emanuel Corgo (Eurico Gonçalves), Sá Cortez, Pedro Van-Dúnem, Gasmin Rodrigues, Pepetela, Helder Neto, Deolinda Rodrigues.

São vozes harmoniosas que em nome da sagrada esperança da libertação, conclamam os homens à luta e fazem convergir todos os esforços na mesma direcção.

São vozes profundas que ressoam na noite secular, lançando centelhas de vida e esperança, insuflando aos homens coragem na luta e confiança na vitória.

São as vozes da Revolução,

carregadas de certeza, que compõem versos como estes:

*Kaianga foi na guerra Kaianga/
foi na guerra
não sei se vai voltar.*

*O povo foi na guerra o povo/
foi na guerra
eu sei: o povo vai voltar.*

(António Jacinto)

E realmente após longa luta o povo "voltou à Angola libertada, Angola independente", vindo da guerrilha, das trevas das masmorras, do exílio em países distantes, do degredo nas ilhas da solidão, da vida tormentosa na clandestinidade.

O povo voltou à vida pela via do combate libertador e a 11 de Novembro de 1975, pela voz do seu guia, proclamou perante a África e o mundo, a independência e a constituição do país em República Popular de Angola.

Nova responsabilidade iria recair sobre os escritores da jovem pátria independente, atravessada por convulsões sociais que a guerra inevitavelmente acarreta.

Assim, a sua capacidade de criação, a veia artística de raízes mergulhadas no povo, ganhou novo ímpeto e apenas um mês depois da data da independência, precisamente a 10 de Dezembro

de 1975 é fundada a "União dos Escritores Angolanos", cujo primeiro presidente é o fundador da nação e eminente homem de letras, o dr. Agostinho Neto. Nessa ocasião, afirmou ele:

"Não é por acaso que todos os escritores de Angola estão no MPLA. Esse facto é significativo, porque a literatura em Angola, esteve sempre ao serviço da Revolução."

"Tenho a esperança de ver esta União dos Escritores Angolanos funcionar duma maneira bastante dinâmica, para que a cultura do nosso povo, a cultura do povo angolano, seja conhecida do nosso próprio povo e também seja conhecida pelo mundo inteiro, que deseja a todo o preço conhecer a alma deste País".

A literatura angolana forjada na guerra, estava pronta a trilhar novos caminhos. No entanto novas obrigações se apresentavam perante os escritores angolanos

que, antes de escritores, são militantes revolucionários. Os contistas como Uanhanga Xitu, Luandino Vieira, Manuel Rui, Pepetela, Manuel Pacavira, Boaventura Cardoso e outros, narram as suas experiências, a sua vivência no maquis ou na clandestinidade do meio colonial, no entrechoque das culturas, e também a vontade de construir um país novo, a vontade inabalável de reafirmar a sua própria identidade, reivindicando a dignidade longamente espezinhada.

Conquistado irreversivelmente o direito a fazer ouvir no mundo a sua "voz livre e igual", a literatura angolana já adulta preocupou-se em cantar a determinação dos operários e camponeses na batalha pela reconstrução nacional, os feitos das crianças combatentes nascidas no fogo da guerra, a luta contra o analfabetismo e outras sequelas do colonialismo.

E em Julho de 1980 é proclamada a "Brigada Jovem de Literatura" que entre outros objetivos, se propõe "criar e alargar a consciência (...) através da acção propriamente cultural, esclarecida pelas opções ideológicas (...) da necessidade de transformar a realidade na perspectiva revolucionária, utilizando a energia, a força criadora e inovadora dos jovens".

Hoje a literatura angolana continua a prestar a sua modesta contribuição, dando a conhecer a alma de Angola ao mundo e lançando novas pontes entre os povos.

Esse é o desejo dos escritores na República Popular de Angola que, ombro a ombro com o povo, no meio do luto e da alegria, do trabalho e da dor, do canto e da euforia, prosseguem no mesmo combate, para conquistarem uma paz justa, colocando pedras nos alicerces do progresso do mundo e da cultura universal. ●

M INDÚSTRIA GRÁFICA **MIRANDELA & CA. (IRMÃO), LDA.**



Travessa da Condessa do Rio, 7-9 - 1200 LISBOA - PORTUGAL
Telefs. 36 61 61 / 32 13 68 / 32 12 27 / 36 66 67 / 36 98 03 • Telex 42923 MIGRAF P



Especialidades: Revistas; Jornais; Livros; Catálogos; material publicitário.

Processos de impressão: Tipografia; Offset folha-a-folha e em rotativas.

Composição: A quente e a frio.

Reprodução: Scanners.

Specialities: Magazines; Journals; Books; Catalogues; advertising matter.

Printing processes: Letterpress; sheet and rotary offset.

Composition: Hot and Cold setting.

Reproduction: Scanners.

Spécialité: Revues, livres, journaux, catalogues, matériel publicitaire.

Procédé d'impression: Typo, offset à feuille et rotative.

Procédé de composition: Composition à chaud et à froid.

Procédé de reproduction: Scanners.

Omar Cabezas

De guerrilheiro a "best-seller"

O autor de "A montanha é algo mais do que uma imensa estepa verde" fala da sua vida e do sucesso do seu livro após 17 edições em espanhol e traduções para nove outros idiomas

Adrian Soto

Enquanto lembra coisas do passado, Omar Cabezas Lacayo fala como um solitário que murmurasse para si mesmo os seus pensamentos. A sua voz infantil contrasta com as rugas que lhe contornam os olhos, rugas prematuras para um homem de 34 anos.

Omar Cabezas, nicaraguense, é um homem baixo, como a maioria dos seus compatriotas. Há apenas cinco anos, no dia 19 de Julho de 1979, Omar entrou em Manágua, à frente de uma coluna de guerrilheiros. A cidade recebeu-os em festa. Acabavam de ser enterrados cinquenta anos de dinastia dos Somoza.

Omar Cabezas entrou para o movimento sandinista na sua cidade natal de León, quando ainda era estudante de direito. Confessa não ter aderido aos rebeldes por motivos meramente ideológicos: as razões foram mais pessoais e dolorosas.

"Desde criança que via a Guarda Nacional maltratar as pessoas. Certo dia, em 1968, quando ia para a Universidade, fui detido pela Guarda Nacional e espancado. Senti muito medo. Horas antes, tinha ocorrido em Manágua um sangrento massacre, do qual eu nada sabia, pois nem

o rádio nem os jornais noticiaram. Foi um momento decisivo. Semanas depois, ingressei na Frente Sandinista de Libertação".

Após a vitória da revolução, Omar recebeu o título de "Comandante de Guerrilhas", denominação simbólica dada aos guerrilheiros que se haviam distinguido na luta contra o regime de Somoza. Actualmente chefia a brigada militar de Manágua e arredores.

Nos círculos nicaraguenses e internacionais, este advogado-rebelde tem atraído mais atenções pelo seu talento literário do que pelos seus feitos militares. O seu livro "La Montaña es algo más que una inmensa estepa verde" (publicado pela nossa editora, Tricontinental Ltda., em Julho deste ano) foi agraciado com dois prémios literários internacionais. Com 17 edições em espanhol, até ao momento, o livro já foi traduzido em oito idiomas, estando em preparação duas novas traduções: uma sueca e outra norueguesa.

Como surgiu "A Montanha"

Nele, Cabezas conta histórias da sua vida de guerrilheiro. Julio Cortazar, conhecido escritor argentino recentemente falecido, referiu-se a esta obra como "uma peça rara de eficiência literária". De facto, a peculiaridade do livro é que o autor exprime abertamente as emoções que experimentou naqueles dias duros e violentos, criando uma atmosfera fascinante que só termina na última página.

Cabezas ainda não se habituou à ideia de ser chamado de escritor. "O livro apareceu como



Omar Cabezas: "Na Nicarágua, a palavra e a literatura foram libertadas"

que por acaso", diz ele. E confessa que a idéia de escrever não foi sua, mas de Pilar Arias, uma jornalista que fez a cobertura da guerra civil nicaraguense para a imprensa norte-americana e mexicana. É ele quem nos conta o que aconteceu alguns dias depois da vitória sandinista:

"Ela telefonou-me a solicitar uma série de entrevistas como subsídios para uma história que estava a escrever sobre a revolução. Tive várias reuniões com ela, geralmente por volta da meia-noite, pois naquele tempo trabalhava 18 horas por dia".

Certo dia, a jornalista disse-lhe que já havia recolhido material suficiente. Três meses depois, quando ele já mal se lembrava de ter dado aquelas entrevistas, Pilar Arias tornou a telefonar e marcou um encontro no seu escritório.

"Quando ela entrou, veio directo à minha mesa e tirou de uma pasta uma pilha de texto datilografado:

"— Comandante, disse ela, entregando-me o resultado das entrevistas, o senhor é um escritor, sabia? Leia isto".

Diz Omar que não levou muito a sério as palavras da jornalista. Seja como for, o texto daquelas entrevistas, que hoje constituem o primeiro capítulo do livro, foi publicado numa revista cultural nicaraguense dirigida por Ernesto Cardenal, causando forte impacto nos círculos culturais e políticos do país.

"Certo dia — lembra Omar — Ernesto Cardenal procurou-me para falar de um concurso literário que estava a ser promovido em Havana. Sugeriu-me que pusesse as notas em ordem a fim de participar do concurso."

"Estás louco!", respondeu Omar ao seu ministro da Cultura. "Isso é coisa para intelectuais e escritores de renome!"

Após muita insistência, Omar Cabezas foi convencido pelo amigo a enviar o original, e venceu o concurso. Só na Nicarágua,



Edições portuguesa e espanhola do romance de Cabezas

o livro já vendeu 50.000 exemplares, recorde absoluto no país. Na Espanha, foi aclamado pela crítica e está agora na sua quinta edição. Na Alemanha Federal, três edições já foram publicadas até ao momento.

Hoje, Omar queixa-se de estar a ser pressionado para escrever novamente:

"— Todo a gente me exige um segundo livro," diz ele. "O problema é a falta de tempo. A agressão militar contra o meu país toma-me o tempo todo. É muito difícil combinar o trabalho político e administrativo com a actividade de escritor. Mas, pouco a pouco, o segundo livro vai progredindo."

O lado humano da guerrilha

"A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde" não é o grito de um rebelde solitário. Pouco tem a ver com o martírio romântico que se tornou tão popular com as revoluções latino-americanas anteriores. Sem dúvida, a principal qualidade do livro é a de descrever as histórias da guerrilha de forma genuína, colocando o aspecto humano no centro de cada conflito.

Quando lhe perguntei por que motivo o aspecto humano não tinha sido tratado dessa forma em experiências revolucionárias an-

teriores, confessei-me não ter uma explicação científica para o facto, mas admitiu que tem pensado muito nisso:

"— É possível que os revolucionários latino-americanos não tenham percebido quanto é importante revelar às pessoas as suas próprias limitações e medos. Um revolucionário é um ser tão mundano quanto qualquer outro. E por isso conto no meu livro que, quando estava sozinho nas montanhas, sentia-me como um animal selvagem ou que tinha desejo de masturbar-me. O principal personagem do livro não me representa apenas: representa uma porção de nicaraguenses, outros latino-americanos, africanos, asiáticos e até mesmo europeus. De certa forma, é um ser humano diante de um conjunto de circunstâncias desconhecidas."

Para Omar Cabezas e para a Nicarágua como um todo, os últimos cinco anos foram muito difíceis. Os primeiros meses de alegria foram seguidos pela amarga realidade de ter de enfrentar a agressão nas fronteiras. Muitos dos programas económicos, sociais e culturais sandinistas foram reduzidos em virtude da situação de guerra que o país atravessa. Actualmente, 25% do orçamento nacional é dedicado à defesa.

Apesar de tais dificuldades,

algo de muito importante está a ser feito no campo editorial. A editora "Nueva Nicaragua" já publicou 200 títulos desde a vitória sandinista, o que é um novo recorde pelos padrões centro-americanos. A maioria desses títulos são de clássicos gregos e romanos, mas há também literatura internacional neoclássica. Surgem ainda reedições de clássicos revolucionários nos campos da economia e da literatura.

O espaço literário

Estive na Nicarágua pela última vez no outono passado. Não pude deixar de notar a crescente presença de livros soviéticos nas livrarias, bibliotecas, etc., e quis saber de Omar Cabezas o motivo disso.

— Trata-se de um problema da própria revolução," respondeu-me. "Os livros custam divisas. Se há tantos livros de países socialistas é porque eles nos são oferecidos. Para evitar uma influência excessiva e estabelecer um equilíbrio cultural, temos tratados assinados com o México, a Venezuela e a Espanha para edições especiais destinadas à Nicarágua".

Cabezas está convencido de que o modesto esforço editorial, juntamente com o auxílio oferecido pelos países de língua espanhola e pelas nações socialistas e da Europa Ocidental, pode tornar possível oferecer uma formação cultural universal à próxima geração de nicaraguenses.

A Nicarágua é um país dotado de forte tradição poética. É uma tradição que vem desde o início do século, desde o tempo de Ruben Dario, uma das figuras de vanguarda da escola modernista internacional. Como Omar Cabezas, Ruben Dario nasceu em León.

Dizem que todo o nicaraguense que sabe escrever deveria escrever poesia. Desde a vitória

sandinista, várias cidades têm promovido maratonas poéticas aos domingos, algumas das quais duram todo o dia. No campo da prosa, porém, a Nicarágua tem produzido muito pouco, o que torna ainda mais importante a contribuição de Omar Cabezas.

No fim da nossa entrevista, perguntei a Omar o que poderia acontecer com a prosa nicaraguense de aqui para a frente.

— "Olha" disse-me ele, "a prosa tem muito a ver com a dinâmica social que o meu país

atravessa. Na Nicarágua, a palavra e a literatura foram libertadas. Hoje as pessoas usam-nas indiscriminadamente, como crianças que descobrem um brinquedo fascinante. Isto deve-se ao facto da literatura ter sido reprimida e de ter vivido na clandestinidade. Mas o hábito de escrever não é uma coisa material sujeita ao desgaste. À medida que as pessoas o utilizam, o prazer da escrita desenvolve-se, e é por isso que a prosa tem um futuro promissor no meu país."

Cultura

Arturo Sandoval e o jazz cubano

O fundador e ex-líder do conjunto Irakere criou um novo sexteto instrumental para aprofundar as experiências que deram fama mundial ao "jazz" da ilha

Guimar Belo Marques



Arturo Sandoval

Considerado um dos cinco melhores trompetistas do mundo, Arturo Sandoval esteve no passado mês de Setembro em Lisboa, onde actuou na Festa do Avante!. Fundador do grupo cubano Irakere, Sandoval viria a afastar-se deste, trilhando actual-

mente os seus caminhos com um sexteto de indiscutível qualidade e no qual cada músico brilha num empenhamento colectivo.

Arturo Sandoval e o seu sexteto foram um dos pontos mais vibrantes da Festa do Avante!. Dedicando-se a um tipo de música que ele próprio afirma não ser de massas — um jazz de ritmo cubano — Arturo Sandoval é um artista vinculado ao seu povo e à sua "Ilha da Liberdade".

O boicote dos Estados Unidos procurando ocultar a realidade do que de muito bom se ia criando em Cuba foi decididamente rompido quando, no Festival de Newport, nos arredores de Nova Iorque, o trompete de Arturo Sandoval soou e demonstrou do que é capaz um pequeno país em liberdade.

É verdade que uma das origens do jazz norte-americano é Cuba?

— Penso que não. O jazz cubano é um jazz diferente. Trata-se no geral de uma fusão do ritmo cubano com a harmonia europeia.

Há alguns anos abandonaste o grupo Irakere, do qual foste fundador. Como avalias actualmente a tua intervenção no grupo e posterior saída?

— Para mim foi muito importante. Fui fundador do grupo que reunia muito bons músicos e tinha, à partida, intensões muito nobres. Fiquei no grupo enquanto essas intensões duraram. Mas para mim a etapa que vivo actualmente é muito mais importante. Tenho podido evoluir mais e fazer um trabalho novo. Os Irakere afastaram-se dos princípios que os juntaram.

Existe uma relação dialéctica entre a realidade social e política cubanas e a arte criada em Cuba?

— Os cantores e poetas cubanos sempre tentaram reflectir a realidade do país. Existe uma influência cubana resultante de tal facto, que se expandiu a outros países latino-americanos, como é o caso da Nova Trova, que consiste precisamente em cantar o país novo. Em Cuba sempre houve trova. Os trovadores actuais surgiram no âmbito revolucionário, o que politicamente foi muito importante, principalmente junto da juventude!

Alguns esperariam que, tal como muitos outros, tivesses decidido abandonar Cuba indo fazer nome no estrangeiro. Tu, no entanto, permaneces em Cuba...

— Há um grave erro nisso. Sinto-me muito feliz por ser cu-

bano e lá viver. O Ministério da Cultura dá-nos um apoio que não teríamos noutra lugar. Quando uma pessoa se desenvolve em qualquer ramo tentam logo aliciá-lo no sentido de ir para os países mais desenvolvidos. Nós consideramos que devemos ficar e contribuir.

É possível um artista desvincular-se da realidade que o rodeia? Existem artistas não comprometidos?

— Isso seria uma estupidez... Apesar de haver muitos artistas que pensam assim, a mim interessam-me aqueles que procuram dizer alguma coisa e isso passa por o dizer com os seus costumes e o seu povo.

Existe um real apoio por parte do Estado cubano à cultura?

— Temos todo o apoio do Ministério da Cultura e do povo, que nos respeita e admira. O governo preocupa-se em criar escolas com boa formação técnica e com recursos. Sem ser um país poderoso, o Estado preocupa-se e investe. Cuba, apesar de ser um país pequeno e subdesenvolvido, é uma potência cultural.

O jazz é, por origem, uma expressão musical localizada principalmente entre as classes socialmente mais baixas. Gostaria que te referisses um pouco à diferença, se existe, entre o jazz dos Estados Unidos e o de Cuba.

— O jazz não é, nos Estados Unidos, uma música de massas, mas sempre esteve ligada a gente progressista. Apesar de muitos cretinos que pensam o contrário, nunca representou as grandes potências, sempre foi das classes baixas. E porque nunca foi uma música que pertencesse à burguesia esteve durante muitos anos discriminada. Em Cuba, pelo contrário, o jazz nunca foi discriminado, apesar de também não ser uma música de massas.

A que se deve o facto do jazz não ser uma música de massas, mesmo quando não é discriminado?

— O jazz é muito complicado enquanto música. Não dá para trautear nem para dançar. Não tem letra nem ritmos cantáveis. Isso torna-o difícil de assimilar. É um tipo de música para pessoas que se sentam e pensam.

Mas referiste numa entrevista dada a um jornal de Lisboa, que pretendias fazer música simples...

— Música simples não... Deve ter sido má interpretação... Não queremos é fazer música sofisticada. Não temos veleidades de querer inventar ou descobrir seja o que for. Fizemos um pequeno grupo de música instrumental e queremos fazê-la assim.

A tua actuação em Newport foi revestida de um êxito inesperado para muitos que o consideravam quase impossível para um cubano. Que importância atribuis à tua actuação em Newport, nesta perspectiva?

— Newport foi muito importante. Conheci lá muitos músicos que de há muito desejava conhecer e foi também muito animador, porque vão lá os críticos mais exigentes. É gente que sabe o que vai ouvir e olha-nos sabendo o que estamos a fazer.

Mas foi, ou não importante ser cubano em Newport?

— A propaganda contra Cuba é tão grande que pensam que vão chegar índios e que, como tal, não temos possibilidades de competir. Ora, a realidade é que Cuba é um país pequeno, com dez milhões de habitantes, bloqueado política e culturalmente pelos Estados Unidos e, apesar disso, fez-se um trabalho de nível importante em termos culturais e até desportivos. Isto deve-se ao grande trabalho feito pela revolução.

¹ Ver entrevista com Pablo Milanes, cadernos nº 63, Fevereiro 84.

Livros do 3.º Mundo



“CRÓNICA DA LIBERTAÇÃO” Luis Cabral – Edições “o jornal”, Lisboa, 1984

Afastado da direcção do PAIGC e da presidência da Guiné-Bissau na sequência do golpe militar de 14 de Novembro de 1980, Luis Cabral, ainda durante a sua reclusão na fortaleza de Amura, decidiu passar para o papel as suas memórias do tempo da luta.

“Crónica da Libertação”, agora editado por *o jornal*, é o primeiro resultado impresso desse esforço de “fixação” da história recente da Guiné-Bissau a que Luis Cabral se dedicou. E também aqui ele é pioneiro. Efectivamente, “Crónica da Libertação” surge como a primeira obra sobre a luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau escrita por alguém que, tanto no seu desenhe como na sua condução, teve uma responsabilidade destacada. Luis Cabral, de resto, no prefácio do seu trabalho tem mesmo uma palavra de incitamento aos seus antigos companheiros, para que vejam “nesta obra o estímulo para também (eles) registarem as suas lembranças da história...” que juntos escreveram.

Escrito de forma simples, sem rebuscamentos de estilo, “Crónica da Libertação” lê-se de um fôlego. Nela Luis Cabral fala-nos

de si e de sua geração, da sua maturação como homem e militante anticolonial, facetas onde a influência do seu irmão Amílcar Cabral viria a ser sempre marcante. Relata-nos factos e situações ocorridas durante a Luta (assim mesmo com “L” maiúsculo se referem os guineenses à guerra de libertação que conduziu à independência do seu país), contatos peripécias e “estórias”, algumas muito belas, que ajudam a perceber a História e a melhor conhecer os personagens que as viveram, muitos dos quais viriam a sucumbir no combate.

Pena é que, conscientemente, sobre certos temas ou episódios se escude num silêncio cauteloso, ou sobre eles emita opiniões demasiado ambíguas ou diplomáticas. Luis Cabral afirma “não ter ainda chegado o momento de dizer toda a verdade...”

Mas poder-se-á culpar o leitor de, por exemplo, pretender saber a opinião que Sekou Touré (defensor da “Grande Guiné”) fazia de Amílcar Cabral e da luta na então vizinha colónia portuguesa?

Poder-se-á levar a mal que o leitor pretenda conhecer quais as razões que levariam o chefe das forças coloniais na Guiné-Bissau – Spínola – a contar com complicitades nas altas esferas do regime de Conacry quando ordenou a invasão à República da Guiné?

Não gostaria também o leitor de se inteirar das circunstâncias que rodearam o dramático assassinato do grande líder guineense e africano Amílcar Cabral?

Ainda assim aconselhamos vivamente a leitura desta “Crónica da Libertação”, muito embora o autor oculte “toda a verdade” sobre a Luta na antiga colónia portuguesa.

Aguardemos com esperança outros livros, outros testemunhos, novas contribuições. (*Baptista da Silva*)



CONTINUAR CABRAL
Simpósio Internacional Amílcar Cabral
Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983

“CONTINUAR CABRAL” Grafedito/Prelo/Estampa – Lisboa, 1984

Entre 17 e 20 de Janeiro de 1983, decorreu na cidade da Praia, Cabo Verde, um simpósio internacional consagrado à obra e pensamento de Amílcar Cabral, fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana. Vinte meses passados, e também desta vez por iniciativa do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), sai do prelo um grosso volume (705 pp) onde foram incluídas as diferentes intervenções que tiveram lugar naquele importante fórum sobre Cabral. Obra de inegável valor, elemento precioso de consulta para todos aqueles que se interessam pela figura e pela obra de Amílcar Cabral, lamenta-se apenas em “Continuar Cabral” a não inclusão dos debates que tiveram lugar após cada intervenção dos cerca de 70 participantes, entre os quais se encontravam alguns dos mais destacados especialistas sobre assuntos africanos.

A memória e o pensamento de Amílcar Cabral continuam vivos e, evidentemente, não se esgotaram neste simpósio. Um outro, aliás, se anuncia para Dezembro próximo em Bissau, desta vez numa organização do PAIGC.

O legado teórico de Amílcar Cabral é não só africano mas universal, e todas as contribuições para o seu aprofundamento e divulgação são, justamente, de louvar.

No extremo ocidental da Europa mas no centro de um mercado mundial



Portucel
no centro do mercado mundial
uma indústria ao serviço
da nossa economia

Investimos no desenvolvimento
exportamos qualidade
criamos riqueza

Portucel
pastas para papel
papel
embalagens

Portucel
um fornecedor seguro
para uma indústria sem fronteiras

Portucel... mesmo no centro de um mercado mundial



PORTUCEL

EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DE PORTUGAL E.P.

A primeira feira internacional desde a independência

A crise das relações entre Luanda e Lisboa prejudicam a presença de empresas portuguesas no certame da capital angolana

Entre 10 e 19 de Novembro decorre, em Angola, a Feira Internacional de Luanda (FILDA). A organização do certame cabe à empresa estatal FICOM, a quem pertence a responsabilidade de organizar em Angola todas as feiras de carácter internacional.

A FILDA 84 é a primeira grande feira comercial e industrial que se realiza desde a inde-

pendência e nela deverão estar presentes, entre outras, representações oficiais de praticamente todos os países socialistas do Leste europeu, Cuba, China, bem como um elevado número de empresas provenientes de todo o mundo.

Dos países socialistas da Europa, o maior pavilhão será o da União Soviética com uma área de 471 metros quadrados, se-

guindo-se-lhe por ordem decrescente de área o da Jugoslávia, República Democrática Alemã, Checoslováquia, e Roménia. China e Cuba apresentarão um pavilhão com sensivelmente a mesma área: 216 m². Vários países africanos estarão presentes, destacando-se entre eles, a República Popular de Moçambique que terá um pavilhão de 108 m². É quase certo também que entre as presenças mais representativas e destacadas se encontrarão as empresas portuguesas, a maior parte das quais já mantêm relações comerciais com o mercado angolano. Conta-se que estarão presentes mais de trinta empresas portuguesas ligadas a diferentes sectores de actividade, desde o alimentar e vinhos à construção civil, mobiliário, metalúrgico, têxtil ou ar condicionado.

Dezenove destas empresas integrarão um enorme pavilhão de 900 m² de área bruta numa representação colectiva que contou com a coordenação da empresa mista luso-angolana Vesper. As restantes deverão contar com pavilhões próprios. Empresários portugueses ligados a algumas dessas empresas que irão estar presentes na FILDA confirmaram-nos que a representação portuguesa seria ainda maior caso não existissem "os litígios existentes nas relações entre Portugal e Angola", o que teria levado — segundo eles — a que o Instituto do Comércio Externo Português (ICEP) não tivesse sido convidado pelas autoridades angolanas.

Empresas angolanas presentes

No que respeita às potencialidades da economia angolana, elas serão largamente exibidas para todos aqueles que visitarem a FILDA 84. De facto, todas as grandes empresas angolanas estarão presentes com stands próprios, o maior dos quais pertence ao Ministério do Petróleo e à Sociedade Nacional de Combustí-



Toda a potencialidade da economia angolana estará presente na FILDA 84

vel (SONANGOL), com uma área aproximada de 1.026 m².

Desde a independência que os dirigentes angolanos, particularmente os mais directamente ligados às áreas económicas, desejavam poder retomar, em Luanda, a realização da FILDA. A ideia era recuperar um certame que ganhara já uma certa projecção e tradição durante o tempo do colonialismo. Trata-se agora de o perspectivar em novos moldes, colocando-o ao serviço do esforço de desenvolvimento da Angola independente.

A última FILDA teve lugar em 1973 e de então para cá nunca tinham sido reunidas as condições para concretizar uma iniciativa de tal envergadura, dada a mobilização para o combate à agressão e ocupação sul-africanas do sul do território angolano.

Uma feira deste tipo não exige apenas de um espaço físico, que já existia. São necessárias para a sua realização, além da es-



Grande parte das reservas petrolíferas de Angola ainda não estão detectadas

trutura física quadros humanos e diversas actividades. A FILDA deste ano poderá apresentar ainda algumas deficiências. A mais visível é a limitação da participação de empresas e organismos que se querem fazer representar. Mas as dificuldades de es-

paço e de infra-estruturas hoteleiras para abrigar toda a gente que visitará Luanda por essa ocasião impedem aceitar todas as propostas. Mas a FILDA 84 é o arranque para a realização de novos certames deste género. (Baptista da Silva)



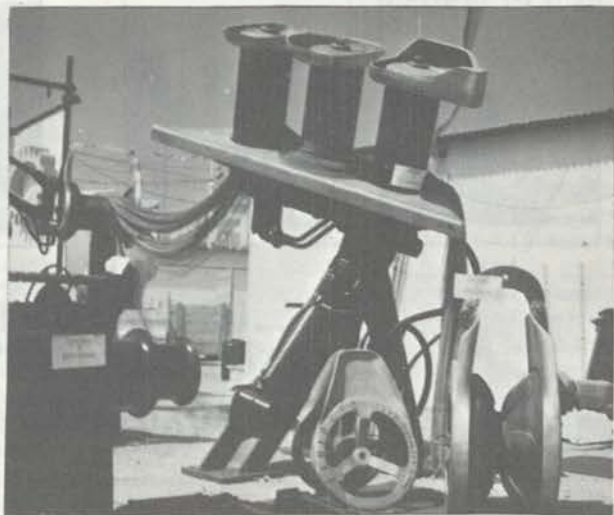
NAVIPA

INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS NAVAIS, LDA.

Fabricante exportador
de todo o tipo
de equipamento de pesca

Telefone: 804444 - 806140
Telex 43571 NAVIPA P
LISBOA PORTUGAL

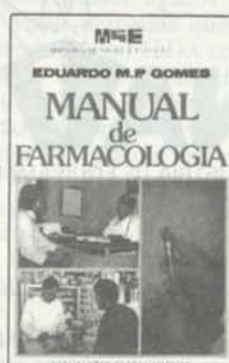
Símbolo de Assistência e Garantia



**PORQUE PENSAMOS QUE A CULTURA DE UM POVO
É FACTOR DE PROGRESSO...**



**... OS NOSSOS LIVROS
PROCURAM ABRANGAR TODOS OS
RAMOS DO SABER. DOS LIVROS
CIENTÍFICOS AOS MANUAIS
PRÁTICOS, DAS GRANDES OBRAS
DE LITERATURA ÀS OBRAS
DE DIVULGAÇÃO...**



**... OS NOSSOS LIVROS
ESTÃO MAIS PERTO DE SI
E SÃO AUXILIARES PRECIOSOS**



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
APARTADO 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX - PORTUGAL





O presidente Alfonsín, na abertura da conferência em Mar del Plata

Latino-americanos exigem negociação política em 85

Os onze governos mais endividados do continente aumentam as pressões sobre os credores ao exigirem um diálogo político no primeiro semestre do próximo ano

Horacio Verbitsky

Os 11 países do Consenso de Cartagena (ver *cadernos* nº 68, Agosto 84) resolveram, em Mar del Plata (Argentina), "convidar governos de países industrializados para um diálogo político directo que seria preferencialmente realizado no primeiro semestre de 1985", e assinalaram que esse encontro entre "credores e devedores é imprescindível para a compreensão total do problema e para se chegar a um entendimento. A falta de diálogo impediria pôr em marcha a cooperação necessária entre as partes para resolver conjuntamente a crise".

A declaração foi divulgada a 14 de Setembro passado. Três dias depois, dia 17, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, declarou que o único foro apropriado para o tratamento multilateral da dívida externa latino-americana (de 350 mil milhões de dólares) era o Comité de Desenvolvimento do Banco Mundial. "Dissemos que apoiamos a discussão caso por caso e que manteremos as consultas bilaterais. Não há mais nada a dizer", concluiu Donald Regan. Em Londres, o ministro das Finanças britânico, Nigel Lawson, adoptou a mesma posi-

ção, considerando injusto um tratamento especial para os devedores latino-americanos e encaminhando-os "cordialmente" para o Fundo Monetário Internacional.

Deste modo, as duas partes reproduziram um esquema que se mantém sem variações substanciais desde 1982, quando o México "furou" as regras estabelecidas pelo sistema financeiro internacional, ao anunciar uma moratória unilateral.

A partir daí, os bancos restringiram drasticamente a renovação de créditos aos países da América Latina, enquanto exigiam o pagamento pontual de todos os vencimentos. Consequência: saldo líquido de 30 mil milhões de dólares de capitais exportados pela região em 1983, caindo, com poucas excepções, numa recessão generalizada, aumento da taxa de desemprego, com conflitos sociais que as revistas norte-americanas reproduzem em grandes fotografias a cores. O ministro dos Negócios Estrangeiros argentino ironizou o facto, chamando-o de Plano Marshall de sinal contrário.

As duas estratégias

A cimeira dos sete grandes países industrializados do Ocidente decidiu em Williamsburg em 1983 o tratamento bilateral, caso por caso, da dívida externa latino-americana. Por seu lado, os latino-americanos — sob o peso do endividamento incontrolável e do impacto da atitude norte-americana nas Malvinas — começaram a coordenar os seus esforços, por iniciativa do então presidente do Equador, Oswaldo Hurtado. O peruano Jaime Alzamora, presidente do SELA (Sistema Económico Latino-Americano) e o uruguaio Enrique Iglesias, presidente da CEPAL (Conferência Económica para a América Latina), elaboraram um documento comum para coordenar a acção internacional dos países

terceiro mundo - 81

da região, descartando a negociação só com os bancos, para procurar também um diálogo com os países credores. O documento recomendou também a criação de um centro latino-americano de informação sobre o funcionamento externo para assessorar os governos na renegociação da dívida.

Em Janeiro deste ano, reuniram-se em Quito (ver *cadernos* nº 63, Fevereiro 84) os chefes de Estado (ou seus representantes) de 26 países da América Latina e Caraíbas, e ratificaram a validade das acções conjuntas e do acordo na tomada de posições para fortalecer a capacidade de resposta da região num diálogo político global com os credores. Porém, não puderam concretizar a proposta do SELA e da CEPAL. Em vez de criarem um centro de informação ou um grupo coordenador com cinco ou sete países, como alguns propuseram, diluíram entre os diferentes organismos regionais as tarefas do ambicioso Plano de Acção aprovado.

O grupo coordenador formou-se de facto em 19 de Maio, quando os presidentes da Argentina, Colômbia, Brasil e México emitiram uma declaração conjunta denunciando o sombrio panorama para as aspirações de desenvolvimento e as tendências democráticas, criada pelos sucessivos aumentos da taxa de juros preferencial (*prime rate*) nos Estados Unidos e as simultâneas medidas proteccionistas, e convocaram uma reunião dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças. A 6 de Junho, os mesmos presidentes, mais os do Equador, Peru e Venezuela, enviaram uma enérgica carta aos governos dos países mais industrializados do Ocidente.

Alfonsín, Figueiredo, Betancur, Hurtado, De La Madrid, Belaúnde e Lusinchi reivindicaram um diálogo construtivo entre devedores e credores, e propuseram

abordar "de maneira integrada e coerente os problemas da economia mundial, reconhecendo as inter-relações que os vinculam num mundo interdependente". Negaram a ideia de que os problemas só podem ser resolvidos "através do contacto com os bancos ou a participação isolada dos organismos financeiros internacionais", invocaram "critérios de justiça e equidade" para a "definição de políticas e acções integradas nos campos do financiamento, da dívida e do comércio", dentro de "um esquema de responsabilidade compartilhada".

Suaviter in forma sed fortiter in re, (do latim: suave na forma, duro no conteúdo) o documento não comoveu Reagan, Thatcher, Mitterrand, Craxi, Trudeau, Nakasone e Kohl, que três dias depois da cimeira (em Lancaster House, Londres), ratificaram que cada caso deve ser tratado separadamente, defenderam o papel do FMI como auditor, exaltaram as políticas de reajustamento — quanto mais dolorosas melhor — e prometeram generosidade nos prazos e nas taxas de refinanciamento àqueles que demonstrassem maior coragem para apertar os cintos dos governados.

Apesar da dura declaração de Londres e das pressões diplomáticas exercidas sobre os onze latino-americanos, e que Belisario Betancur denunciou no seu discurso de abertura, o Consenso de Cartagena atreveu-se a insistir na "consideração política da questão da dívida a nível internacional" e a exigir "mudanças na política económica de alguns países industrializados", numa clara alusão aos Estados Unidos. Além disso, concordou em criar a Secretaria Permanente do Comité de Acompanhamento da Dívida Externa Regional, que não tinha podido ser formada em Quito devido à oposição mexicana.

A declaração sublinhou "as consequências políticas e sociais"

da dívida e a "co-responsabilidade de devedores e credores", e pediu a "drástica e imediata redução das taxas de juros", além da renegociação plurianual dos vencimentos.

Sobem os juros

Menos de 48 horas após a reunião de Cartagena, os bancos norte-americanos elevaram novamente as taxas de juros de 12,5% para 13% ao ano, aumentando o pagamento de juros da América Latina numa cifra que varia entre três a cinco mil milhões de dólares a cada 12 meses.

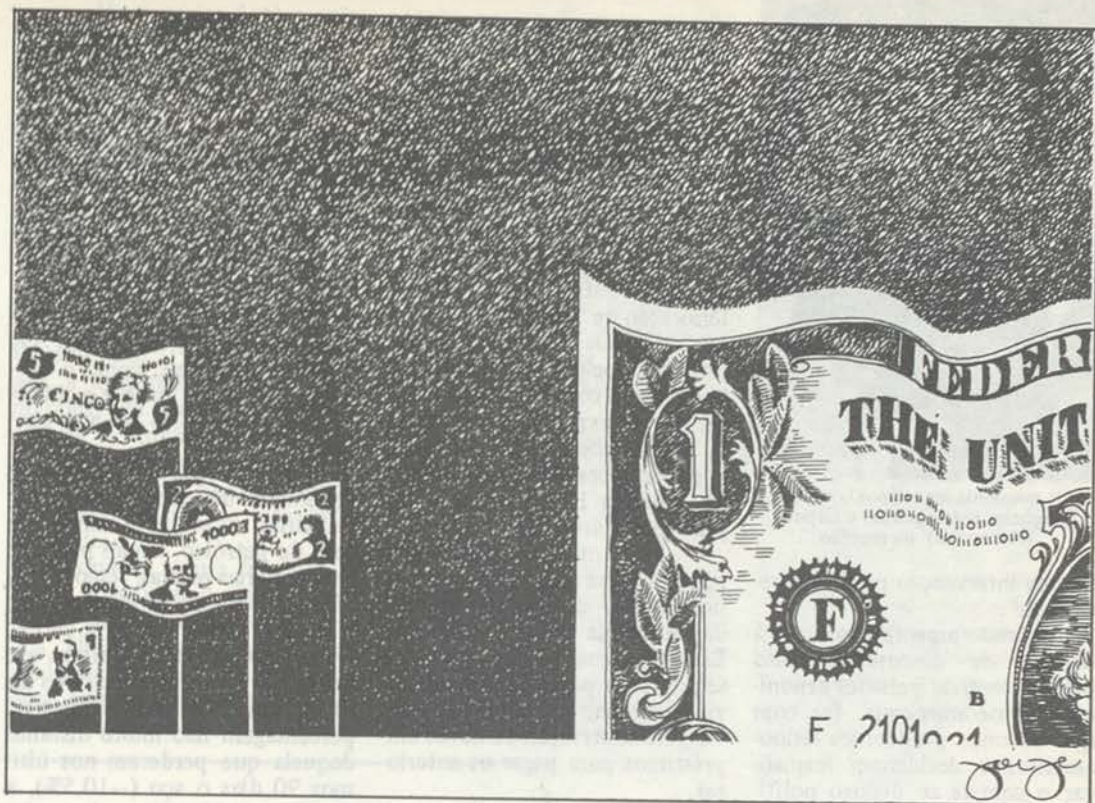
Houve quem interpretasse a medida como uma resposta directa ao Consenso, do tipo "dobro a aposta e vamos ver quem ganha". Outros entenderam que ela obedecia à lógica interna da política económica dos Estados Unidos. As letras do Tesouro norte-americano estavam colocadas a 12,5% (taxa passiva), de maneira que a única opção para um aumento da taxa activa¹ era acabar com o *spread* bancário. Foi como uma bofetada. Como a inflação nos EUA (tomando o mês de Junho como referência) foi de apenas 2% nos últimos 12 meses, a taxa nominal de 13% equivale a uma taxa real de 11%, a mais alta desde a segunda metade do século, e dez vezes maior do que a taxa média das décadas de 60 e 70.

O ponto 23 do Consenso de Cartagena declarou a disposição dos signatários de se reunirem com os países credores, mas não formalizou o convite porque o ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro, Saraiva Guerreiro, defendeu a realização de sondagens prévias para evitar o risco de um impasse.

Em Agosto, o Mecanismo de

¹Taxa passiva — a taxa de valorização dos títulos públicos.

Taxa activa — taxa de juros dos empréstimos bancários.



Acompanhamento e Consulta realizou uma sessão em Buenos Aires mas não discutiu este ponto, que ficou adiado para a reunião ministerial de Mar del Plata.

Entretanto, os Estados Unidos e Grã-Bretanha não esconderam o seu desagrado diante do possível convite e exerceram todo o tipo de pressões sobre as representações diplomáticas latino-americanas. Em Washington, o secretário de Estado adjunto para assuntos latino-americanos e ex-embaixador no Brasil, Anthony Langhorne Motley, chamou um a um os embaixadores dos onze países para comunicar o veto norte-americano à reunião entre credores e devedores. A dois meses das eleições presidenciais, a última coisa que Reagan desejaria seria abrir um debate sobre a dívida latino-americana, porque qualquer concessão dos bancos aos seus devedores acabaria por ser paga pelos contri-

buintes norte-americanos, através de uma maior carga fiscal. Os republicanos procuram evitar a acusação de serem o governo dos ricos, mas como isso é uma realidade, tão-pouco se interessam por uma solução que antecipadamente implique perdas para os bancos. Em Londres, Margareth Thatcher reiterou em carácter privado aos latino-americanos, o que já havia dito em público no encerramento da conferência de cúpula dos sete: *Não, não e não.*

Prêmios e castigos

Por outro lado, desde Lancaster House, os países industrializados colocaram em prática uma estratégia divisionista da frente adversária, favorecendo a renegociação mexicana e brasileira e endurecendo a sua posição em relação à Argentina.

No discurso de abertura da

reunião de Mar del Plata, o presidente argentino encarou de frente essa situação ao assinalar a instauração de "um mecanismo de prêmios e castigos para debilitar a solidariedade regional" e afirmou que "o fantasma de uma interrupção dos pagamentos só foi afastado até agora à custa do empobrecimento dos nossos países" e que "o serviço da dívida significou no ano passado cerca de um terço das exportações e mais de 3% do produto da região". Raúl Alfonsín lembrou que, na década passada, as Nações Unidas decidiram que os países avançados deveriam destinar 1% do seu produto nacional para os países em desenvolvimento, mas na prática foram as nações do Sul que mandaram dinheiro para os ricos do Norte, e não 1% mas 3% ao ano. "Esta situação não é passageira — defendeu ele — sobretudo se se pensar que ela vá ser resolvida por si mesma e que ne-



Os ministros argentinos Grispun (Negócios Estrangeiros) e Caputo (Economia) na reunião

nhuma intervenção pública é necessária".

A pressão argentina, somada à reacção de descontentamento pelas ostensivas pressões britânica e norte-americana, fez com que os onze presidentes latino-americanos decidissem formalizar o convite ao diálogo político. Já tinham sido feitas sondagens com os sete participantes da reunião de Lancaster House e com outros países industrializados da Europa: Áustria, Espanha, Suécia e Holanda, e esperava-se desta forma pressionar, indirectamente, Washington e Londres.

A armadilha do reajuste

A aplicação simultânea a 40 países das antigas receitas de reajuste do FMI, projectadas não para uma crise global, mas para desequilíbrios transitórios e individuais, produziu resultados catastróficos nas economias envolvidas, e muitos benefícios para os Estados Unidos.

Os efeitos do reajuste nas economias latino-americanas são altamente expressivos, segundo o relatório anual do Banco Mundial:

— entre 1983 e 1984, o PIB (Produto Interno Bruto) global

da região caiu em 3,4% e o PIB *per capita* em 6%, no terceiro ano consecutivo de queda. O nível actual é o de 1976.

— As piores quedas do PIB por habitante afectaram o Peru (14,3%), Bolívia (8,7%), Brasil (7,1%), Equador e Uruguai (6,3%) e México (4,7%).

— A relação de intercâmbio da região sofreu uma nova deterioração de 7%.

— 16 dos 28 países americanos estabeleceram acordos de austeridade com o FMI, para aumentar as exportações e reduzir as importações, o que provocou a maior recessão e desemprego na América Latina desde a depressão dos anos 30.

— Mediante este sacrifício a região obteve um *superavit* sem precedentes de 31 mil milhões de dólares na balança comercial. Esta economia forçada não deu sequer para pagar os juros da dívida externa, que aumentou em 7% pela contracção de novos empréstimos para pagar os anteriores.

Estes países, ao procurarem exportar mais, todos ao mesmo tempo, só conseguiram uma queda espectacular no preço dos seus produtos. A Argentina, com a sua produção de cereais, não foi tão prejudicada pelos preços do trigo (que diminuíram em 0,6% no último ano e em 1,6% se considerarmos o último trimestre) como pela produção norte-americana que recuperou parte das posições perdidas no mercado soviético. O cobre e o açúcar atingiram os níveis mais baixos desta década, o que explica que governos tão diferentes como os do Chile, Peru e República Dominicana figurem entre os "duros" no Consenso de Cartagena, e Pinochet ameace com a suspensão de pagamentos. O preço do açúcar é hoje a décima parte do que em 1974. As exportações peruanas e chilenas de cobre perderam 23,6% do seu valor no último ano e 12,5% no último trimestre.

O colapso é geral. O preço de 332 dólares que se paga actualmente por cada onça de ouro constitui o valor mais baixo em dois anos, com uma perda de 19% num ano. Iludidos pelos altos rendimentos financeiros, os investidores abandonam o ouro e outras mercadorias com valor especulativo e as empresas reduzem os seus «stocks» de matérias-primas devido ao alto custo financeiro para mantê-las. Os «stocks» de metais, como o alumínio, a prata, o zinco e o chumbo caíram em 40% no ano passado.

A importância dos países que dependem das suas exportações primárias é evidente ainda no caso do petróleo, a mais preciosa das matérias-primas, cujos produtores formam presentemente o mais eficiente cartel, a OPEP. Os preços do *crude* caíram em quase 7% no último ano, e os do *diesel* em 15% num trimestre, percentagem não muito distante daquela que perderam nos últimos 90 dias o aço (-10,5%), a madeira (-18,4%), a borracha (-16,9%) ou o algodão (-18,2%).

O subsídio aos Estados Unidos

A economia norte-americana beneficia com a superoferta e a baixa de preços, o que lhe permite combinar expansão com deflação, justamente o contrário da inflação com recessão, que atinge os países latino-americanos em geral.

Entre 1973 e 1983, os Estados Unidos criaram 14 milhões de novos empregos (13,2%) e reduziram o desemprego a 7,5%, enquanto a Europa perdia três milhões de empregos (-2,9%) e o desemprego ultrapassava os 10% em todos os países, com valores perigosos próximos a 15% na Grã-Bretanha e Itália. Isto significa tensões sociais, greves, manifestações de rua e derrotas eleitorais dos partidos governamentais, como se verificou na recente eleição para o Parlamento Eu-

ropeu. Na América Latina existem 170 milhões de desempregados com todas as consequências políticas, sociais e morais, que daí advêm.

Contrariamente à ideia generalizada, nem a tecnologia de ponta do *Silicon Valley* (informática, *robots*, aeronáutica, genética) nem as indústrias tradicionais, pesadas ou leves, nem a construção civil, explicam o auge do emprego nos Estados Unidos. Em 1984, por exemplo, a indústria empregou 19,6 milhões de norte-americanos, ou seja 1,5 milhões a menos que em 1979, e apenas 13% dos postos de trabalho foram produzidos em empresas de tecnologia de ponta.

Segundo a revista *Inc*, as 100 firmas que tiveram maior crescimento no último ano nos Estados Unidos, empregaram uma média de 506 trabalhadores cada uma, com um aumento de 835% nos últimos cinco anos. E, de

acordo com a *Fortune*, as 500 maiores empresas industriais reduziram a sua mão-de-obra em 10% (2,2 milhões de trabalhadores) no mesmo período.

Onde ocorre então a expansão de postos de trabalho? Nos serviços, que empregam 3,5 vezes mais trabalhadores que a indústria. Entre 1979 e 1982, aumentaram em 20% os empregos para os artistas, escritores e animadores e existem já 50 mil instrutores desportivos. O maior aumento de trabalhadores na década de 70 ocorreu entre os empregados de *snack-bar* (2 milhões), secretárias (um milhão), caixas (556 mil) e enfermeiras (501 mil). Ou seja, empregos não produtivos.

Contudo, nenhuma dessas questões foi mencionada na declaração final de Londres, nem atraiu o interesse do FMI embora todos saibam que a origem do problema é o indecoroso gasto militar norte-americano (300

mil milhões de dólares em 1985), chave central do défice orçamental de 200 mil milhões de dólares, cujo financiamento com crédito no mercado de dinheiro eleva as taxas de juros e a transferência de receitas do resto do mundo para os Estados Unidos.

Compreende-se que não interesse a Reagan falar do assunto nos dias que antecedem a sua reeleição, que deverá em grande parte ser resultante deste generoso subsídio que o Terceiro Mundo e a Europa lhe pagam.

É possível, em compensação, que aceite sentar-se à mesa das negociações depois do dia 6 de Novembro, nem que seja só para dizer não, com o seu melhor sorriso. Se assim for, em Santo Domingo, no início de 1985, os onze de Cartagena enfrentarão a hora da verdade. A inutilidade dos raciocínios persuasivos ficará estabelecida e surgirá a necessidade de fazer algo mais do que discursos.

sema - metra

- GRUPO INTERNACIONAL de Consultores
- Implantados em mais de 60 Países (20 em África)
- Com mais de 1.200 Consultores

OS NOSSOS SERVIÇOS

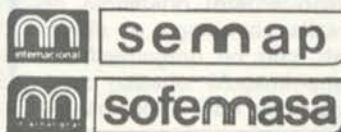
■ SISTEMAS INFORMATIZADOS CHAVE-NA-MÃO APLICADOS:

- ▲ CONTABILIDADE
- ▲ GESTÃO DE STOCKS
- ▲ RECURSOS HUMANOS

(Inclui fornecimento de equipamento, programas e consumíveis)

■ ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS

- ▲ ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
- ▲ QUALIFICADOR
- ▲ FORMAÇÃO DE QUADROS
- ▲ AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
- ▲ ANÁLISE E DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES



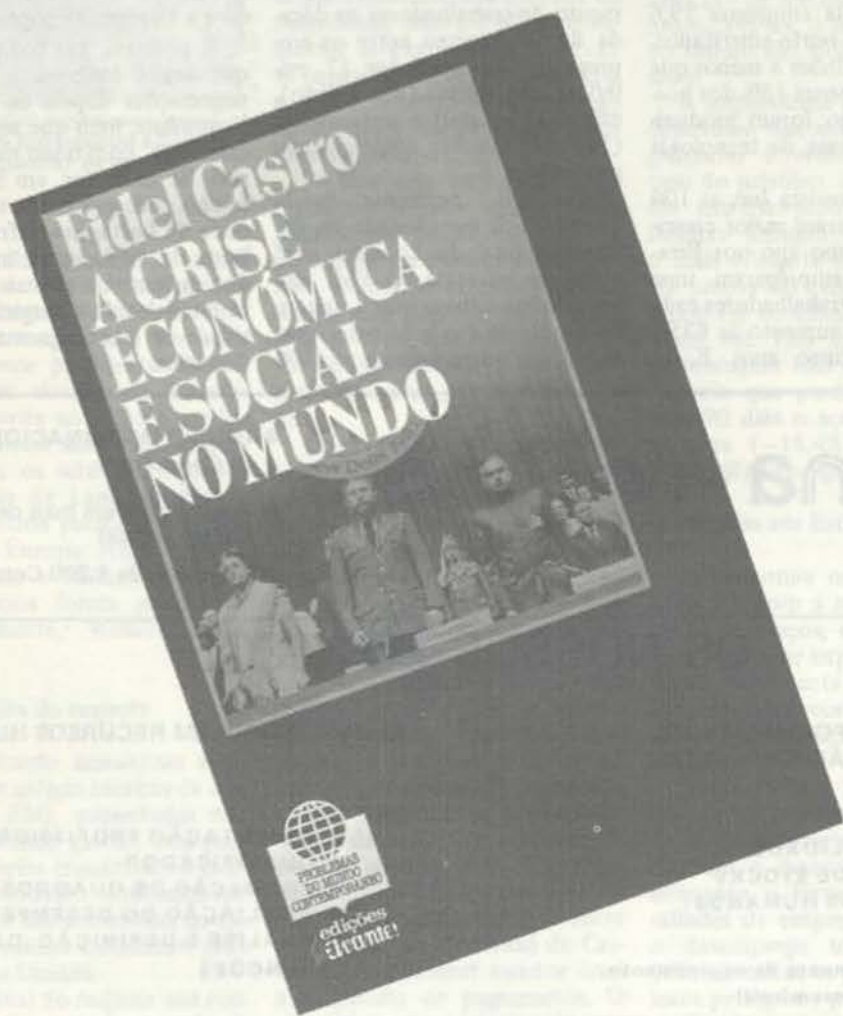
Solicitem informações complementares a:

Ed. Castil, R. Castilho, 39-13.º G 1200 LISBOA
Telex 43667 SEMAP-P — Telefones 52 01 88 — 53 78 34

Torre de Madrid, 10-6 MADRID
Telex 45637 SOFM-E — Telefones 2489608/07/06

«A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO»

«Livro muito importante cujas informações e lições são de grande actualidade.»



edições
Avante!

**ZIMBABWE:
A AGRICULTURA RECUPERA**



O Ministério da Agricultura do Zimbabwe anunciou que o país precisará importar nos próximos meses apenas metade do que necessita para o seu consumo interno. A recuperação da agricultura do Zimbabwe ocorre após três anos consecutivos de seca, que transformaram o país de exportador em importador de cereais básicos, principalmente milho. A agricultura representa 18% do PNB do Zimbabwe, ou seja 45% das exportações e um terço das receitas externas do país. A melhoria da safra permitirá que o governo importe apenas 180 mil toneladas de cereais, com uma economia de aproximadamente 50 milhões de dólares. Se as previsões forem confirmadas, a agricultura do Zimbabwe atingirá em 1985 um nível ligeiramente superior ao das exportações de 1980, quando o país se tornou independente e apresentou uma safra recorde.

**MOÇAMBIQUE:
A ENTRADA NO FMI**

O governo moçambicano foi aceite como 148º membro do Fundo Monetário Internacional na reunião do organismo realizada em Washington no final de Setembro passado. Moçambique passou também a fazer parte do

Banco Mundial, o que habilitou o país a receber créditos e financiamentos para reequilibrar a sua balança de pagamentos. O acordo com o FMI foi acelerado depois da assinatura em Março passado, do acordo de Nkomati, com a África do Sul.

Os entendimentos com o Fundo e com o Banco Mundial vão agora facilitar as negociações do governo moçambicano com investidores internacionais interessados em aplicar capitais na ex-colónia portuguesa. O governo norte-americano tinha prometido aumentar os financiamentos a Moçambique, caso esse país africano entrasse para o FMI.

**PORTUGAL:
CRÉDITO ÀS EX-COLÓNIAS**

As linhas de crédito abertas pelo governo de Portugal para as suas cinco ex-colónias na África atingem, no momento, um total de quase 500 milhões de dólares. Angola é o país que recebeu mais créditos do Banco de Portugal, com um total de 216 milhões de dólares. Seguem-se Moçambique (201 milhões), Cabo Verde (26 milhões), Guiné-Bissau (22 milhões) e São Tomé e Príncipe (9 milhões de dólares).

O governo moçambicano deve receber um crédito adicional de 43,5 milhões de dólares, o que o transformará no principal beneficiário dos empréstimos concedidos por Portugal em África e elevará o total de financiamentos concedidos às ex-colónias para cerca de 521 milhões de dólares. A Guiné-Bissau deve receber também um crédito de um milhão e meio de dólares através de uma operação tripartida na qual participam também os Estados Unidos. O mesmo sistema tripartido deve ser aplicado para um crédito a Moçambique, num valor ainda não fixado.

A LONRHO VOLTA À TANZANIA

A transnacional Lonrho prepara-se para reinvestir no mercado tanzaniano, seis anos depois de ter sido expulsa do país por actividades consideradas anti-patrióticas, e por colocar obstáculos à luta de libertação da África Negra. Os bens da Lonrho então nacionalizados, podem agora ser parcialmente devolvidos. A transnacional, que actua também no Zimbabwe, Namíbia, Zâmbia, África do Sul e Malawi, pretende investir entre 9 a 14 milhões de dólares principalmente no sector agrícola da Tanzânia. Quando foi expulsa do país, a empresa controlava 15 importantes instalações na área das plantações de chá e na indústria. O regresso da Lonrho faz parte dos projectos do governo Julius Nyerere visando atrair a participação de capitais estrangeiros para complementar a acção das empresas estatais socializadas na economia tanzania.

**ARGENTINA: ACORDO COM
O FUNDO É INSUFICIENTE**



O governo argentino vai necessitar de mais dez mil milhões de dólares nos próximos dois anos para poder saldar débitos externos de curtíssimo prazo. O restante da dívida de 45 mil mi-

lhões de dólares da Argentina começará a ser pago no final da década de 80 ou no começo dos anos 90, depois do acordo firmado no final de Setembro passado entre o governo do presidente Raúl Alfonsín e o Fundo Monetário Internacional.

O acordo foi obtido após 10 meses de intensas negociações, através das quais a Argentina tentou resistir de todas as formas à aceitação das imposições recessivas aplicada pelo Fundo a todas as nações endividadas. O recuo do governo Alfonsín não foi total, mas mesmo assim ele terá que reduzir as despesas públicas, conter os aumentos salariais, reduzir as importações e intensificar as exportações. De imediato, o FMI autorizou um crédito de 1,4 mil milhões de dólares e deu o sinal verde para que os bancos internacionais negociem novos empréstimos para a Argentina.

AAÇÚCAR: DURO GOLPE NA AMÉRICA CENTRAL



A decisão norte-americana de reduzir as quotas de açúcar importado da América Central fará com que vários países, entre eles as Honduras e El Salvador, enfrentem enormes dificuldades na sua balança comercial. As Honduras ficarão com 60% da sua produção de 200 mil toneladas sem mercado, já que os Estados

Unidos comprarão em 84/85 apenas 50 mil toneladas. No caso de El Salvador, a redução da quota norte-americana foi de 15,4%. A decisão dos EUA de diminuir as compras de açúcar atinge directamente as economias de 41 países do Terceiro Mundo, que enfrentam grandes problemas na sua balança comercial já que os preços do produto atingiram o nível mais baixo dos últimos 20 anos no mercado internacional.

A EUROPA DEVE MAIS DO QUE A AMÉRICA LATINA

Apesar da imprensa ocidental classificar os latino-americanos como os mais endividados do mundo, a realidade mostra o contrário. Segundo um informe do *American Express Bank*, a dívida externa dos países europeus ocidentais é de 490 mil milhões de dólares, enquanto a totalidade dos países da América Latina atinge cerca de 350 mil milhões de dólares.

O endividamento europeu é considerado uma consequência da política económica do governo Reagan, que através do aumento das taxas de juros atraiu para o sistema bancário norte-americano uma enorme soma de recursos. Os europeus, foram assim obrigados a contrair empréstimos nos bancos norte-americanos para resolver problemas imediatos, face à ausência de capitais disponíveis.

O país europeu mais endividado é a Alemanha Federal (76,8 mil milhões de dólares), seguindo-se a Grã-Bretanha com 65,5 mil milhões. Mas ao contrário da América Latina, os países capitalistas da Europa têm fortes reservas monetárias, o que diminuiu o total da dívida líquida (empréstimos menos reservas).

SUPERÁVIT MEXICANO

A balança comercial do México registou um *superavit* de sete mil e setenta e dois milhões de dólares no primeiro semestre deste ano, marcando um aumento de 6,7% em relação a igual período no ano passado. As exportações entre Janeiro e Junho totalizaram 11,7 mil milhões de dólares e as importações 4,6 mil milhões. O crescimento das vendas externas foi provocado basicamente pelo aumento das exportações de produtos não petrolíferos, que registaram um acréscimo de 34,5%, especialmente no sector agropecuário (algodão, feijão, legumes e hortaliças) e na indústria extrativa (cobre, zinco e sal). Entre as exportações manufacturadas, os melhores índices foram obtidos pelo camarão congelado, café e têxteis. As exportações petrolíferas cresceram 7,1%.

RECORDE AGRÍCOLA NA ÍNDIA

A safra agrícola da Índia no período 83/84 registou uma produção total da ordem de 151 milhões de toneladas de cereais, a mais alta de toda a história do país. A meta fixada pelo governo indiano era de 142 milhões de toneladas. O recorde registado na actual safra representa um aumento de 17% em relação à produção agrícola de 1982/83. O sector que registou melhor comportamento foi o das oleaginosas. Apesar da safra excepcional, classificada pelas autoridades como uma "verdadeira segunda revolução verde", focos de fome endémica continuam em várias regiões da Índia devido a problemas na distribuição de alimentos, bem como à prioridade dada pelo governo às exportações de cereais.



Fundada em 1930



A FOC ESTÁ PRESENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO DA EMPRESA ANGOLANA DE INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO METÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IMPORTANTES EMPREENDIMENTOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO ● EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO
● EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES ● MOBILIÁRIO DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL



**artes
gráficas**



- LIVROS E FICHAS ESCOLARES
- CADERNOS ● BLOCOS ESPECIAIS
- AGENDAS ● EMBALAGENS
- CATÁLOGOS.

RUA ALMIRANTE GAGO COUTINHO — TELEX 43863 — 2640 MAFRA — PORTUGAL

Vaticano e Casa Branca

Uma estranha aliança

A ofensiva da Santa Sé contra a chamada "teologia da libertação" faz parte de um esforço político mais amplo para tentar impedir transformações sociais no Terceiro Mundo

Manfred von Conta*

Padres que aconselham camponeses a resistir à expulsão das suas terras; freiras que reúnem nos bairros-de-lata das grandes cidades latino-americanas a população que protesta contra a negligência das autoridades; missionários que explicam aos trabalhadores das plantações de açúcar e café as leis sindicais e o funcionamento dos sindicatos, além da bíblia; bispos que fornecem advogados aos sequestrados e desaparecidos e denunciam no estrangeiro assassinatos e torturas nos calabouços dos quartéis. Tudo isto são factores sérios de desestabilização da segurança e da ordem das estruturas de poder existentes.

Os conselheiros de Reagan, que traçaram em Maio de 1980, no chamado "Documento da Santa Fé" (ver *cadernos*, nº 38, Novembro 81), as linhas mestras da futura política para a América Latina do seu candidato à presi-



O "Tio Sam" e o papa: favores mútuos contra a "teologia da libertação"

dência dos Estados Unidos, acharam por isso necessário combater a divulgação da "teologia da libertação" no clero latino-americano.

Mas só agora, quatro anos depois, quando Ronald Reagan se candidata à reeleição, essa posição foi adoptada também pelo Vaticano. No dia 7 de Setembro a Santa Congregação para a Dou-

trina da Fé abriu, sob a presidência do cardeal alemão Josef Ratzinger, um processo inquisitório contra o franciscano brasileiro Leonardo Boff. O teólogo, de 46 anos, é acusado de graves erros e de uma interpretação errada da bíblia — tomando no banco dos réus o lugar de todos os padres que vêem Cristo não apenas como um símbolo meta-

* O autor é correspondente no Brasil da revista alemã *Stern*.

físico duma salvação eterna, mas que interpretam também a sua resistência contra o exército de ocupação romano como um apelo eterno à resistência contra qualquer forma de arbitrariedade e abuso de poder no aqui e agora. Com o franciscano Boff são acusados todos aqueles que vêem no êxodo dos judeus da escravidão egípcia um sinal de que a palavra bíblica da "redenção" também significa "libertação": libertação de uma exploração, repressão e perseguição totalmente terrenas.

A volta aos "bons velhos tempos"

A decisão de processar um teólogo latino-americano em lugar de toda a "teologia da libertação" é um dos inúmeros factos com os quais o papa João Paulo II e Ronald Reagan se aproximaram nos últimos três anos no seu afã de estabelecer uma restauração religiosa e política. Essa aproximação levou no princípio de 1984, a primeira vez neste século, a uma troca de embaixadores entre Washington e o Vaticano. Tanto Reagan quanto o papa têm o mesmo desejo: fazer voltar o mundo aos anos 50. Naquela época, os Estados Unidos podiam usar ilimitadamente o seu monopólio absoluto de grande potência — e a autoridade eclesiástica do Vaticano ainda não tinha sofrido as reformas do Segundo Concílio (1962-65).

Neste caminho comum, um dos pontos mais importantes foi o apoio que o Vaticano ofereceu ao esforço do presidente dos EUA para impedir uma condenação da sua política armamentista nuclear pela comunidade dos 285 bispos católicos norte-americanos: o cardeal Ratzinger e o secretário do Estado do Vaticano Casaroli trataram de influenciar as discussões internas dos bispos sobre a carta pastoral, publicada em Março de 1983. Transmitem

1984 — Novembro — no. 71



A autoridade papal ficou abalada com as reformas do Concílio Vaticano II, em prol de uma igreja popular

ram aos bispos norte-americanos a preocupação do papa e dos bispos europeus, sobretudo dos alemães, de que uma condenação de qualquer uso primeiro de armas nucleares enfraqueceria o poder defensivo da NATO. Eram

contra a exigência de uma interrupção da fabricação de novas armas atômicas, apesar dos bispos considerarem o uso indiscriminado de meios nucleares destrutivos contra a população civil, como "crime contra Deus e a humanidade". Mesmo sob pressão, os bispos norte-americanos formularam a opinião de que uma guerra atômica não poderia ser considerada justa "por qualquer cristão". A surdez mostrada pela Conferência Nacional dos Bispos dos Estados Unidos frente às advertências do Vaticano foi, entretanto, respondida pelo papa com a nomeação de John O'Connor — velho capelão militar e veterano da guerra do Vietname como arcebispo de Nova Iorque, e do reaccionário Bernard Law, do Missouri, como bispo de Boston. A função dos dois foi a de

terceiro mundo - 91

opor o seu "realismo" às tendências pacifistas do clero americano. Reagan, por sua vez, colocou-se ao lado do papa na questão do aborto, e ameaçou a ONU com o cancelamento do financiamento aos projectos de política populacional, que permitissem a interrupção da gravidez como meio de controlo da natalidade.

Na troca de favores, o papa convidou os bispos de El Salvador, sacudido por uma revolução sangrenta, para uma visita a Roma, com o objectivo de contrariar a convicção de que a guerra civil seria motivada pela miséria crescente e pelo terror dos latifundiários. Para o papa, os responsáveis são os "agentes de Moscovo", que devem ser combatidos militarmente, a exemplo do que pensa Ronald Reagan. Depois da visita a Roma, os bispos salvadorenhes desistiram este ano da celebração tradicional do dia do assassinato do arcebispo Oscar Romero, venerado na América Latina como santo. Romero foi assassinado a 24 de Março de 1980, por um atirador do serviço secreto salvadorenho durante a celebração de uma missa, porque tinha pedido insistentemente aos EUA para cessar a sua ajuda militar ao governo e

entrar em negociações pacíficas com os rebeldes.

Outro favor prestado à Casa Branca foi a anulação de um acordo de 1981, que permitiu a quatro padres servir o governo revolucionário da Nicarágua como ministros e embaixadores, enquanto se abstivessem de exercer funções sacerdotais. Sob a ameaça de serem expulsos das suas ordens religiosas, os quatro já declararam a sua disposição de deixar o governo sandinista depois das próximas eleições. Todos eles são adeptos da "teologia da libertação" e opositores do arcebispo da Nicarágua, que não recebe advertências do papa quando faz colectas entre empresários norte-americanos para o financiamento da resistência anti-sandinista.

Mais graves para o futuro serão, porém, as consequências da decisão do papa João Paulo II de libertar os conservadores do clero romano para um ataque, há muito desejado, contra a "teologia da libertação". Essa decisão não só é um favor prestado a Ronald Reagan, como visa, sobretudo, esvaziar discretamente algumas das reformas mais importantes que o Concílio do Vaticano II realizou, em 1965, na organi-

zação e nos dogmas da igreja católica (contra o voto do homem, hoje papa, que pertencia à minoria conservadora do Concílio).

O Concílio continha uma rebelião disfarçada dos dois mil bispos reunidos em Roma contra o euro-centrismo da Cúria Romana. Documentos preparados pelos burocratas do Vaticano foram postos de lado em favor de propostas trazidas por eclesiásticos do Terceiro Mundo — entre eles o fundador da Conferência dos Bispos Brasileiros e Latino-Americanos, D. Helder Câmara — que significavam uma descolonização no seio da igreja católica. Os bispos do Terceiro Mundo conseguiram no Concílio o direito a uma independência maior de Roma. Os sacerdotes deixavam de ser obrigados a estudar diariamente o jornal do Vaticano para saber o que deviam pensar.

O Concílio deixava de lado a ideia, até então dominante, de que a "fé católica" seria uma colecção de doutrinas petrificadas e irrevogáveis, cuja santidade é supervisionada pela burocracia da Cúria Romana, juntamente com os donos do poder mundial ocidental. A partir de 1965, a humanidade pode ser vista pelos

cadernos do
**terceiro
mundo**

Assinaturas

Portugal

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Espanha (12 números)	900\$00
-----------------------------------	---------

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

católicos, como um rebanho de romeiros na busca de uma integração ainda indefinida nos pormenores. Para os fiéis foi aberta a oportunidade de uma participação activa na decisão de questões temporais nessa romaria humana eterna. Em vários aspectos não era mais preciso limitar-se ao consumo passivo de "verdades" decretadas em Roma.

Sobretudo na América Latina, esse abrandamento da ordem hierárquica e da disciplina da fé significou a oportunidade, muito desejada pela maioria do clero, de se libertar da aliança tradicional entre bispos, generais e latifundiários. A rápida implantação do capitalismo nas antigas colónias depois da II Guerra Mundial tinha produzido uma miséria crescente das massas, e conduzido a uma violência cada vez maior na resolução dos conflitos sociais. Até hoje faltam, na América Latina, aquelas instituições políticas que na Europa possibilitam um balanceamento pacífico dos interesses através de partidos, sindicatos e parlamento. Daí, a razão pela qual muitos padres desejavam a faculdade de dar a si mesmos e à sua comunidade uma resposta à pergunta — "como podem o cristianismo e o dia-a-dia muito duro dos pobres conviverem em harmonia?" — sobretudo depois que todas as esperanças depositadas nas reformas de cunho cristão-democrático fracassaram no Chile, Venezuela, Guatemala e El Salvador devido à resistência decidida e brutal das oligarquias dominantes. Muitos cristãos decepcionados já se tinham juntado à guerrilha, como Camilo Torres, que opinava ser obviamente necessário reagir violentamente contra uma injustiça mantida às custas de uma violência ainda maior.

A igreja popular

As liberdades dadas pelo Concílio Vaticano II tinham como consequência a possibilidade de

os bispos latino-americanos escolherem um meio termo entre violência revolucionária e espera passiva da eternidade. Na conferência de Medellín, em 1968, chegaram a uma interpretação da Bíblia, que identifica a igreja em primeiro lugar com os po-

ta — tinha levado a uma polarização dentro do clero. De um lado estavam os teólogos progressistas, como Gutierrez ou o alemão Karl Rahner, e que são a maioria na América Latina. Para eles, a vida da humanidade é um processo contínuo de mudanças



A condenação de João Paulo II à presença de padres sandinistas no governo nicaraguense não foi, mais tarde, acompanhada por qualquer crítica à comprovada acção contra-revolucionária de outros membros do clero. Na foto, o papa em Manágua com a Junta sandinista (Março, 83)

bres, camponeses, moradores dos bairros-de-lata, quase 80% da população latino-americana. A partir de Medellín os seguidores dessa linha serviram-se, guiados pelo padre Gustavo Gutierrez, de uma linguagem emprestada ao marxismo: chamaram o conflito de interesses entre os donos das plantações de algodão, café e cana e os camponeses de "luta de classes", e falaram do "imperialismo económico das nações industrializadas".

A grande massa dos católicos europeus nunca percebeu claramente que essa posição — que vê os problemas da religião não mais segundo a perspectiva da Europa Central, mas sim pela experiência diária terceiro-mundis-

nas relações de dominação nas estruturas sociais, nas tecnologias e mecanismos económicos que obrigam a repensar continuamente os conceitos morais e religiosos. Do outro lado estão os conservadores — em maioria na Europa — que tomam o mundo e a igreja como um relógio que continuaria tranquilamente no seu "tic-tac" até à eternidade, sendo os inoportunos perturbadores afastados. Essa cisão traz como consequência, por exemplo, o facto de que um católico alemão após a missa dominical ao fazer o seu donativo, poder estar, sem saber, a financiar projectos da organização *Adveniat* como uma imponente igreja paroquial ou o edifício de seminá-

rio numa diocese conservadora no Terceiro Mundo. Ao passo que se o donativo for entregue à *Misereor*, ele poderá estar a promover a realização de projectos da "teologia da libertação", tais como: uma cooperativa de camponeses, um seminário para futuros dirigentes sindicais, a construção de uma sala de reuniões num bairro-de-lata.

Imediatamente depois de Medellín os conservadores começaram, sob a orientação do cardeal Baggio, secretário da congregação dos bispos, a sua contra-reforma interna: tomaram providências para que na eleição do secretário-geral da Conferência dos Bispos Latino-Americanos, em 1972, saísse vencedor o candidato do Vaticano, representante da ala conservadora, o bispo auxiliar de Bogotá, Lopes Trujillo. Trujillo não só afastou de todas as instituições da igreja sob sua influência, os teólogos da libertação, como também tomou a iniciativa de exigir que o Conselho Mundial das Igrejas Protestantes não financiasse mais projectos influenciados pela "teologia da libertação". Como instrumento de combate ideológico fundou a revista *Tierra Nueva*, e pediu ao cardeal de Colónia, Joseph Höffner, o financiamento de um grupo de estudos que concluiu, após dois anos de trabalho, que a "teologia da libertação" seria um vírus perigoso que deveria ser combatido. O papa João Paulo II demonstrou-lhe agora a sua gratidão nomeando-o cardeal "em consideração aos seus valiosos serviços".

As comunidades de base

Mesmo assim, depois de Medellín, o vírus espalhou-se rapidamente por todo o continente. A igreja católica brasileira converteu-se num reduto dos "teólogos da libertação". Com 358 bispos, a igreja brasileira é a maior do continente e segue quase unanimemente a linha comba-



As comunidades de base debatendo o dia-a-dia das populações

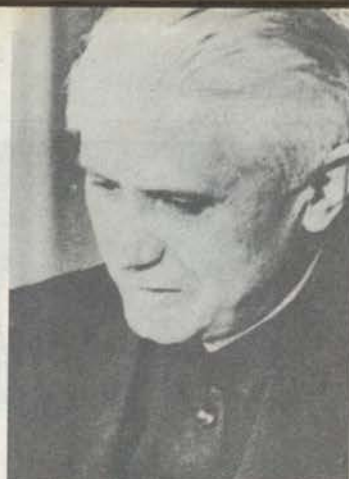
tida pelo Vaticano, à excepção de uma meia dúzia de dissidentes. Assim o Brasil conta com o maior número de comunidades de base cristãs: 80 mil das 150 mil existentes na América Latina.

Nessas comunidades juntam-se moradores dos bairros-de-lata e lugarejos para discutir, de Bíblia na mão, as medidas possíveis para a sua situação concreta, contra o desemprego, fome, analfabetismo, mortalidade infantil, arbitrariedade policial ou quaisquer que sejam as suas preocupações na dura realidade do quotidiano. Às vezes, essas comunidades produzem opiniões bastante originais sobre o conteúdo da sagrada escritura, comparando, por exemplo, Herodes com o ministro brasileiro do Planeamento, Delfim Neto. Uma teologia que vem de baixo, uma "igreja do povo", na qual os padres progressistas se identificam mais como representantes da fé do seu rebanho frente à hierarquia clerical, do que executores a mando do papa, frente a um rebanho sem voz.

O papa chamou o cardeal

Ratzinger de Munique, para fechar a instituição do Vaticano que vigia a pureza da fé, não só para que ele se contraponha à reviravolta das estruturas hierárquicas do clero, como também para salvar a igreja dos problemas políticos que a identificação dela com os pobres e reprimidos trazem aos ricos e opressores. A igreja, no entender do papa, deveria ser indiscriminadamente "para todos". Com este fim Ratzinger deve retirar a imagem de Jesus da vizinhança dos conflitos sociais terrenos, e devolvê-la à metafísica celestial.

O cardeal Ratzinger começou por tentar dobrar aqueles que tinham articulado teologicamente a metamorfose do Cristo sofredor, pregado na cruz, um combatente da reforma social. Ratzinger pediu à Conferência dos Bispos do Peru que julgasse o padre Gustavo Gutierrez, alimentando o libelo acusatório com artigos publicados anonimamente na imprensa de direita peruana. Os bispos discutiram o caso durante um ano e meio, mas — depois de ouvirem a carta de defesa escrita pelo teólogo alemão Karl Rahner



O motivo real do processo contra Boff (à esq.) movido pelo cardeal Ratzinger (à dir.) nunca foi mencionado no julgamento

— ficaram divididos e não conseguiram obter uma maioria contra o réu.

O caso Boff

Depois desta derrota, o cardeal alemão concentrou as atenções no brasileiro Leonardo Boff. Apesar de existir o costume, a partir do Segundo Concílio, de deixar o julgamento de um padre, que poderia ter errado na sua fé, nas mãos dos bispos do seu país, Ratzinger mandou julgar o caso directamente

em Roma. Ele sabia como os bispos brasileiros opinariam sobre o assunto. Para demonstrar o posicionamento da cúpula da igreja brasileira, os arcebispos de Fortaleza e São Paulo acompanharam Leonardo Boff na viagem a Roma.

O real motivo do processo contra Boff nunca foi mencionado. O Vaticano teme perder a sua autoridade para uma "igreja popular" em constante crescimento e ver a cristandade católica dividida politicamente. Faz tempo que o papa decidiu, em assuntos do Terceiro Mundo, não escutar a opinião dos missionários tradicionais, como os jesuítas, franciscanos e dominicanos, passando a procurar os con-

selhos na Opus Dei — organização de leigos nascida na Espanha franquista e que surgiu à luz através de um gigantesco escândalo financeiro, por desvio através de uma das suas empresas, a Matesa; de grandes quantidades de dinheiro dos cofres públicos para financiar as suas "santas obras". A Opus Dei não se interessa pela grande massa da população, pois visa apenas chegar perto do poder, nos ministérios, bancos, e grandes empresas industriais.

As acusações contra Boff limitam-se a subtilezas teológicas como a pergunta se é lícito ler a palavra "redenção" também como "libertação"; se os "pobres" da bíblia são idênticos aos famintos do Terceiro Mundo classificados por um assistente belga de Ratzinger, o padre Hamer, como "os ditos pobres".

O centro das acusações, concentra-se no uso indevido do vocabulário marxista na divulgação de textos teológicos. Mas para os católicos progressistas da América Latina não existem dúvidas sobre a existência de uma luta de classes; é um facto inquestionável do dia-a-dia, e por isso parece absurdo querer condenar alguém por dar nome aos bois. Na América Latina ainda está viva a recordação das observações de Nel-

son Rockefeller durante a visita ao continente, realizada em 1970, a pedido de Nixon. Nessa ocasião, o banqueiro lembrava saudosamente o antigo papel da igreja que tinha garantido durante 400 anos a estabilidade política da região através de uma estreita aliança com os latifundiários e militares. É essa aliança que tanto Ronald Reagan como o papa gostariam de ver restabelecida. Na opinião da maioria do clero brasileiro, que enfrenta a ofensiva romana com serenidade, seria irreversível a decisão tomada há 22 anos em Medellin de optar em favor dos pobres e oprimidos. Irreversível até porque a multidão de fiéis organizados em comunidades de base até agora nunca tinha ouvido falar no nome "teologia da libertação". Assim, a sua condenação pouco ou nada lhes diz. A *praxis* mostrar-se-ia, ainda desta vez, bem mais forte do que qualquer teoria.

Ronald Reagan e o papa João Paulo II apenas divergem profundamente num único ponto: enquanto o Vaticano justifica a sua ofensiva contra a "teologia da libertação" com a necessidade de manter nitidamente separados religião e política, Reagan declara na sua campanha eleitoral que ambas são responsáveis. ●

Humor



(Extraído do jornal cubano *Granma*)

Angola,
terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Hu



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260